

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

“Júlio de Mesquita Filho”

Faculdade de Ciências e Tecnologia

Campus de Presidente Prudente

Programa de Pós Graduação em Geografia

PROCESSOS EXCLUDENTES NO ESPAÇO INTRA-URBANO

Condição de Vida, Saúde e Redes Sociais dos Chefes de Família Desempregados

Presidente Prudente-SP

Reginaldo Pereira de Oliveira

Orientador: Prof. Dr. Raul Borges Guimarães

Presidente Prudente

2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

REGINALDO PEREIRA DE OLIVEIRA

PROCESSOS EXCLUDENTES NO ESPAÇO INTRA-URBANO

Condição de Vida, Saúde e Redes Sociais dos Chefes de família Desempregados

Presidente Prudente-SP

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista como requisito à obtenção do grau de mestre em geografia, sob a orientação do Prof.^o Dr.Raul Borges Guimarães

Presidente Prudente

2007

Oliveira, Reginaldo Pereira de Oliveira.
O51p Processos excludentes no espaço intra-urbano : condição de vida, saúde e redes sociais dos chefes de famílias desempregados – Presidente Prudente – SP / Presidente Prudente: [s.n], 2007
xiv, 147 f. : il.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia.
Orientador: Raul Borges Guimarães
Banca: Eliseu Savério Sposito, Marcelino Andrade Gonçalves
Inclui bibliografia

1. Exclusão Social 2. Redes Sociais 3. Cidades Médias. . Autor.
II. Título. III Presidente Prudente - Faculdade de Ciências e Tecnologia.

CDD(18.ed.) 910

Ficha cartográfica elaborada pelo Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação
UNESP – FCT – Campus de Presidente Prudente

PROCESSOS EXCLUDENTES NO ESPAÇO INTRA-URBANO

Condição de Vida, Saúde e Redes Sociais dos Chefes de Família Desempregados

Presidente Prudente-SP

REGINALDO PEREIRA DE OLIVEIRA

Aprovada em ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Raul Borges Guimarães (orientador)
Doutor em geografia
FCT/Unesp

Nome Completo
Titulação
Instituição

Nome Completo
Titulação
Instituição

CONCEITO FINAL: _____

A toda minha família, em especial a minha mãe,
Maria de Fátima Oliveira, pelos exemplos de
dedicação, simplicidade, trabalho e amor.

AGRADECIMENTOS

Cada página dessa dissertação não seria possível sem a participação direta e indireta de uma série de pessoas e instituições. Tentarei explicitar aqui algumas delas, desta forma os agradecimentos vão:

Primeiramente ao professor e orientador Raul Borges Guimarães, pelo apoio e encorajamento contínuos na pesquisa e pelas suas horas dedicadas a esse projeto e aos demais Mestres e Doutores da casa, pelos conhecimentos transmitidos.

Ao pessoal da COOPERLIX e as famílias dos bairros estudados, que muito me ajudaram no fornecimento de informações, materiais e entrevistas.

Ao professor Everaldo Melazzo pela atenção que teve comigo no momento em que fui seu orientando, seus comentários me ajudaram bastante nessa empreitada.

Ao profess

Finalmente agradeço a Deus por estar aqui nesse momento, com saúde e disposição para novos desafios que a vida vai me levar.

"O sonho obriga o homem a pensar"

Milton Santos

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo central a análise das redes de solidariedade e estratégias de sobrevivências das famílias moradoras de áreas de exclusão social da cidade de Presidente Prudente-SP. Para isto, procurou-se captar as características dos perfis de famílias com chefes desempregados e identificar os problemas sociais e as necessidades em saúde, no contexto do atual período técnico-científico e informacional. Torna-se impossível entender esta prática espacial denominada exclusão social se a considerarmos apenas como um recorte analítico da realidade. É por este motivo que fizemos uma geografia dos usos do território e das suas relações com a temática dos processos excludentes. Fez-se necessário, então, um método que entendesse o espaço geográfico enquanto um todo em movimento, na busca por uma compreensão das relações entre território e exclusão. Os estudos das redes sociais se mostraram como uma ferramenta de fundamental importância, tanto por suas potencialidades, quanto por suas limitações enquanto instrumento de representação do espaço geográfico. Nesta reflexão, alguns conceitos e autores aparecem com contribuições fundamentais, dentre eles o de território usado e solidariedades geográficas, desenvolvido por Milton Santos. Conclui-se que a exclusão social urbana é uma questão de caráter muito mais político que propriamente técnico, e que os processos excludentes em Presidente Prudente-SP são frutos dos usos corporativos do território e das escolhas históricas feitas por esta cidade e pela formação sócio-espacial na qual está inserida. Ficou evidente que a condição de vida e saúde são marcadas pelas desigualdades entre diferentes grupos sociais e que, para uma atenção mais integral, com ações de proteção e recuperação, é necessária uma revisão do modelo assistencial de saúde e uma articulação intersetorial com as instituições sociais, equipamentos sociais urbanos e culturais.

Palavras-chave: Exclusão Social, Redes Sociais, Território, Cidades Médias, Condição de Vida e Saúde.

ABSTRACT

The prime objective of this dissertation has the analysis of solidarity nets and strategies of survival of the living families of areas of social exclusion of the city of Presidente Prudente-SP. For this, it was looked for catching the characteristics of the profiles of families with dismissed heads and to identify to the social problems and the necessities in health, in the context of the current technician-scientific and informational period. It's impossible to understand this practical space called social exclusion if only to consider as an analytical clipping of the reality. It is for this reason that we made a kind of geography of the uses of the territory and its relations with the thematic of the exculpatory processes. It has been necessary, then, a method that understood the geographical space as a whole one in movement, in the search for an understanding of the relations between territory and exclusion. The studies of the social nets are a tool of basic importance, as much for its potentialities, how much for its limitations while instrument of representation of the geographical space. In this reflection, some concepts and authors appear with basic contributions, among them, one of used territory and geographic solidarities, developed for Milton Santos. It has been concluded that the that the urban social exclusion is a character question much more politician than properly technician, and that the exculpatory processes in Presidente Prudente-SP are somethings wich have their origins of the corporative uses of the territory and of the historical choices made by this city and the partner-space formation in which is inserted. It has been evident that the condition of life and health are marked by the inaqualities between different social groups and that, for a more integral attention, with action of protection and recovery, is necessary a revision of the assistance model of health and a intersetorial joint with the social institutions, urban and cultural social equipment.

Key-Words:

Social exclusion, Social Nets, Territory, Intermediate Cities, Conditions of Life and Health.

Sumário

APRESENTAÇÃO: ANTECEDENTES DA PESQUISA.....	19
INTRODUÇÃO: NATUREZA E PROPÓSITO DO TRABALHO.....	23
CAPÍTULO 1: PRESIDENTE PRUDENTE: TERRITÓRIO DA EXCLUSÃO.....	27
1.1. Condições de vida na cidade.....	31
1.2. Os processos excludentes em Presidente Prudente.....	37
CAPÍTULO 2: POBREZA E EXCLUSÃO NOS TEMPOS DA GLOBALIZAÇÃO.....	42
2.1. A crise do mundo do trabalho.....	44
2.2. A crise do trabalho tomada como a crise dos trabalhadores.....	48
2.3. Exclusão Social: Tendências, clivagens e paradigmas.....	52
2.3.1. Underclass e marginalidade: A influencia da escola Norte-Americana.....	53
2.3.2. Desfiliação: A influência da escola francesa.....	55
2.3.3. Exclusão Social: Um termo polissêmico.....	62
CAPÍTULO 3 – CIDADES MÉDIAS E POBREZA URBANA.....	67
3.1.O padrão de estruturação das cidades médias no interior paulista.....	77
CAPÍTULO 4 – REDES SOCIAIS E TERRITÓRIO: UMA LEITURA POSSÍVEL DOS PROCESSOS EXCLUDENTES EM CIDADES MÉDIAS.....	82
4.1. Redes sociais e capital social.....	86
4.2. Redes, sociedade e território – Uma contribuição da geografia.....	88
4.3. Desigualdade e exclusão social intra-urbana: Análise de rede numa perspectiva dialógica.....	92
4.3.1. Avaliação dialógica.....	93
4.3.2. Grupo focal.....	95

CAPÍTULO 5 – PRESIDENTE PRUDENTE E A REPRODUÇÃO DA DESIGUALDADE.....	101
5.1. A análise de situação.....	102
5.2. Revisitando os bairros estudados.....	108
5.3. A releitura das redes sociais em comunidades submetidas a processos excludentes.....	112
PARA NÃO CONCLUIR.....	125
REFERENCIA BIBLIOGRÁFICA.....	128
ANEXOS.....	138

Lista de Fotos

Foto 1	Vila Aurélia: Residências de alto padrão.....	38
Foto 2	Favelas e cortiços das várzeas.....	38
Foto 3	Trabalhadores catadores no lixão de Presidente Prudente – SP.....	40
Foto 4	Trabalhadores catadores no lixão de Presidente Prudente – SP.....	40
Foto 5	Trabalhadores temporários na zona leste de Presidente Prudente - SP...	118

Lista de figuras

FIGURA 1	Relação de complementação: Redes e Território.....	92
FIGURA 2	Estratégias de sobrevivência - Zona leste em 2004.....	103
FIGURA 3	Doenças mais comuns - Zoa leste.....	104
FIGURA 4	Estratégias de sobrevivência - Zona Oeste.....	105
FIGURA 5	Doenças mais comuns – Zona Oeste - 2004.....	106
FIGURA 6	Localização dos bairros pesquisados na zona leste.....	110
FIGURA 7	Organograma – Estratégias de Sobrevivência e doenças mais comuns segundo o grupo focal.....	114
FIGURA 8	Doenças mais comuns - Zoa leste.....	115
FIGURA 9	Estratégias de Sobrevivência zona leste.....	117
FIGURA 10	Doenças mais comuns Zona Oeste.....	120
FIGURA 11	Estratégias de Sobrevivência Zona Oeste	121

Lista de Tabelas

Tabela 1	Distribuição da População, segundo Grupos do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social.....	32
Tabela 2	Relação entre habitantes e setores censitários, segundo análise da exclusão.....	37
Tabela 3	Quadro síntese – informações básicas setores de inclusão, exclusão e intermediários.....	101

Lista de Mapas

Mapa 1	Mapa de localização de Presidente Prudente no estado de São Paulo....	27
Mapa 2	Índice Paulista de Vulnerabilidade Social. Município de Presidente Prudente.....	36
Mapa 3	Mapa Inclusão/Exclusão Social de Presidente Prudente.....	100

Apresentação



Por uma Geografia das Redes

APRESENTAÇÃO: POR UMA GEOGRAFIA DAS REDES

A idéia de um projeto de pesquisa que discuta a questão da exclusão social e a redes sociais, tendo como referência mapas produzidos no Centro de Estudos e Mapeamento da Exclusão Social para Políticas Públicas (CEMESPP), fez parte da nossa trajetória acadêmica, desde o início do curso de graduação em geografia.

No primeiro ano, através de um estágio do Programa de Apoio ao Estudante da Unesp (PAE), realizado no CEMESPP (naquela época SIMESPP – Sistema de Informação e Mapeamento da Exclusão Social para Políticas Públicas), desenvolvemos um projeto voltado ao treinamento nas ferramentas de informática do laboratório (Acses® e Mapinfo®). O objetivo era utilizar o mapeamento temático para elaborar um plano de investigação em geografia urbana. Já nesse período foi possível entrar em contato com a primeira fase do projeto Sistema de Informação para a Tomada de Decisão Municipal, no qual tínhamos o envolvimento de vários professores e alunos de diferentes departamentos da FCT/UNESP.

No ano de 2001, desenvolvemos um projeto intitulado “Segregação e Exclusão: seleção e análise de indicador (es) sócio-espacial (is)”, com base nos dados colhidos na Secretaria de Relações de Trabalho do Estado de São Paulo (SERT). Através dos dados de cadastrados a procura de emprego, tivemos a idéia de elaborar um mapa temático do cadastro a procura de emprego, no qual teríamos a fácil visualização das áreas urbanas de Presidente Prudente com uma maior busca pelo emprego.

Naquele ano de 2001, com o desenvolvimento da pesquisa e o acompanhamento do projeto, foi possível entender que o desenvolvimento das políticas públicas no nível municipal estava exigindo cada vez mais a produção de informações georeferenciadas, considerando a complexidade da realidade local.

No ano de 2002, desenvolvemos a pesquisa intitulada “Políticas Públicas e Atores Sociais: estudo de caso em área de exclusão social”. A idéia era utilizar o mapa produzido no ano de 2001 (Mapa de Cadastro a Procura de Emprego em Presidente Prudente) e selecionar uma região de elevada procura de emprego para aplicarmos um questionário. Nossa preocupação nessa etapa acadêmica tinha como objetivo levantar dados empíricos da realidade para elaborarmos um projeto de iniciação científica para apreciação da FAPESP.

No ano de 2003, contando com a bolsa de auxílio à iniciação científica da FAPESP, desenvolvemos a pesquisa intitulada “Redes de solidariedade e estratégias de sobrevivência: desemprego, exclusão social e a busca pela saúde”. Essa investigação teve como objetivo geral a análise da implementação das estratégias de sobrevivência e redes de solidariedade por parte da população pobre e desempregada que reside em áreas urbanas de exclusão social do Parque Alexandrina em Presidente Prudente. Os resultados alcançados mostraram a eficácia da metodologia das redes sociais no estudo dos processos excludentes, instigando a elaboração de um projeto de mestrado que contemplasse essa temática.

Desde então, percebemos que para atingir tais objetivos não deveríamos estudar a exclusão social pura e simplesmente, nem somente estudar Presidente Prudente, descrevendo-a em tabelas e mapas. Na verdade deveríamos desenvolver um trabalho no qual o espaço geográfico estivesse no centro da análise. Um trabalho, portanto, dos usos do território e da dialética espacial. Essa postura, então, justificou a escolha do tema exclusão social, visto que essa é decorrência dos usos corporativos do território, como iremos discutir mais adiante.

Com o presente trabalho propomos, então, que a geografia seja, sobre dois aspectos, a ciência das redes. Em primeiro lugar, por ser uma ciência do território, que por si só é

complexo e contraditório. Além disto, pelo enfoque amplo e dialético que a análise em redes pode nos transmitir.

Para respaldar essa afirmação, podemos citar as transformações sociais em curso e que em grande parte estão relacionadas com a revolução tecnológica. As novas tecnologias têm tido um papel fundamental na ocorrência de transformações económicas, sociais e organizacionais no território.

Dessa forma, a integração em redes - sejam sociais, tecnológicas, de investigação ou de produção - parece ser outra das consequências deste "ambiente" que estimula a aproximação entre empresas, cidades, organizações e indivíduos. E num mundo em que tudo e todos estão em rede (o “espaço dos fluxos”, de M. Castells), um dos aspectos mais preocupantes seria o da exclusão: em aparente contradição com o processo de globalização, as clivagens sociais, digitais e territoriais continuam a aprofundar-se.

Neste sentido apresentam-se os conceitos fundamentais da geografia, tais como o de sociedade, economia, redes e território, fornecendo assim uma ampla base de conhecimentos para compreender a sociedade contemporânea e os processos de transformação em curso.

Enfim, dessa forma entendemos que a geografia possui muito a nos dizer sobre as redes sociais.

Introdução.



“O ser humano, por um lado, é semelhante a muitas espécies animais, em luta contra a própria espécie, mas, por outro lado, entre as milhares de espécies que assim lutam, é o único em que a luta é destrutiva... O ser humano é o único que assassina em massa, é o único que não se adapta à sua própria sociedade.”

(Jan Tinbergen).

INTRODUÇÃO: NATUREZA E PROPÓSITO DO TRABALHO.

O termo exclusão social é atual e usado em diversas áreas do conhecimento, podendo designar desigualdade social, miséria, injustiça, exploração social e econômica, marginalização social, entre outras significações. De origem francesa, tomou vulto a partir do livro *Les Exclús* (1974), de autoria de Lenoir, que define os excluídos como aqueles indivíduos concebidos como resíduos dos trinta anos gloriosos de desenvolvimento.

O escritor e político brasileiro Cristovam Buarque (1996), seguindo a mesma perspectiva de compreensão, ao analisar a crise econômica, chama a atenção para a ameaça à paz social. Segundo Buarque, a exclusão social passa a ser vista como um processo presente, visível e que ameaça confinar grande parte da população num apartheid informal, expressão que dá lugar ao termo “apartação social”. Para ele, fica evidente a divisão entre o pobre e rico, em que o pobre é miserável e ousado enquanto o outro se caracteriza como rico, minoritário e temeroso.

Tecnicamente falando, pessoas ou grupos sociais sempre são, de uma maneira ou outra, excluídos de ambientes, situações ou instâncias. De modo amplo, exclusão social pode ser encarada como um processo sócio-histórico caracterizado pelo recalcamento de grupos sociais ou pessoas, em todas as instâncias da vida social, com profundo impacto na pessoa humana, em sua individualidade.

Ao se tratar de Presidente Prudente, podemos observar que a exclusão social, obviamente, está se expandindo juntamente com o processo de crescimento das cidades médias do interior paulista, levando dessa forma consigo todas as contradições e conflitos inerentes às desigualdades sociais que dão sustentação à produção e reprodução do espaço urbano no interior paulista. Esta constatação teria pouco efeito significativo, visto que estaríamos nos referindo aos aspectos quantitativos mais aparentes destes processos. No

entanto, a exclusão social apresenta-se de modo peculiar, nesta contextualização, isto é, há peculiaridades na exclusão social, tal como ela se manifesta, coincidentemente, nestes últimos 20 (vinte) anos.

Dessa forma, os processos excludentes em marcha exigem a premência de estudos que visem subsidiar o debate em torno de realidades não metropolitanas. Como objetivo de atingir esse propósito, desenvolvemos a presente dissertação, que está estruturada em 5 capítulos.

No primeiro deles, intitulado “Presidente Prudente: território da exclusão”, procuramos apresentar o problema foco do estudo, relacionado aos processos excludentes no interior do espaço urbano de Presidente Prudente. Para isto, são enfatizados aspectos como a vulnerabilidade, condição de vida e também aqueles relacionados ao próprio processo de produção do espaço urbano e à dinâmica da manutenção e/ou produção de situações de exclusão social.

No segundo capítulo, “Pobreza e exclusão nos tempos da globalização”, é feita uma discussão acerca do processo de exclusão social. Para atingir essa meta, relacionamos esta discussão com o processo de vulnerabilidade dos trabalhadores estabelecida com a perda da centralidade do trabalho. Também nos referimos à temática desde a produção da literatura francesa e norte-americana e passando para a discussão latina americana.

No capítulo 3, “Cidades médias e pobreza urbana”, consideramos o debate a respeito do conceito de cidades médias e da dificuldade em conceituá-lo. Para isso, refletimos acerca do que alguns pesquisadores pensam sobre o assunto, tecendo comentários sobre um possível padrão de estruturação da pobreza urbana nessas cidades médias. Os estudos e pesquisas até então divulgados permitem a afirmação de que esse processo de exclusão é mais perverso nas cidades médias do que na grande metrópole.

No quarto capítulo, “Redes sociais e território: uma leitura possível dos processos excludentes em cidades médias”, desenvolvemos a análise de redes sociais, tanto na concepção metodológica como na acepção de relações sociais de comunidades. Na concepção metodológica, abordamos de acordo com diversos autores os princípios e as técnicas utilizadas para essa análise. Na concepção de relações sociais de comunidades, além da conceituação, discuto a formação dessas redes e sua relação com o território que através de uma dinâmica produz o processo de inclusão/exclusão. Conceitos importantes nessa discussão, como o de empowerment e capital social são abordados como desdobramentos desse capítulo.

No quinto capítulo, “Desigualdade e exclusão social intra-urbana: análise de rede numa perspectiva dialógica”, apresentamos os resultados do trabalho de campo, com destaque para a análise dos dados levantados de acordo com o modelo de “ Análise Dialógica”. Ou seja, construída junto com a população nos grupos focais, realizado na cooperativa de catadores de lixo.

Em “Para não concluir”, apresentamos um esforço de síntese sobre esta complexa relação entre território e exclusão social, ressaltando as contribuições metodológicas apresentadas neste projeto.

Presidente Prudente *Território da Exclusão*



CAPÍTULO 1

CAPÍTULO 1. PRESIDENTE PRUDENTE: TERRITÓRIO DA EXCLUSÃO.

Presidente Prudente está localizada no extremo Oeste do Estado de São Paulo, numa área tradicionalmente denominada Alta Sorocabana, integrando a 10ª Região administrativa e distanciando-se aproximadamente a 550 km da capital Paulista. De acordo com a projeção do Censo do IBGE¹ em 2005, possuía população de aproximadamente 204.036 habitantes.



É considerada a sexta melhor cidade do Estado de São Paulo para se viver segundo o EBAPE². Por outro lado, a cidade é marcada por profundos contrastes decorrentes da concentração da propriedade privada, da especulação de terras e da segregação sócio-espacial, produzindo assim grandes bolsões de pobreza em áreas afastadas do centro. Sua

1 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

O caso de Presidente Prudente é bastante esclarecedor em relação à este conjunto de questões apontadas acima. Por um lado, não podemos negar a influência regional do município de Presidente Prudente, que possui uma grande quantidade de serviços especializados, tais como; universidades, shopping-centers, serviços médico-hospitalares, entre outros, o que tem levado a intensificação desses fluxos.

Apesar de toda essa dinâmica econômica e influência regional, vemos que a oferta do emprego em Presidente Prudente tem decaído. Isto é claro no trabalho de Dundes (1998), que baseada em dados do IBGE e do SEADE³ tece comentários pertinentes sobre o assunto. A autora mostra que nos anos de 1980 havia maior participação dos empregos no setor de comércio, seguido da indústria. A partir dos anos 1990, houve alterações, ocorrendo uma predominância do pessoal ocupado no setor de serviços, seguido pelo comércio e redução no setor industrial.

Dessa forma, nota-se que a participação das indústrias na absorção da população economicamente ativa vem diminuindo significativamente nos últimos anos, sobretudo a partir da década de 1990, pois está havendo uma redução dos postos de trabalho. Em 1980, o setor industrial tinha participação de 32,47% no total de empregos e, em

tais como incentivos fiscais. Para as lideranças industriais, a crise dos frigoríficos prudentinos ocorreu devido às políticas tarifárias adotadas pelo governo federal, que privilegiavam a localização dos frigoríficos em outros estados do país, especialmente os da região Centro-Oeste.

Nesse quadro, cabe ressaltar que, além da queda de empregos na indústria, ocorreu, também, uma redução da participação na construção civil. Esse fato contribuiu, ainda mais, para o aumento do desemprego nessa cidade nos últimos anos, já que, em todos os setores de atividade econômica, houve queda nas admissões de trabalhadores.

Nesse período, além da diminuição dos postos de trabalho, ocorreu também a redução da participação da indústria na geração de empregos. Isso ocorreu devido à crise dos frigoríficos prudentinos, que ocorreu devido às políticas tarifárias adotadas pelo governo federal, que privilegiavam a localização dos frigoríficos em outros estados do país, especialmente os da região Centro-Oeste.

nacional, estadual, regional e local para reestruturar o mercado de trabalho, buscando a geração de emprego e renda para população em idade ativa que "engrossa" as fileiras à procura de emprego, cujo exemplo é o grande número de pessoas que procuram emprego através da SERT.

Tais transformações econômicas, com o conseqüente aumento do desemprego no nível local, trouxeram impactos visíveis nas condições de vida em cidades como Presidente Prudente. É o que veremos a seguir.

1.1. Condições de Vida na cidade

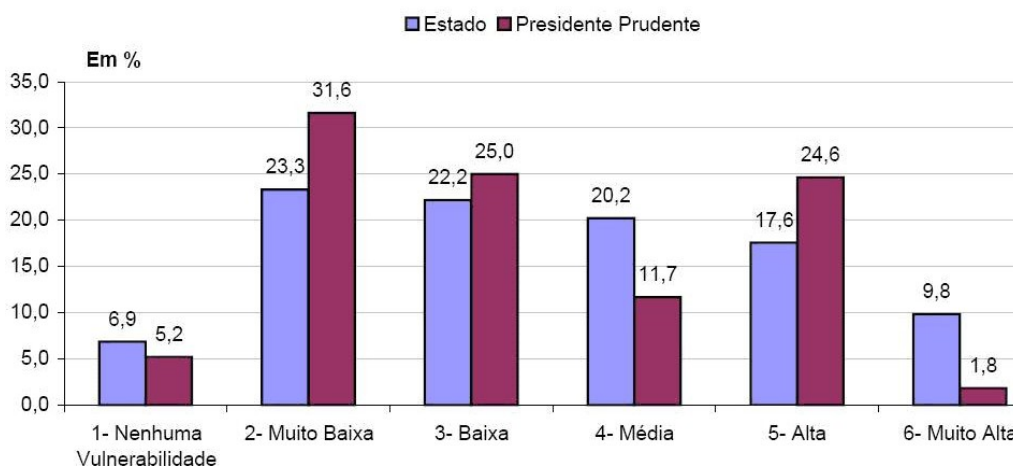
Vários estudos e metodologias têm sido desenvolvidos para compreender as mudanças recentes da condição de vida nas cidades. Este é o caso do SEADE, que elaborou um índice de vulnerabilidade social para estabelecer um parâmetro de comparabilidade entre as cidades paulistas.

A análise das condições de vida dos habitantes de Presidente Prudente realizada pela Fundação Seade (2000) mostra que os responsáveis pelos domicílios auferiam, em média, R\$1.007, sendo que 47,4% ganhavam no máximo três salários mínimos. Esses responsáveis tinham, em média, 7,3 anos de estudo, 47,5% deles completaram o ensino fundamental, e 6,9% eram analfabetos.

Em relação aos indicadores demográficos, a idade média dos chefes de domicílios era de 46 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 13,2% do total. As mulheres responsáveis pelo domicílio correspondiam a 24,9% e a parcela de crianças com menos de cinco anos equivalia a 7,7% do total da população.

As situações de maior ou menor vulnerabilidade às quais a população se encontra exposta estão resumidas nos seis grupos⁴ do IPVS (Gráfico), a partir de um gradiente das condições socioeconômicas e do perfil demográfico (Tabela). As características desses grupos, no município de Presidente Prudente, são apresentadas a no gráfico a seguir:

Tabela 1 - Distribuição da População, segundo Grupos do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS 2000 Estado de São Paulo e Município de Presidente Prudente.



Fonte: IBGE. Censo Demográfico; Fundação Seade.

Grupo 1 (nenhuma vulnerabilidade): 9.813 pessoas (5,2% do total). No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos responsáveis pelo domicílio era de R\$3.416 e 11,0% deles auferiam renda de até três salários mínimos. Em termos de escolaridade, os chefes de domicílios apresentavam, em média, 11,7 anos de estudo, 99,0% deles eram alfabetizados e 82,1% completaram o ensino fundamental. Com relação aos indicadores demográficos, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 48 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 8,9%. As mulheres chefes de

⁴ Seis grupos formados por setores que podem ser vistos no mapa na página a seguir.

domicílios correspondiam a 24,4% e a parcela de crianças de 0 a 4 anos equivalia a 5,3% do total da população desse grupo.

Grupo 2 (vulnerabilidade muito baixa): 59.401 pessoas (31,6% do total). No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos responsáveis pelo domicílio era de R\$1.332 e 35,6% deles auferiam renda de até três salários mínimos. Em termos de escolaridade, os chefes de domicílios apresentavam, em média, 8,2 anos de estudo, 95,4% deles eram alfabetizados e 55,9% completaram o ensino fundamental. Com relação aos indicadores demográficos, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 51 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 8,7%. As mulheres chefes de domicílios correspondiam a 28,4% e a parcela de crianças de 0 a 4 anos equivalia a 5,2% do total da população desse grupo.

Grupo 3 (vulnerabilidade baixa): 46.977 pessoas (25,0% do total). No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos responsáveis pelo domicílio era de R\$827 e 44,8% deles auferiam renda de até três salários mínimos. Em termos de escolaridade, os chefes de domicílios apresentavam, em média, 7,4 anos de estudo, 94,6% deles eram alfabetizados e 50,6% completaram o ensino fundamental. Com relação aos indicadores demográficos, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 43 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 15,0%. As mulheres chefes de domicílios correspondiam a 22,2% e a parcela de crianças de 0 a 4 anos equivalia a 8,6% do total da população desse grupo.

Grupo 4 (vulnerabilidade média): 21.971 pessoas (11,7% do total). No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos responsáveis pelo domicílio era de R\$560 e 54,0% deles auferiam renda de até três salários mínimos. Em termos de escolaridade, os chefes de domicílios apresentavam, em média, 7,0 anos de estudo, 95,2% deles eram alfabetizados e 46,9% completaram o ensino fundamental. Com

relação aos indicadores demográficos, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 40 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 19,0%. As mulheres chefes de domicílios correspondiam a 21,0% e a parcela de crianças de 0 a 4 anos equivalia a 10,4% do total da população desse grupo.

Grupo 5 (vulnerabilidade alta): 46.310 pessoas (24,6% do total). No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos responsáveis pelo domicílio era de R\$439 e 69,2% deles auferiam renda de até três salários mínimos. Em termos de escolaridade, os chefes de domicílios apresentavam em média, 5,0 anos de estudo, 86,3% deles eram alfabetizados e 26,9% completaram o ensino fundamental. Com relação aos indicadores demográficos, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 46 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 15,2%. As mulheres chefes de domicílios correspondiam a 24,7% e a parcela de crianças de 0 a 4 anos equivalia a 8,7% do total da população desse grupo.

Grupo 6 (vulnerabilidade muito alta): 3.471 pessoas (1,8% do total). No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos responsáveis pelo domicílio era de R\$295 e 85,0% deles auferiam renda de até três salários mínimos. Em termos de escolaridade, os chefes de domicílios apresentavam, em média, 4,6 anos de estudo, 85,7% deles eram alfabetizados e 20,4% completaram o ensino fundamental. Com relação aos indicadores demográficos, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 41 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 22,4%. As mulheres chefes de domicílios correspondiam a 22,3% e a parcela de crianças de 0 a 4 anos equivalia a 12,3% do total da população desse grupo.

De acordo com o mapa 2 - Índice Paulista de Vulnerabilidade Social há uma clara contigüidade espacial em termos da vulnerabilidade na área urbana de Presidente Prudente. Ao norte podemos observar áreas em vermelho indicando nível máximo de

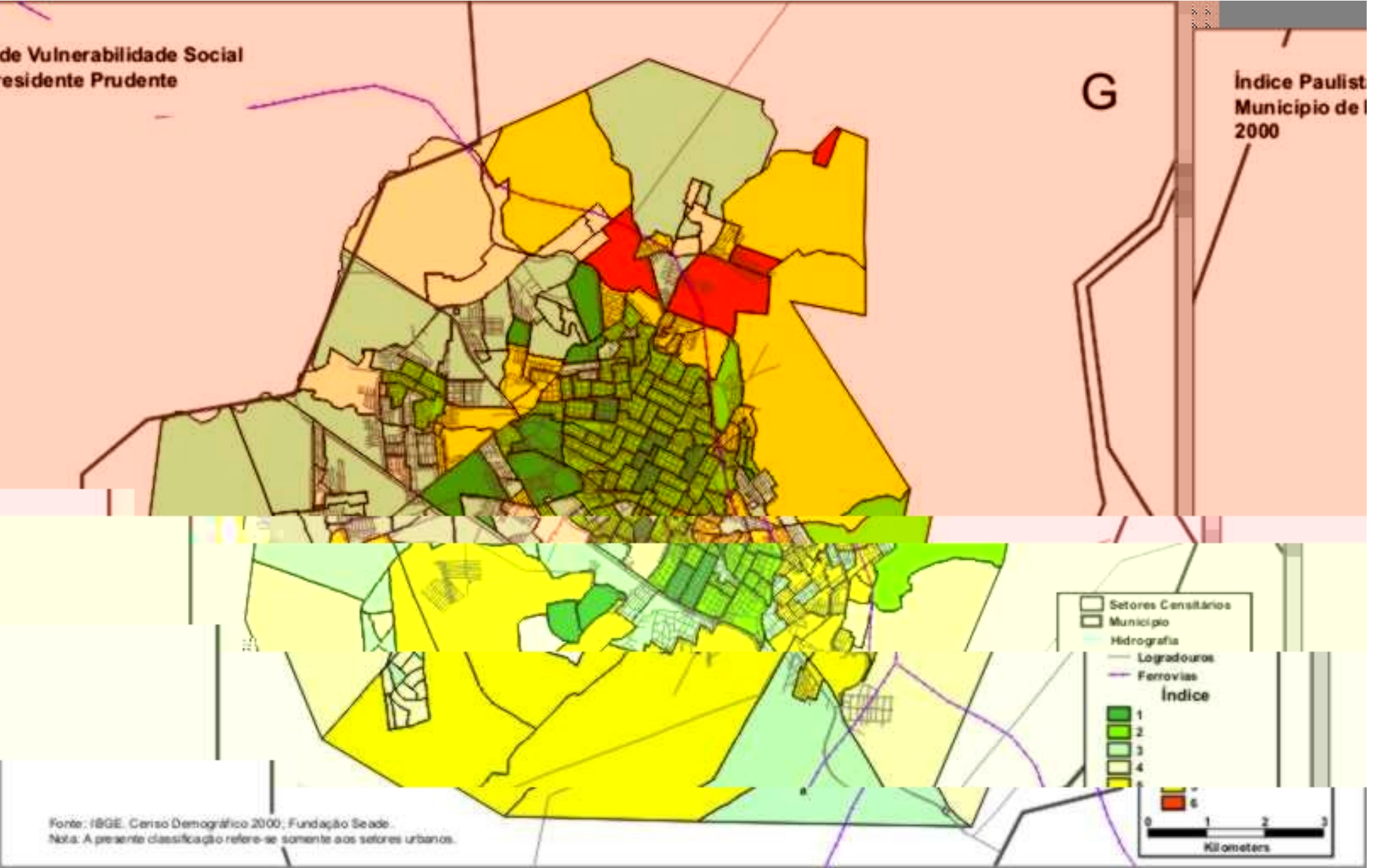
vulnerabilidade, seguidas das regiões em amarelo referentes à zona leste e oeste, cujas áreas correspondem às regiões estudadas nesse trabalho e também os vazios urbanos, setor peri-urbanos com baixa densidade, mas com população pobre.

Comparativamente, os estudos do CEMESPP demonstram uma maior desigualdade social entre as regiões e bairros o que será discutido mais adiante.

de Vulnerabilidade Social
residente Prudente

G

Índice Paulista
Município de
2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000; Fundação Seade.
Nota: A presente classificação refere-se somente aos setores urbanos.

1.2. OS PROCESSOS EXCLUDENTES EM PRESIDENTE PRUDENTE.

A cidade de Presidente Prudente expressa as profundas desigualdades sociais existentes na sociedade Brasileira. Se por um lado se torna conhecida por seu setor de prestação de serviço e comércio, por outro se mostra cada vez mais desigual na distribuição de renda, com diferenças sociais e o desemprego.

Tabela 2 - Relação entre habitantes e setores censitários, segundo análise da exclusão.

Nóta Final	Classificação dos Setores	Número de Setores	Percentual de Setores (em %)	População (em nº absoluto)	Percentual População dos setores (em %)	Média de habitantes / Setor
Zero	Inclusão	87	49,2	74.434	44,2	855,5
1	Inclusão Parcial	42	23,7	40.330	23,9	960,2
2	Exclusão Parcial	28	15,8	29.358	17,4	1.048,5
3	Exclusão	20	11,3	24.384	14,5	1219,2
TOTAL		177	100	168.510	100	952

Fontes: IBGE/PP; Sistema de Informação para tomada de decisão municipal (SIGI), 2000.

Isto é visível na diversidade de padrões construtivos existentes nos bairros periféricos da cidade. Como no exemplo das fotos 1 e 2, há pouco mais de 3 quarteirões, podemos observar uma discrepância acentuada da condição de seus moradores.

Foto 1 e 2 - Vila Aurélia: Residências de alto padrão no topo dos vales em contraste com as favelas e cortiços das várzeas, o trabalho de campo permite observar tais contrastes nas ruas da cidade.

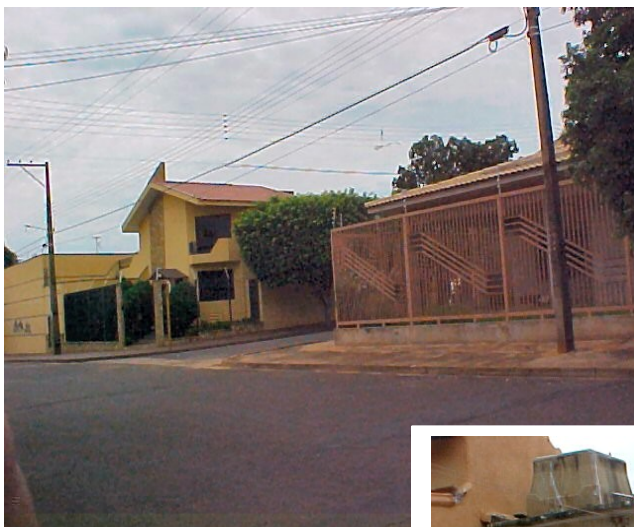


Foto: Reginaldo Pereira de Oliveira 2006

Uma das situações de extrema vulnerabilidade pode ser observada na vida daquelas pessoas que vivem da coleta de materiais recicláveis no lixo, o que não é uma realidade que ocorre somente em Presidente Prudente, mas na maioria dos municípios brasileiros. Vemos que há famílias inteiras que sobrevivem nos lixões, recolhendo restos de comida e outros materiais. São catadores de rua ou coletores de sucata e papelão. A situação destas pessoas é extremamente cruel: expostas à doenças através de vetores (moscas, ratos,

baratas), mutilações e risco de vida. Elas estão privadas de educação, lazer, moradia, saúde, afeto, e convivem com a marginalidade, a prostituição e o uso indevido de drogas, sem qualquer perspectiva de um futuro digno.

A realidade das mais de 50 pessoas que diariamente buscam a sobrevivência - em meio a mosquitos, ratos e o risco de doenças causadas pelos detritos lançados no vazadouro de Presidente Prudente - resume-se nas expressões cansadas dos “Tião e Silva”, que ganham até R\$ 100 por semana recolhendo plástico, garrafas, papelão, cobre e chumbo no lixão (fotos 3 e 4).

É possível registrar na fala de quem vive na situação de miséria o que significa viver nestas condições, como das pessoas que disputam restos produzidos, aos borbotões, pela sociedade de consumo. É o que se observa na fala de Sebastião Manguiera, o Tião, que queria provar um pedaço de panetone, mas não dispensa a leitura:

- “Em determinada época do ano vejo um monte dessas caixas, mas nenhuma delas traz um pedacinho que seja. Deve ser muito bom”, imagina ele.

Foi assim que este trabalhador sonhador de 63 anos descobriu, em meio à montanha de lixo um livro de poesias da mineira Adélia Prado – O coração disparado – que por engano ou estranheza parou nas mãos do conterrâneo. ‘Ela escreve bem demais. Se eu soubesse metade do que ela sabe, não estaria aqui catando sucata nessa sujeira toda’, lamenta

‘As coisas estão muito difíceis e não vejo solução. A gente não tem mais jeito de arranjar emprego. O Tião é velho demais e eu não tenho mais nenhum dente são na boca. Nem para varrer a rua a prefeitura quer contratar a gente’, resigna-se José Carlos, de 45 anos.



Foto: Reginaldo Pereira de Oliveira, 2006.

**Foto 3 e 4 - Trabalhadores catadores no lixão de Presidente Prudente – SP, 2005.
Quem chega primeiro tem mais vantagem de catar mais material.**

Diante de tamanha precarização da vida em áreas da cidade nas quais residem pessoas submetidas aos processos excludentes, procuramos avançar na presente dissertação de mestrado, tanto no que se refere ao campo teórico da geografia quanto nos procedimentos metodológicos mais adequados para a compreensão desta realidade.

Para isto no capítulo seguinte, procuramos avançar na relação da precarização do mundo do trabalho e a disseminação dos processos excludentes. Em seguida, procuramos contextualizar Presidente Prudente no conjunto de mudanças da rede urbana, que impulsiona as cidades médias paulistas a exercerem novos papéis.

Pobreza e Exclusão nos Tempos da Globalização



CAPÍTULO 2

CAPÍTULO 2 - POBREZA E EXCLUSÃO NOS TEMPOS DA GLOBALIZAÇÃO

A precarização e o aumento do desemprego são, sem dúvida, a manifestação de um déficit de lugares ocupáveis na estrutura social, entendendo-se por lugares posições às quais estão associados uma utilidade social e um reconhecimento público. Castel, 1998.

Nesses tempos de aceleradas mudanças em todo o mundo, certos temas adquirem maior densidade que outros e o que nos chama a atenção no presente momento, é que a sociedade salarial não é mais aquela sociedade do emprego.

Atualmente vemos a perda da centralidade do fator trabalho por consequência das mudanças estruturais sofridas pelas formações capitalistas contemporâneas, particularmente em relação ao papel do capital e do trabalho enquanto forças motrizes da nova configuração societária.

Resta-nos saber, em cada contexto histórico, o que significa viver do salário ou estar vulnerável às metamorfoses do mundo do trabalho e, sobretudo, pensar essas questões sem anular a classe trabalhadora. Para refletirmos esses pressupostos, teceremos uma análise respaldada nas obras de Claus Offe, Robert Castel e Gonçalves.

Offe questiona a validade do estatuto teórico da categoria trabalho como "dato social fundamental". Não obstante, suas reflexões convergem por assumirem, explícita ou implicitamente, o modo de produção capitalista, na contemporaneidade, como um fenômeno simplesmente dado e inevitável, ignorando teórica e praticamente, sob a alcunha da "perda de centralidade do trabalho", o recrudescimento do sistema de expropriação de mais-valia e o acirramento da luta de classes. Desprezando-o como questões aparentemente superadas.

A obra de Castels, por sua vez, nos permite refletir sobre as novas facetas da exclusão presente na sociedade contemporânea. Ainda que o foco do autor seja o cenário francês, muitos elementos são úteis para indagarmos a respeito da presença da “precariedade do emprego” e “desfiliação social” em diferentes contextos sociais.

Castel, em uma contextualização histórica, observa desde a emergência da relação contratual e os que dela eram excluídos até a atualidade em que a vulnerabilidade dos pobres trabalhadores e desempregados se expressa não só no aumento da exclusão do emprego, mas também pela precarização das relações contratuais, das formas de sociabilidade perversas e de um panorama que passa pelo desmonte do Estado de bem-estar social.

O autor emprega o termo desfiliação em lugar de exclusão, abordando também, processos contemporâneos como à desestabilização dos estáveis, que antes possuíam direitos e estabilidade, mas que se tornam vulneráveis e se instalam na precariedade.

Castel se recusa em utilizar o conceito de exclusão, e até o considera como um termo "banalizado", que perdeu sua capacidade explicativa, uma vez que todos os processos são explicados da mesma forma. Ele diz que o uso do termo "exclusão" é uma "resposta indolente" às dificuldades de problematizar os diferentes processos que atravessam a sociedade contemporânea e que fazem com que os indivíduos passem de uma situação de integração para uma situação de extrema vulnerabilidade.

O autor considera que o uso impreciso do conceito exclusão oculta e, ao mesmo tempo, traduz o estado atual da questão social, pois se detém nos efeitos mais visíveis e imediatos da crise, reduzindo-a erroneamente a aspectos pontuais e não a “um processo geral de desestabilização da condição salarial” (1997b, pp. 32 e 33). Portanto, não se discute a 'inclusão' mas sim a transformação, a “metamorfose”, como emprega o autor.

Gonçalves (2006), por sua vez, aborda e utiliza o termo exclusão social à luz do fenômeno da informalidade na economia. Ele mostra que esse tipo de sobrevivência expressa, sobremaneira nos países que passam por um processo de industrialização recente, uma combinação entre reestruturação produtiva e neoliberalismo, na qual se desenha o novo contexto social em que os trabalhadores de todo o mundo são mais uma vez aviltados. Isto ocorre por serem destituídos de seus direitos trabalhistas, levados a cabo por políticas governamentais que deixam de lhe conferir a devida proteção, ou por serem obrigados, pela exclusão do mercado formal de trabalho, a sobreviverem do trabalho em condições precárias muitas vezes marcado pela informalidade.

2.1. Crise do mundo do trabalho.

Analisando a obra⁵ de Claus Offe, observamos que o autor sustenta que a centralidade do trabalho assalariado como categoria privilegiada da pesquisa sociológica a partir da qual se desdobram às esferas da política, cultura, família, moral, geopolítica ou religião, ao contrário de tempos atrás, seria hoje insustentável (1989, p. 16). Isso porque o trabalho assalariado teria perdido a capacidade de determinar as demais esferas de ação⁶ em decorrência de três fatores fundamentais: a desagregação político-organizacional da classe trabalhadora, a descentralização do trabalho como eixo estruturador das identidades individuais e coletivas e a obsolescência do conflito capital - trabalho como contradição fundamental das sociedades contemporâneas.

5 *Trabalho e sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, v. 1, 1989.

⁶ Na obra de Castel observamos que essa condição salarial se vinculava à sociedade salarial, na qual a maioria dos sujeitos sociais recebia não somente sua renda, mas também seu estatuto, seu reconhecimento, sua proteção social. Dessa forma, a sociedade salarial promoveu, um tipo inédito de segurança: uma segurança relacionada ao trabalho, e não somente à propriedade. Assim, a condição salarial, poderia permitir algumas remunerações confortáveis, além de posição de prestígio e de poder. Mas ela passou a ser, sobretudo, uma fonte de segurança.

Na perspectiva do autor, o processo de expansão do trabalho assalariado teria acarretado uma aguda diferenciação no trabalho social, em termos de renda, qualificação, estabilidade, prestígio, carga de trabalho, possibilidades de ascensão e autonomia. Desse modo, o trabalho teria perdido sua capacidade de se constituir em "eixo estruturador da autoconsciência e organização sócio-política dos trabalhadores", redundando no esvaziamento da classe trabalhadora enquanto sujeito político (idem, p. 19-22).

Observamos na obra de Offe que as diferenças entre o trabalho industrial e o trabalho em serviços seriam sintomáticas dessa tendência. O trabalho industrial seria estruturado pelas racionalidades técnica e estratégica, organizando-se em torno do "regime da produtividade técnica e organizacional da valorização" e da "decisiva rentabilidade de cada unidade econômica". O trabalho em serviços, por sua vez, despido de critérios claros de controle da execução e de economicidade, seria regulado por uma "racionalidade material" abolida do trabalho industrial, dotada de um caráter normatizador e voltada para a "garantia institucional do existente" (idem, p. 24). Esfacelar-se-ia, assim, a idéia de uma racionalidade finalística única regendo o trabalho social como um todo.

Tal processo de diferenciação acarretaria uma fissão no interior da classe trabalhadora, gerando antagonismos entre os trabalhadores terciários e os trabalhadores industriais. Dessa forma a fragmentação do trabalho social geraria, pois, rupturas e conflitos profundos no interior da própria classe trabalhadora, "sistemas de restrições e aversões recíprocos, de cunho cultural e político", opondo o serviço público aos "protagonistas do modelo da sociedade do trabalho, isto é, a antiga classe média e o operariado", de modo a incapacitá-la a organizar-se coletivamente de maneira coesa e integrada (idem, p. 25).

O esvaziamento do trabalho como eixo estruturador das identidades individuais e coletivas, por sua vez, seria causado por três fatores:

1. As modalidades tayloristas de organização do processo de trabalho contribuem para a descentralização subjetiva do trabalho, posto que seu propósito é a abolição do "fator humano" e da autonomia operária sobre a produção. O processo de identificação do trabalhador com sua atividade seriam bloqueados pela própria organização do trabalho;

2. Haveria atualmente uma tendência ao reconhecimento, pelos trabalhadores, dos custos crescentes e benefícios decrescentes associados ao trabalho e à renda. A sobrecarga física e psíquica do trabalho e seus riscos para a saúde seriam desestímulos cada vez maiores para a intensificação individual do trabalho, ao passo que as aspirações e desejos de auto-realização (lazer, família, auto-estima, ócio etc.) seriam tendencialmente construídos fora do trabalho ou em oposição ao estresse e insatisfação associada ao trabalho;

3. Os ambientes de vida anteriormente estruturados em torno do trabalho encontrar-se-iam em desagregação em decorrência das discontinuidades freqüentes entre formação individual e postos de trabalho ocupados e do crescimento do tempo de desemprego nas trajetórias profissionais. As tradições familiares, vínculos organizacionais e modalidades de lazer, educação e consumo antes

estruturados em torno do pertencimento ao trabalho seriam minadas pela rotatividade entre ocupações distintas e pelo desemprego, obstaculizando a construção de raízes coletivas, sob a forma de uma "cultura proletária comum".

Offe identifica o surgimento de novos atores coletivos e novos conflitos sociopolíticos que não seriam passíveis de adequada categorização nas relações entre capital e trabalho. Seria esse o caso dos movimentos feminista, pacifista, ambientalista e de direitos humanos. Em sua percepção, o surgimento de novas problemáticas e sujeitos coletivos permitiria levantar dúvidas acerca do estatuto da relação capital-trabalho como contradição fundamental das sociedades contemporâneas. A luta de classes encontrar-se-ia em pleno esvaziamento político, posto que as questões relativas ao desarmamento e aos direitos das mulheres, por exemplo, não corresponderiam a interesses de classe típicos dos conflitos entre capital e trabalho, encontrando, ao contrário, "com bastante frequência a resistência cerrada do trabalho e do capital" (idem, p. 35).

Assim, em vez do conflito entre "redutos da direita e da esquerda, constituídos a partir da sociedade do trabalho", estaríamos vivenciando contemporaneamente o deslocamento da contradição social fundamental para os conflitos entre os "gerentes e opositores do modelo de padrão de racionalidade decisivo em ambos os setores sóciopolíticos" (idem, p. 17-18). Se a classe trabalhadora fragmentou-se internamente de forma tão aguda, se não mais ocupa o centro da estruturação das identidades coletivas e individuais, e se a luta de classes cedeu lugar à emergência de novos conflitos e atores na arena política contemporânea, Offe conclui encontrarmos-nos ante uma sociedade não mais baseada no trabalho. Conseqüentemente, far-se-ia premente à ciências sociais reposicionar seus "conceitos estruturais" e "noções de conflitos sociologicamente

aplicáveis", esforço que Offe identifica, por exemplo, em Jürgen Habermas e em sua teoria da ação comunicativa – dada sua oposição ao "domínio epistemológico do trabalho no marxismo" (idem, p. 33-34).

2.2. A crise do trabalho tomada como a crise dos trabalhadores.

É no argumento relativo ao deslocamento da contradição fundamental do conflito capital-trabalho para o conflito entre critérios de racionalidade distintos que Offe aproxima-se do entendimento da perda de centralidade do trabalho sob a forma da reestruturação da formação social capitalista. Sob tal ótica, os problemas do movimento pró-desarmamento ou do ambientalismo, por exemplo, seriam irreduzíveis às lutas entre capital e trabalho e sintomáticos de mudanças estruturais nas sociedades contemporâneas.

Contudo, em momento algum se aborda de que modo a discussão do desarmamento ou o surgimento dos neodesempregados implicam o fim ou mesmo a relativização do sistema de expropriação de mais-valia. Em verdade, o autor não tece qualquer referência à falência da estrutura capitalista. Na obra, suas reflexões não indicam qualquer ruptura na lógica do capital – ou seja, conclui-se que o sistema de expropriação de mais-valia segue em ação. Evidência decisiva encontra-se no fato de que a lógica do capital não constitui, efetivamente, o objeto das reflexões de Offe. O verdadeiro centro de seus interesses é a classe trabalhadora. Sua referência analítica fundamental é o proletariado, descrito em um momento histórico de crise.

Claus Offe, buscando demonstrar a insustentabilidade teórica do trabalho assalariado como categoria sociológica central, justifica-a enfatizando a fragmentação e a debilidade político-organizacional da classe trabalhadora, a ausência de identificação e

sentido experimentada pelos trabalhadores diante do trabalho, a perda de identidade sociocultural que o desemprego estrutural contemporâneo impõe ao proletariado e o surgimento de tensões políticas e movimentos sociais dotados de autonomia em face dos conflitos entre capital e trabalho.

Tais argumentos, relativos à extinção do sujeito revolucionário socialista, por um lado, e à perda de unidade da classe trabalhadora e à incapacidade do trabalho gerar identidades coletivas e individuais, por outro, não exprimem a falência do trabalho como esfera de estruturação do capitalismo contemporâneo. Trata-se, sem dúvida alguma, de sinalizações valiosas relativas às especificidades do capitalismo contemporâneo e às modalidades de problemas que cria particularmente com relação à crise da chamada sociedade salarial (com todos os problemas identitários, institucionais e estruturais que abriga) (Castel, 1998). Contudo, a lógica do capital não é sequer questionada. Como dissemos, as reflexões de Offe concentram-se na classe trabalhadora – mais propriamente, no que seria a crise do proletariado como sujeito coletivo.

Tal é o real significado de suas investigações: para o autor, a descentralização do trabalho consiste na crise do proletariado entendido como sujeito político. Offe reflete, sobre a crise de uma classe trabalhadora incapaz de se organizar social, política e economicamente de modo eficiente. Colocando-se a questão em seus devidos termos, a alegada crise do trabalho é, na realidade, a crise dos trabalhadores na condição de sujeito político coletivo.

As significativas mudanças que se verificavam no mundo do trabalho, tanto como consequência da recessão, modernização e internacionalização de significativas parcelas da economia pareciam estar direcionando os atores sociais envolvidos no sentido de repensar suas referências tradicionais e responder aos novos desafios. Foi nesse contexto que se

desenvolveu a discussão sobre novas práticas de negociação: o "contrato coletivo de trabalho" e as "câmaras setoriais" (COMIN, 1995).

Assim, os sindicalistas surgiram como um segmento inovador, considerados como uma corrente autêntica (Antunes, 1988,) ou como reinventores de novas formas de política (Sader, 1988). Todavia, esses sindicatos demonstraram inegável capacidade de atuar como ator político e de intervir no debate sobre a reestruturação industrial. Atualmente a classe trabalhadora continua se degradando, tendo em vista, que a precarização do trabalho continua assombrando. Gonçalves aborda esta questão da seguinte maneira, quando discute o trabalho dos catadores no lixões:

“A precarização do trabalho do catador se faz então fato marcante nesse circuito econômico. Quanto mais precária a situação em que se realiza essa atividade, quanto mais próximo ao imite da sobrevivência ela se estabelecer, maior será a lucratividade do capital aplicado nesse setor. O trabalho do catador nos lixões é simplesmente um meio que se não produz diretamente valor, ajuda a recuperar para o circuito econômico os valores que haviam se transformado em lixo. Assim, como elemento que atua entre o processo que gera desperdício e o que se ocupa da revalorização de algumas mercadorias, o trabalhador catador é colocado no mesmo patamar que o lixo e ali muitas vezes se confunde com ele”. (Gonçalves, 2006. p. 258)

Com base nestas idéias, podemos concluir que os trabalhadores-catadores do lixão são sujeitos extremamente vulneráveis aos processos excludentes gerados pelos atuais circuitos econômicos. Mas contrapondo o que alguns autores dizem, não estamos vivendo o fim dos empregos, poderíamos dizer que estamos vivendo o fim dos empregos formais. O surgimento de novas modalidades, terceirização e subcontratação. Referem-se aos mecanismos do capital para aumentar sua rentabilidade, à custa cada vez maior da exploração dos trabalhadores.

Devemos ressaltar, todavia, que alguns autores afirmam que a classe operária não fica como uma mera espectadora destas mudanças. Ou seja, a história dos movimentos sociais nos lembra que há incessantemente sempre novos pontos de partida para mudanças, o que de certa forma faz o motor da história funcionar. Cabe-nos indagar a respeito da natureza e da especificidade da precarização do trabalho no período atual considerando a possibilidade ou não de transformação dessa realidade perversa. Para isso será preciso analisar a gênese de um novo tipo de pobreza que está sendo produzida no capitalismo contemporâneo. Trata-se da pobreza que Milton Santos (2000) convencionou em denominar de pobreza excludente. É o que iremos abordar a seguir.

2.3. Exclusão social: tendências, clivagens e paradigmas.

O termo exclusão social teve sua origem em solo francês e o seu surgimento é atribuído a René Lenoir em 1974, cuja obra tem o mérito de suscitar o debate sobre a temática.

Embora cada vez mais presente nas discussões e debates dentro das Ciências Sociais, o termo é considerado um conceito relativamente recente, polêmico e, sobretudo complexo, dado a sua significação ampla e que ao entrar em contato com realidades distintas encontra um desafio interpretativo.

Vemos que as situações de exclusão social não constituem um fenômeno recente no Brasil, pois sempre estiveram presentes em nossa história, antes vinculadas a diferentes situações de pobreza, precariedade e marginalidade, ao longo do processo de formação socioeconômica do nosso país. No entanto, nos últimos anos, o paradigma da exclusão social tornou-se predominante, demonstrando que tal noção atualmente faz parte do cotidiano de diferentes sociedades, seja pelas formas “antigas” de exclusão de parcelas da população, ou pelas novas demandas advindas das transformações e questões do mundo do trabalho.

Isto nos leva a crer que essa exclusão apresenta-se hoje como uma nova faceta, uma nova manifestação das metamorfoses da questão social, ainda não suficientemente investigadas e que exige a premência de estudos teóricos e empíricos para subsidiar o entendimento do tema.

O debate em torno do conceito de exclusão social entre os estudiosos brasileiros sofreu grande influência das análises sociológicas francesas e norte-americanas, o que

torna impossível tentar entender o conceito em questão sem cotejar as obras seminais dessas realidades internacionais.

2.3.1. Underclass e marginalidade: a influência da escola norte-americana.

Os primeiros relatos brasileiros acerca da temática da exclusão social, ocorrem durante os anos 1960, quando influenciados pela Escola de Chicago, os estudiosos brasileiros direcionaram sua discussão em torno do conceito de marginalidade social. Nessa ocasião foram inúmeros os estudos norte-americanos que se debruçaram sobre a problemática, nos quais os “excluídos” eram chamados “underclass”, destaque se dá à obra de Willian J. Wilson. Na escola norte americana, o debate foi de cunho abertamente ideológico e a literatura dividiu-se em "culpar ou não culpar as vítimas" por sua situação de marginalização.

Na América Latina, por sua vez, o conceito da marginalização emergiu nos anos 1950

No limiar da década de 1970, surgem no debate outros autores que explicavam a pobreza e exclusão social como originadas das contradições do modo de produção capitalista. As pessoas que se deslocavam do campo esvaziado em busca de melhores condições de vida nas cidades, passaram a fazer parte do exército industrial de reserva, mas, não mais tratadas como marginais e sim como integrados ao sistema produtivo de forma desigual.

Essa discussão não abordava as desigualdades produzidas pelo sistema capitalista e a condição de exclusão desse contingente da população. Entre os autores desse período podemos destacar a relevância dos estudos do sociólogo e cientista político Lúcio Kowarick (1975), que considerou em suas obras a pobreza urbana nos quadros do modelo de industrialização dependente.

É possível que ninguém tenha marcado tanto a área de estudos urbanos acerca dessa temática como Kowarick. O autor trabalha com a exclusão social e os vários modos pela qual ela foi sendo pensada e (mal) enfrentada ao longo da história recente do país. Em seus escritos, a exclusão é voltada para a violência urbana, discutindo-se o tema da cidadania, das lutas urbanas e suas conexões com o condicionamento das regras de sobrevivência. A questão da metropolização, da moradia popular e do padrão periférico de ocupação do solo urbano na metrópole tiveram atenção especial na sua produção acadêmica.

Pensando na trajetória da temática em questão, observamos que nos anos 1980 os debates sobre o tema da exclusão se voltavam para a questão da democracia, da segregação social advinda da legislação urbanística, da importância do território para a cidadania e da falência das políticas sociais, dos movimentos e lutas sociais. Foi a partir deste período que as discussões sobre o tema da exclusão ganharam maior ênfase na dimensão espacial.

A cidadania passou a ser relacionada com a maior ou menor apropriação do território urbano. Entre esses autores destacamos o geógrafo Milton Santos, com seus trabalhos

voltados para a democratização da sociedade brasileira, chamando a atenção para o valor do território para a cidadania. Para Santos o valor do homem é determinado pelo lugar que ele ocupa no território.

A possibilidade de ser ou não cidadão depende do ponto do território onde ele está. Não há uma divisão dos benefícios da urbanização igual para todos, estando os pobres condenados duas vezes à miséria por ocuparem os lugares de menor acesso a tais benefícios.

2.3.2. Desfiliação: a influência da escola francesa.

É a abordagem francesa da década de 1990 que vinculou mais fortemente a exclusão com o conceito de cidadão. Na escola francesa dessa época temos vários estudos e autores, sendo que os mais relevantes são Robert Castel (1995) e Serge Paugam (1991).

Assim, pela primeira vez, a exclusão social passou a ser vista como um processo multidimensional que está além da exclusão do emprego, mas perpassa toda a vida dos sujeitos e sua participação nas atividades sociais. A questão social nessa esfera é caracterizada pelo avanço na consolidação democrática e no aprofundamento da vulnerabilidade social e econômica.

Na escola francesa dessa época o tema da exclusão tornou-se um dos objetos centrais dos estudos acadêmicos e estava como o caso norte-americano, no centro dos embates políticos. Tal questão social era tida e havida como de responsabilidade do Estado, que deveria fomentar políticas públicas de inclusão social. Desta forma, o conceito de desfiliação, proposto por Robert Castel, na sua obra "As Metamorfoses da Questão

Social", constitui objeto de especial interesse teórico e que convém destacarmos e estudarmos mais a fundo aqui.

A obra de Castels nos permite refletir sobre as novas facetas da exclusão presentes na sociedade francesa. Ainda que o foco do autor seja o cenário francês, muitos elementos são úteis para indagarmos a respeito da presença da “precariedade do emprego” e “desfiliação social” no contexto brasileiro.

Em sua obra, o sociólogo faz uma análise da questão social centrada na crise da sociedade salarial. Na contextualização histórica elaborada por Castel, observa-se desde a emergência da relação contratual e os que dela eram excluídos até a atualidade em que a vulnerabilidade dos pobres trabalhadores e desempregados se expressa não só no aumento da exclusão do emprego, mas também pela precarização das relações contratuais, das formas de sociabilidade perversas e de um panorama que passa pelo desmonte do Estado de bem-estar social.

Castel utiliza o termo desfiliação em lugar de exclusão, abordando também processos contemporâneos como à desestabilização dos estáveis, que antes possuíam direitos e estabilidade, mas que se tornam vulneráveis e se instalam na precariedade. O autor se recusa em utilizar o conceito de exclusão, e até o considera como um termo "banalizado", que perdeu sua capacidade explicativa, uma vez que todos os processos são explicados da mesma forma. Ele diz que o uso do termo "exclusão" é uma "resposta indolente" às dificuldades de problematizar os diferentes processos que atravessam a sociedade contemporânea e que fazem com que os indivíduos passem de uma situação de integração para uma situação de extrema vulnerabilidade.

Em vista de tais argumentos Castel, assim como outros autores, tais como os brasileiros Luciano de Oliveira e José de Souza Martins, afirma que o termo exclusão não é apropriado, pois os indivíduos "excluídos" não estão fora da sociedade, eles fazem parte da

sociedade numa posição de regulação que permite a manutenção de uma determinada forma de dominação. Dessa forma, pensam também que o termo "inclusão" tampouco faz sentido se formos coerentes com este raciocínio, uma vez que não se trata de "incluir" no sistema que "exclui", mas sim de transformar a estrutura e a dinâmicas sociais. Portanto, não se discute a 'inclusão' mas sim a transformação, a “metamorfose”, como emprega Castel.

Desta forma, na obra de Castel, observamos que a condição salarial se vincula à sociedade salarial, sendo que essa sociedade salarial é uma sociedade na qual a maioria dos sujeitos sociais recebe não somente sua renda, mas também seu estatuto, seu reconhecimento, sua proteção social. A sociedade salarial promoveu, nesta acepção, um tipo inédito de segurança: uma segurança relacionada ao trabalho, e não somente à propriedade. Assim, a condição salarial, poderia permitir algumas remunerações confortáveis, além de posição de prestígio e de poder. Mas ela passou a ser, sobretudo, uma fonte de segurança, uma possibilidade de controlar o futuro, uma vez que o presente estava assegurado, quase de uma ponta a outra da escala, como designa Robert Castel.

Essa questão, na perspectiva histórica analisada por Castel, adquire relações com o presente, no qual a questão social é analisada tendo como ponto de partida o enfraquecimento da condição salarial descrita acima. Ou seja, no contexto atual, a família tornou-se mais vulnerável e vê seu status social ameaçado. Uma das conseqüências dos processos de desfiliação (termo utilizado para substituir o conceito de exclusão por Castel) é a perda dos suportes sociais que garantiam o exercício de direitos iguais em uma sociedade democrática e o desengajamento material e simbólico dos indivíduos no laço social. Nesse caso o hiperindividualismo contemporâneo é um dos efeitos da nova configuração social.

Essas mudanças recentes denunciam que a identidade pelo trabalho está perdida. Consequentemente, a identidade em termos de comunidade de moradia e de modo de vida também está sendo ameaçada. Para Castel, essa ameaça, que pesa sobre o indivíduo, faz como que ele se feche sobre si mesmo. O autor utiliza a metáfora do narciso para explicar que o indivíduo que não pode referenciar-se em algo que esteja fora dele mesmo acaba por afogar-se na própria imagem.

Dessa forma, entendemos que a individualização produzida pelo ideal neoliberal é a de um sujeito para o qual a sociedade não faz sentido, como se ele não possuísse nenhuma responsabilidade frente à sociedade. Esta ilusão, para Castel, pode ser interpretada como uma resposta às pressões sociais (como aquelas produzidas pela imposição da tecnologia e pelo capital financeiro) que são sentidas como impossíveis de serem suportadas ou controladas pelo indivíduo, produzindo uma recusa de todo o tipo de engajamento que implique nas responsabilidades referentes ao engajamento no laço social.

Diante dessa análise, através dos escritos de Castel, vemos que a exclusão social é diferente das formas existentes anteriormente de discriminação ou mesmo de segregação, já que cria indivíduos inteiramente desnecessários ao mundo laboral, sugerindo não haver mais possibilidades de inserção. Assim, os excluídos não são mais residuais nem temporários, mas contingentes populacionais que não encontram lugar no mercado. São os “inúteis para o mundo”, para usar uma expressão do autor em questão.

Na França, a fragilização das proteções historicamente co1 9730 Tm (c)Tj 0.0918787 6382 9733 Tm (c)

Castel reconhece três subconjuntos de práticas de exclusão ao longo da história. O primeiro consistiria na supressão completa da comunidade e o genocídio seria a sua forma última – aqui estariam os mouros e os judeus apátridas produzidos pelo nazismo, além das diferentes categorias de banidos. Para Castel, essa modalidade de exclusão, a mais radical de todas, parece impossível hoje em dia, a não ser pela degradação política e social completa.

O segundo subconjunto de práticas da exclusão, que parece bem menos improvável na atualidade, resultaria na construção de espaços fechados e isolados dentro da própria comunidade – seriam os guetos, os leprosários, os asilos para loucos e as prisões para os criminosos. Finalmente, o “*status*” especial atribuído a certas categorias da população para que possam coexistir na comunidade, com a privação, porém, de certos direitos e da participação em determinadas atividades. Seria um outro subconjunto de práticas de exclusão e talvez a principal ameaça nos nossos dias, pois a discriminação positiva pode facilmente se tornar negativa, categorizando determinados grupos como cidadãos de segunda classe (1997b, pp. 35-44).

Castel sugere dessa forma que falemos em precarização, vulnerabilidade, marginalização, mas não em exclusão. O autor adverte que essas situações marginais têm origem no processo de desligamento em relação ao trabalho e à inserção social. Nesse duplo processo de desligamento podemos distinguir três formas de degradação que, agrupadas, originam três zonas: *zona de integração* (trabalho estável e forte inserção relacional), *zona de vulnerabilidade* (trabalho precário e fragilidade dos apoios relacionais) e *zona de desfiliação* (ausência de trabalho e isolamento relacional). O sociólogo francês ainda distingue uma quarta: a *zona de assistência*, na qual se insere o tratamento dado aos indigentes inválidos (1997a, p.23).

Assim, talvez não seja incoerente nos referirmos às categorias da população que sofrem de um *déficit de integração* e, portanto, estão “ameaçadas de exclusão”. Tais processos de marginalização podem resultar em exclusão propriamente dita, ou seja, num tratamento explicitamente discriminatório (1997b, p. 41).

Os conceitos de desfiliação, invalidação social, propriedade privada, propriedade social, sociedade salarial e propriedade de si, são discutidas de forma aprofundada e ganham força como categorias explicativas da dinâmica e da estrutura sociais da nova questão social que emerge no cenário francês. Partindo desta mesma lógica, Luciano de Oliveira chama a atenção para o fato de que a problemática da exclusão há tempos está presente nas discussões sobre a situação social do Brasil e que passou a prestar aos mais diversos usos. Essa constatação o leva a discorrer sobre a natureza epistemológica do conceito e sua aplicação no cenário nacional e internacional. Para o autor, chamar todos e quaisquer grupos sociais desfavorecidos de excluídos pode levar a contra-sensos, sendo necessário assimilarmos as suas origens e naturezas distintas, assim como tratarmos a questão com estratégias diferentes (1997, p. 50).

O autor questiona a existência dos excluídos, já que estão, de uma forma ou de outra, integrados ao sistema econômico. Para ele, tanto os incluídos como os excluídos são “produzidos” por um mesmo processo econômico, que de uma lado produz riqueza e, de outro, miséria. Como exemplo, cita os catadores de lixo, que, aparentemente, são literalmente supérfluos, pois, vivendo de restos, a sua presença ou ausência não faria - do ponto de vista da acumulação globalizada – nenhuma diferença.

No entanto, um estudo recente de Corrêa nos revela que esses catadores estão cada vez mais atrelados a intermediários, com estes últimos comercializando o material catado aproveitável junto a indústrias. Enquanto a grande maioria dos catadores trabalham mais

de 8 horas por dia recebendo um pouco mais de meio salário mínimo, no preço pago pela indústria aos intermediários se verifica um aumento de quase mil por cento.

Concluindo, Luciano de Oliveira afirma que pela via mais perversa possível, até os catadores de lixo estão integrados à economia. Gonçalves ao reforçar essa idéia diz que, “o que os trabalhadores dos lixões e também aqueles que perambulam pelos centros urbanos coletando os materiais recicláveis recolhem, não é um amontoado de lixo, é trabalho humano socialmente utilizado e incorporado naquilo que ainda há pouco, dentro de um determinado contexto social, era mercadoria, por um momento foi dispensado e tornou-se lixo e a partir da apropriação feita pelo catador, que o levou até o depósito para trocar por dinheiro, de onde sairá para as indústrias, também trocado por dinheiro, um equivalente geral que poderá ser trocado por outras mercadorias, torna-se novamente, no contexto dessa relação social marcada pela lógica do valor de troca, uma mercadoria (Gonçalves, 2006).”

Assim Gonçalves concorda com Oliveira, pois o catador recupera uma mercadoria que passará por um processo de reindustrialização que o revitalizará, colocando-o em condições de assumir novamente o seu caráter de valor de uso, base é claro de sustentação do seu valor de troca.

2.3.3 Exclusão Social: Um termo polissêmico.

O sociólogo José de Souza Martins considera que o conceito exclusão veio substituir a idéia sociológica de “processo de exclusão”, atribuindo-se mecanicamente todos os problemas sociais e distorcendo a questão que pretende explicar. Assim, afirma que talvez pudéssemos negar a existência da exclusão: o que existem são vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes. Quando concebida como um estado fixo fatal e incorrigível e não como expressão de contradição do desenvolvimento da sociedade capitalista, a exclusão cai sobre o destino dos pobres como uma condenação irremediável (1997, pp. 14-16).

Essa mesma “exclusão” fala de “situações objetivas de privação, mas não nos fala tudo nem nos fala o essencial” (MARTINS, 2002, p. 43). A partir dela não se luta por transformações sociais, mas sim “em favor de relações sociais existentes, mas inacessíveis a uma parte da sociedade” (2002 p. 47). E, mais do que isso, discutindo a “exclusão” “deixamos de discutir as formas pobres, insuficientes e, às vezes, até indecentes de *inclusão*” (1997 p. 21).

De fato, um dos dilemas de Luciano de Oliveira é que uma nova dicotomia surge: os incluídos em oposição aos excluídos. Essa construção, entretanto, nega o ponto de vista praticamente hegemônico nas Ciências Sociais que é justamente a perspectiva antidualista de inspiração marxista. É um disparate nos referirmos a “excluídos” quando esses mesmos indivíduos não se encontram *fora*, mas, antes, *inseridos*, embora precariamente, no sistema econômico. “Qual o sentido de falar em duas ordens de realidade, dos ‘incluídos’ e dos ‘excluídos’, se ambas são produzidas por um mesmo processo econômico que, de um lado, produz riqueza e, de outro, miséria?” (1997 p. 53).

Daí Martins sugere a existência de uma sociedade dupla, abrigo de duas humanidades: uma humanidade constituída de integrados, ou seja, de uma população de pobres e ricos inseridos nas atividades econômicas e com lugar garantido no sistema de relações sociais e políticas; e uma subhumanidade, incorporada por meio do “trabalho precário no trambique, no pequeno comércio, no setor de serviços mal pagos ou, até mesmo, excluídos” e que se baseia “em insuficiências e privações que se desdobram para fora do econômico”. Isso quer dizer que, muitas pessoas estão integradas economicamente, mesmo que de forma precária criam um mundo à parte, pois estão separadas por categorias sociais rígidas, não oferecem alternativa de saída e fazendo crescer a consciência de que para elas não há justiça (1997 pp. 35 e 36).

Para Martins, a inclusão até acontece no plano econômico, pois a pessoa ganha algo para sobreviver, mas não ocorre no plano social e não ocorre sem causar deformações morais. Assim, não se trata, por outro lado, de proscrevermos totalmente o termo exclusão e sim de nos perguntarmos sob quais condições o seu emprego é legítimo. Isso porque “se podemos, hoje, duvidar se estamos numa sociedade de exclusão, é incontestável que existiram sociedades de exclusão” (1997b, p. 35).

Luciano de Oliveira, por sua vez, indaga sobre o verdadeiro sentido do conceito exclusão. E é ele mesmo quem responde: em relação às causas do fenômeno, “o ponto de vista antidualista é o mais apropriado, sob pena de cairmos no dualismo ingênuo e insuportável (...) de acharmos que os miseráveis são os responsáveis pela própria miséria”. Por outro lado, “ocorre que analisar o problema dos excluídos sob o viés econômico nada nos diz sobre a necessidade – que não é econômica, mas ética e política – de sua *inclusão*” (1997, p. 60).

Castel, por sua vez, aconselha três cuidados quando da utilização do conceito exclusão. Primeiramente, não chamar de exclusão qualquer disfunção social, mas

distinguir cuidadosamente os processos de exclusão do conjunto dos componentes que constituem, hoje, a questão social na sua globalidade. Em segundo lugar, esforçar-se para que as medidas de discriminação positiva, que são sem dúvida indispensáveis, não se degradem em *status* de exceção. Em terceiro, lembrar-se que a “luta contra a exclusão” é levada também, e, sobretudo, pelo modo preventivo, quer dizer, esforçando-se em intervir, sobretudo em fatores de desregulação da sociedade salarial, no coração mesmo dos processos da produção e da distribuição das riquezas sociais (1997b, pp. 45-47).

Vale ressaltar que esse mesmo processo de exclusão põe em movimento protestos na sociedade, desde interpretações críticas a reações das vítimas excluídas, ou seja, sua participação como ser transformador no próprio processo, o que o inclui, representando sua concreta integração. Portanto, sob o ponto de vista destes autores, não existe exclusão, que segundo eles, é uma categoria atemporal e não um conceito teórico. Existem sim, vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes, onde os indivíduos desses processos, pela via dos conflitos, anunciam sua revolta, sua força reivindicativa e sua atuação na luta de classes.

Diante das considerações postas torna-se cada vez mais claro que a exclusão só se explica a partir de um encadeamento de fatores de natureza relativamente distinta que convergem, de forma até certo ponto contínua e repetitiva, e produzem impactos no nível de vida de pessoas, grupos e territórios. A exclusão tem uma base material relacionada com a falta de meios de subsistência, não sendo apenas produto da diferenciação social. São os circuitos de privação, as desvantagens acumuladas, o que caracteriza a exclusão.

As origens familiares, um nível de escolarização baixo, nulo ou deficiente, uma formação profissional escassa ou reduzida, a falta de trabalho, o trabalho precário ou sazonal, uma alimentação deficiente, vencimentos reduzidos, uma habitação inadequada ou em más condições, estado de saúde debilitado e doenças crônicas ou repetitivas, a falta de

prestações sociais e sem acesso aos serviços públicos, entre outros, costumam ser os elementos mais evidentes destes circuitos empobrecedores. Quem não dispõe destes requisitos coletivos dificilmente pode fazer progressos duradouros nas tentativas de sair destes circuitos.

A partir das considerações acima, concluímos que processos excludentes são decorrentes dos circuitos de privação e das desvantagens acumuladas. Como veremos adiante, os resultados obtidos reforçam a tese que tem sido desenvolvida no grupo de pesquisa CEMESPP de que os processos excludentes são ainda mais perversos nas cidades médias. Daí a necessidade de uma discussão prévia a respeito da natureza da produção do espaço urbano e realidades não metropolitana, bem como sua articulação com a reprodução da pobreza urbana.

Cidades Médias e Pobreza Urbana



O BICHO

Manuel bandeira

*"Vi ontem um bicho
Na imundície do pátio
Catando comida nos detritos
Quando achava alguma coisa
Não examinava nem cheirava:
Engolia com voracidade*

*O bicho não era um cão,
Não era um gato,
Não era um rato,*

o bicho, meu Deus, era um homem."

CAPÍTULO 3

CAPÍTULO 3 - OS ESTUDOS SOBRE CIDADES MÉDIAS E POBREZA URBANA.

Tendo em vista que as metrópoles concentram os maiores contingentes de pobres, em termos absolutos, pode parecer estranho a afirmação de que nas áreas não metropolitanas os processos excludentes são mais acentuados. É que no Brasil, há uma forte associação entre pobreza urbana e exclusão. Procuraremos argumentar mais adiante que a fragilidade das redes sociais nas cidades pequenas e médias torna estes espaços urbanos mais suscetíveis aos processos excludentes. Para isto, será preciso analisar a natureza da dinâmica urbana neste tipo de cidade

Diversos critérios foram e continuam sendo adotados para a definição terminológica de “*cidade*”. Alguns países utilizam o critério quantitativo - número de habitantes - para diferenciar cidade, aldeia, povoado ou campo. Outros se apóiam na legalidade administrativa ou governamental, como é o caso da maioria das vilas e cidades do mundo e do Brasil, cujos “lugares urbanos” são designados sobre uma base legal-administrativa, onde toda sede de município é denominada cidade.

Todavia, os critérios utilizados para designações de vilas e cidades que se restringem ao uso único do parâmetro número de habitantes e/ou à legalidade dos propósitos de governos administrativos são severamente criticados. Na Geografia, alguns pensadores dedicaram-se ao assunto. Pierre George, ao analisar as divergências em torno da terminologia rural-urbano, deduz ser impossível definir *cidade* de forma simples e universal, considerando prioritárias as atividades econômicas, "pois é a categoria de cidades que se tem que definir, e não uma cidade abstrata universal"(b)Tj 0.09187 0 0 -0.09187 5i 5i Tm (o(h

atividades e populações conjuntamente reunidos no espaço", embora sugira, para uma caracterização geográfica de lugares urbanos, que sejam levados em consideração as atividades de uso do solo, tais como população, habitação e indústria, além dos diferentes tipos de intercâmbio, ligações e interações que ocorrem dentro e entre os centros. (Clark, 1985, p.37). O autor ressalta também a dificuldade na delimitação e na atribuição de uma terminologia dos diferentes aglomerados universalmente aceita: "a questão crítica é onde os limites são colocados, e como isso é freqüentemente uma matéria de negociações entre as autoridades locais, a situação pode e tem mudado ao passar de uma noite". (Clark, 1985, pp.54-55).

Esses estudos, embora exponham a dificuldade de se denominar e delimitar o campo e a cidade, e questionem as formas sob as quais estas configurações espaciais vêm sendo trabalhadas, terminam por propor análises cuja fundamentação é centrada na concepção funcionalista da cidade, na atribuição de uma função às cidades, ou apenas em dados puramente estatísticos, priorizando o quantitativo. Assim, não há na verdade uma preocupação com o conceito de cidade e sim com a capacidade que esta noção teria para as delimitações necessárias.

Dessa forma, tendo em vista essa questão da terminologia e a falta de consenso para se definir critérios para o conceito de "cidade", conseqüentemente vemos essa mesma dificuldade ao checar na literatura sobre o conceito de cidades médias. Nesse sentido, analisando o período 1940 – 1991, Milton Santos, (1993; p. 73) afirma:

Tomadas em conjunto, as aglomerações com mais de 100.000 habitantes, raras em 1940 – quando eram apenas dezoito em todo o País – vêem o seu número aumentado nos recenseamentos seguintes, alcançando 142 em 1980. Em 1991, 183 municípios contavam com mais de 100.000 habitantes. A partir dos anos 70, parece ser esse (100.000) o patamar necessário para a identificação de cidades médias em boa parte do território nacional. A expansão e a diversificação do consumo, a elevação dos níveis de renda e a difusão dos transportes modernos, junto a

uma divisão do trabalho mais acentuada, fazem com que as funções de centro regional passem a exigir maiores níveis de concentração demográfica e de atividades.

Tal afirmativa alerta para o crescimento populacional dos centros urbanos, mas destaca, principalmente, a importância de se identificar uma série de cidades, que o autor já denomina de “cidades médias” em decorrência da concentração de indicadores econômicos e sociais. Nos últimos anos, o aumento considerável do número de cidades com mais de 100.000 habitantes, bem como o crescimento gradativo populacional dessas cidades no Brasil vem chamando a atenção de alguns pensadores.

Recentemente, Andrade e Serra (2001), analisando o crescimento das cidades não metropolitanas, denominadas de cidades médias, adotaram o seguinte critério para caracterizá-las. “Trata-se de um conjunto de centros urbanos não-metropolitanos e não-capitais com população entre 100 mil e 500 mil habitantes, segundo o Censo de 2001” (Andrade & Serra, 2001). Outro autor que parametriza as cidades médias pelo critério populacional é SERRA (1998), que classifica a cidade média como aquela que possui população urbana entre 100 mil e 500 mil habitantes.

Esta parametrização, segundo o autor, é capaz de englobar centros os quais já possuem escala urbana de atividades econômicas, que pode gerar economias de aglomeração, mas não são significativamente afetados por deseconomias de aglomeração. Todavia, esse critério demográfico, embora adequado e convencionalmente usado, não contribui para o entendimento das cidades médias enquanto local intermediário da rede urbana, assim como de seus papéis de convergência de espaços, com uma maior ou menor inserção no meio da sociedade informacional. Dessa forma, não devemos nos ater somente ao critério demográfico.

Amorim Filho (2001) apud Beltrão Sposito (2001) é quem ressalta que:

... [...] o critério demográfico (embora cômodo e não negligenciável) é capaz apenas de identificar o grupo ou a faixa que pode conter as cidades médias.[...] O critério da classificação baseado no tamanho demográfico tem sido o mais utilizado para identificar as cidades médias, pelo menos como primeira aproximação. Tal critério toma a população urbana como ‘proxy’ do tamanho do mercado local, assim como um indicador para o nível de infra-estrutura existente e grau de concentração das atividades. Desse ponto de vista, embora não haja um acordo absoluto quanto aos limiares demográficos máximo e mínimo que podem conter o conjunto das cidades médias, há, em cada período histórico, coincidentes patamares demográficos definidores desse conjunto de cidades nas mais variadas regiões do mundo. (p.2-3).

De acordo com Milton Santos (1993), podemos afirmar que, além desse critério demográfico, as mudanças nas “áreas urbanas” são mais significativas e de mais difícil apreensão, quando consideramos que a “divisão do trabalho” torna-se mais complexa e as cidades, centros regionais com contornos e funções mais definidos, constitui-se em centros com considerado nível de concentração de atividades econômicas (p. 73).

Dessa forma, vemos que os fortes indicadores de centralidade regional e de complexidade de comércio e serviços, principalmente os índices de informatização urbana – que remete à necessidade de se compreender o grau de modernização dos equipamentos da cidade – comparecem, para além do fator demográfico, como os indicadores fundamentais para se identificar uma cidade média, contextualizando-a no tempo e no espaço de referência.

Segundo Sposito (2004), alguns critérios podem ser empregados para se conceituar, com mais detalhamento, o que é uma cidade média. Um primeiro critério é a sua *relevância regional*, compreendida como comparativo, considerando-se o nível e a qualificação do emprego, a demanda por serviços especializados e a capacidade de modernização informacional na área urbana.

Um segundo critério é a sua localização em relação às áreas metropolitanas, desde que ela possa ser distinguida da metrópole. Em outros termos esse é critério da distância

desses grandes centros. A exposição sobre esse critério pode ser enriquecida com a seguinte citação:

“...tanto maiores poderão ser os papéis urbanos de uma cidade, quanto mais distante ela estiver de outras que, pertencentes a níveis superiores da hierarquia urbana, possam oferecer mais bens e serviços à sociedade. Aceitando-se esse raciocínio, a distância de grandes centros urbanos poderia ser uma das determinantes de maior ou menor importância de uma cidade média” (Sposito, 2001, p. 627).

Outro critério é a verificação da capacidade de absorção de investimentos da cidade média em relação ao seu entorno regional e à capacidade das metrópoles mais próximas. Esse critério, mesmo que seja quantitativo, pode ser enriquecido pelas informações referentes a programas de governo (federal, estadual ou mesmo municipal) que induzam certas características da cidade.

Esse critério pode ser lido, também, como relativo à distância entre a cidade média e outras aglomerações ou centros médios, e ao caráter estratégico da cidade em termos econômicos e físicos, não somente em relação a outras aglomerações ou centros médios, mas também aos nós dos sistemas de transportes e comunicações.

É necessário acrescentar, ainda, o critério do consumo, como explicitado por Silveira (2001 p. 281),

Os sistemas de cidades constituem uma espécie de geometria variável, levando em conta a maneira como as diferentes aglomerações participam do jogo entre o local e o global. É dessa forma que as cidades pequenas e médias acabam beneficiadas ou, ao contrário, são feridas ou mortas em virtude da resistência desigual de seus produtos de suas empresas face ao movimento de globalização.

Acrescentando ainda essa idéia de consumo, Santos & Silveira (2001, p. 180) afirmam que “as cidades são pontos de interseção e superposição entre as horizontalidades

e as verticalidades. Elas oferecem os meios para o consumo final para as famílias e administrações e o consumo intermediário das empresas”. Nessa visão, vemos que a cidade média nada mais é que uma cidade com uma população acima da média regional, que exerce uma influência em uma determinada sub-região, com funções que a fazem assumir o papel de pólo regional na hierarquia urbana, provendo o consumo produtivo e coletivo da sub-região onde está inserida.

No caso do Brasil, essas cidades tiveram seu desenvolvimento e ganharam visibilidade ao final da década de 1970, quando o Banco Interamericano – BID financiou o projeto CPM – Centro de Porte Médio⁷, gerenciado pelo governo brasileiro através inicialmente do CNPU – Conselho Nacional de Política Urbana⁸ e depois o CNDU – Conselho Nacional de Política Urbana órgãos ligados ao Ministério do Planejamento e pela Secretaria Especial da Região Sudeste ligada ao Ministério do Interior. A ação do projeto pressupunha atuar sobre os centros urbanos classificados de porte médio pela sua posição geográfica, população, importância sócio-econômica, função regional significativa, de modo a incrementar seu desenvolvimento com vistas à estruturação de uma rede urbana “mais equilibrada”.

De certa forma, esse plano estava voltado para a idéia de que as cidades de porte médio teriam o potencial para reverter à anomalia da malha urbana. Na visão de muitos, estas cidades serviriam de “diques” para conter o fluxo migratório constante para as metrópoles e para promover a desconcentração econômica. E, de fato, isso ocorreu. A

⁷ Deixaremos à questão cidade média ou cidade de porte médio em aberto, pois na maior parte dos estudos realizados, as cidades médias são consideradas como cidades de porte médio, em que o critério para sua delimitação é essencialmente demográfico. No entanto, essa abordagem também possui suas limitações, pois se trata de um critério que varia geográfica e historicamente..

⁸ Essa intervenção do estado no espaço nos remete a idéia de Gottdiener (1997:129) onde argumenta que o espaço é uma força de produção e também um produto das relações de produção, dessa forma entendemos que o estado usaria o espaço como forma de garantir sua legitimação, controlando os lugares, a hierarquia das partes, a segregação e homogeneidade dos espaços.

análise do período 1970/1991 demonstra que a população brasileira passou por um processo de reversão de sua polarização. Durante os anos de 1970 a 1991 o conjunto dos municípios com população superior a 500 mil habitantes elevou sua participação populacional em 7,4%, enquanto essa elevação foi de 8,3% para o conjunto dos municípios médios, com população entre 50 mil e 500 mil habitantes (Andrade e Serra, 2000, p. 133).

A tendência de reversão da polarização persistiu na década seguinte. Em 2000, o grupo de cidades médias detinha 35,7% da população nacional, contra 26,5% em 1970. Além da intervenção estatal, outros fatores também imprimiram dinamismo às cidades de porte médio, entre eles podemos citar:

- a) as mudanças recentes nos padrões locacionais da indústria;
- b) as transformações mais visíveis no movimento migratório nacional;
- c) o fenômeno de periferização das metrópoles;
- d) a peculiar expansão de nossas fronteiras agrícolas e de extração de recursos minerais.

Neste contexto, passamos a observar um sistema de cidades no qual cidades de porte médio passaram a se situar como o próprio nome indica, numa posição intermediária (cidades regionais e sub-regionais). Elas passaram a formar um conjunto de centros urbanos com atividades próprias, que exercem, ao mesmo tempo, influência sobre as cidades pequenas e um papel de “complementaridade” às metrópoles (respectivamente cidades locais e cidades primazes). Estas cidades apresentam economias externas bem mais elevadas que as pequenas e, em alguns casos se igualando às grandes, sem incorrerem ainda em significativas deseconomias externas (PEREIRA, 1977).

Paul Singer (1981) nos ajuda a entender o grande desenvolvimento dessas cidades, quando afirma que:

“O crescimento demográfico das cidades torna-a, por sua vez, um mercado cada vez mais importante de bens e serviços de consumo, o que passou a constituir um fator adicional da atração de atividades produtivas” (Singer, 1981).

Deste modo, as cidades médias surgiram como uma excelente alternativa locacional para a indústria, dado seu potencial específico de oferta de força de trabalho, economias externas de escala e mercado consumidor, além de pouco atrativas para a localização de serviços sofisticados e/ou muito especializados, competindo pelas atividades econômicas com os demais centros, principalmente as metrópoles.

No campo de política e planejamento econômico, as cidades de porte médio têm um importante papel no desenvolvimento urbano porque as mesmas têm potencial para desenvolver-se, funcionando como já citado acima, em localidades alternativas às metrópoles para população migrante, dado que este fluxo populacional tende a diminuir a qualidade devida nas metrópoles.

Ao mesmo tempo, os centros urbanos médios geralmente requerem menores montantes financeiros para a solução de problemas habitacionais e suas extensões (luz, água, saneamento e transporte), quando comparados às grandes cidades, implicando numa maior eficiência dos recursos públicos (PEREIRA,1977).

Atualmente, cada vez mais as cidades de porte médio são apontadas como excelentes locais para se viver e se investir. Aparecem freqüentemente citadas como “ilhas de prosperidade”, aspecto que retomaremos mais adiante. Mas para entendermos a atual inserção desses centros não metropolitanos na organização da rede urbana é necessário delimitarmos as recentes transformações no espaço o que explica refletir se tais cidades de porte médio estariam se constituindo em novos espaços urbanos, gerando o que se denomina de cidades médias.

Nesse contexto acima, a contribuição de Giddens nos é rica quando relaciona o espaço e a urbanização ao afirmar que “o espaço não é uma dimensão vazia ao longo da qual agrupamentos sociais vão sendo estruturados, mas deve ser considerado em função do seu envolvimento na constituição de sistemas de interação” (GIDDENS, 1989). O espaço

se transforma conforme se desenvolve o meio técnico-científico e modificam-se as formas de apropriação da natureza pelo homem.

São desta forma que a presença dos fenômenos interligados com os recortes espaciais, gera novas relações dialéticas de produção e reprodução espacial. Tendo na técnica a criação de condições sociais inéditas modificando assim, a ordem econômica mundial e transformando os territórios e consequentemente as redes nele inseridas.

Dessa forma, o que observamos, segundo Santos (09187 0 0 -0.09187 5166 4104 T0.09187 2308 410

ao d

Contudo, temos um problema metodológico a se considerar, decorrente dessa situação. É que os estudos sobre essas cidades médias têm-se referenciado, historicamente, pelas metodologias de investigação teórica e empírica (tanto do ponto de vista quantitativo quanto qualitativo) praticadas nas metrópoles. Isso porque a pesquisa urbana na América Latina tem quase que hegemônica e tradicionalmente, no estudo e análise sobre as grandes cidades seu foco privilegiado de observação (GOMES, 2000a), visto que são nesses espaços que se concentram com maior evidência os problemas de ordem social, econômica e ecológica (BÄHR/ MERTINS 1995).

Talvez isso se deva ao fato de as cidades médias vieram a ser foco de interesse na América Latina, somente a há cerca de 10-15 anos atrás, embora de porte e expressão incomparavelmente menor que aquelas realizadas para as grandes cidades. E, no Brasil, os estudos e pesquisas tiveram sua maior concentração tão somente no final da década de 1970 e meados de 1980, do século passado. Mesmo assim, consideradas, primordialmente, segundo a classificação pelo seu número de habitantes (MERTINS 1999a).

Mediante essa consideração, vemos que a análise sobre as cidades médias exige os estudos teóricos e empíricos que considerem a realidade urbana específica dessas localidades, assim como sua complexibilidade para, enfim, subsidiar o debate entorno dos espaços não metropolitanos.

Como já dissemos, a presente pesquisa visa contribuir para a especificidade da produção do espaço urbano de cidades médias, tendo em vista a reprodução da desigualdade e exclusão social intra-urbana que gera. Conforme veremos no item seguinte, tais processos de reprodução da desigualdade e exclusão mantêm um certo padrão de estruturação em cada formação territorial específica. No caso em discussão, estaremos nos referindo ao fenômeno urbano do interior paulista.

3.1. O padrão de estruturação das cidades médias no interior paulista.

Segundo Matos, é indiscutível a importância da ferrovia na paisagem urbana das cidades do interior do Estado de São Paulo. Muitas destas cidades surgiram diretamente atreladas à companhia ferroviária, outras tantas construídas ao longo de rodovias, e que são resultado de um processo de urbanização extensa e homogênea, típica da formação urbana do interior paulista. Nas palavras deste autor,

"Consideremos que a ferrovia modelou a paisagem urbana. A chegada dos trilhos é quase sempre um marco na história de uma cidade. Com a estrada de ferro, vem todo o aparelhamento que ela exige, especialmente quando a cidade, por alguma razão, é escolhida para sede de qualquer atividade especial da estrada: armazém, oficinas, ponto de cruzamento de trens e local de baldeação. Tudo isso reflete sobre a vida da cidade, pois constitui mercado de trabalho de certa atração e estimula numerosas atividades correlatas. Casos existem e cidades que chegaram a depender de sua função ferroviária. Foi o caso, por exemplo, de Bauru, no seu início, ou de Rio Claro, que durante muito tempo praticamente viveu em função das oficinas da Paulista, ali localizadas". (MATOS, 1981, p. 57)

Em geral, a organização espacial e estrutural das cidades ocorreu em função do momento sócio-econômico e das demandas percebidas ou projetadas pelos dirigentes ou pelas pessoas que detinham o "poder", representado por segmentos da sociedade agrícola, tais como dirigentes da Igreja, fazendeiros, alguns comerciantes e industriais.

Assim, muitas cidades do interior paulista se organizaram em torno da Igreja, da ferrovia, do porto, da feira regional, da praça. Nesse sentido a cidade é sempre "planejada", ou regularmente constituída de acordo com os interesses dominantes. O plano consiste em adequá-las às situações atuante em cada momento.

Este padrão de organização das cidades pode ser analisado de acordo com a noção de rugosidade proposta por Milton Santos (1996). Segundo este autor, para entender as especificidades dos lugares que trazem restos do passado, é preciso considerar na construção da paisagem do presente, um processo de “supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares”. (SANTOS, M. 1996 p. 113).

Tendo em vista esta acepção de Santos, consideramos no presente projeto que ainda permanece um tempo lento nas cidades médias, pois cada sociedade cria o seu tempo “através de suas técnicas, através do seu tempo, através das relações sociais que elabora” (Santos, M. 2001). Sendo assim, possuímos várias temporalidades num mesmo momento histórico. Nas cidades médias paulistas, tais temporalidades resultaram num determinado padrão de estruturação espacial.

Dessa forma, o aspecto material dos lugares, as disposições das pedras e a paisagem podem persistir através de anos, essa persistência ou não está correlacionada ao grupo de atores sociais que está incessantemente em contato com elas, e que confunde sua história de vida com a do lugar, freqüentemente possui a característica de denotar menor importância aos acontecimentos e coisas que estão fora de seu lugar.

Assim temos nessas cidades construções, objetos materiais e aspectos culturais frutos de um outro tempo, donde estes se apresentam como resultado de um outro tipo de processo produtivo e técnica, que remete a um outro período, que já não mais vigora.

Seguindo essa lógica, de acordo com Antônio Candido: “O espaço se incorpora à sociedade por meio do trabalho e da técnica, que o transformam sem cessar e o definem, por assim dizer, a cada etapa da evolução, (...) baseado aí pode determinar uma posição fecunda para compreender a vida social a partir da satisfação das necessidades, mostrando, de um lado, que a obtenção dos meios de subsistência é cumulativa e relativa ao

equipamento técnico; de outro, que ela não pode ser considerada apenas do ângulo natural, como operação para satisfazer o organismo, mas deve ser também encarada do ângulo social, como forma organizada de atividade”.(Candido, A.2001, p. 30).

A partir daí, podemos indagar como cidades médias paulistas se colocam no meio técnico-científico informacional e as suas formas de articulação entre o global e o local, redefinindo a vida em sociedade, mas sem perder de vista a estruturação espacial herdada.

Dentre os elementos explicativos dessa nova realidade, teríamos o processo de involução metropolitana, em contraposição ao de metropolização, que caracterizava a urbanização até então, quando passam a crescer não somente algumas poucas grandes cidades, mas também as cidades médias, criando um verdadeiro 'exército industrial de reserva de lugares', com a proliferação de uma enorme quantidade de lugares propícios ao exercício dos capitais hegemônicos, permitindo a fragmentação do território e uma nova divisão social e territorial do trabalho. Assim no interior paulista estaria em produção, um espaço metropolitano – não metropolitano difuso, conforme a definição de Ana Clara Ribeiro (2005)⁹

Santos (1994) chama este processo de involução metropolitana que ocorre paralelamente ao da onipresença metropolitana: São Paulo hoje está presente em todos os pontos do território informatizado brasileiro, ao mesmo tempo e imediatamente, o que traz como consequência, entre outras coisas, uma espécie de segmentação vertical do mercado enquanto território. (...) O espaço é assim desorganizado e organizado a partir dos mesmos pólos dinâmicos. (SANTOS, M, 1988, p. 62). A compreensão de Presidente Prudente exige a consideração da dinâmica desta subtotalidade.

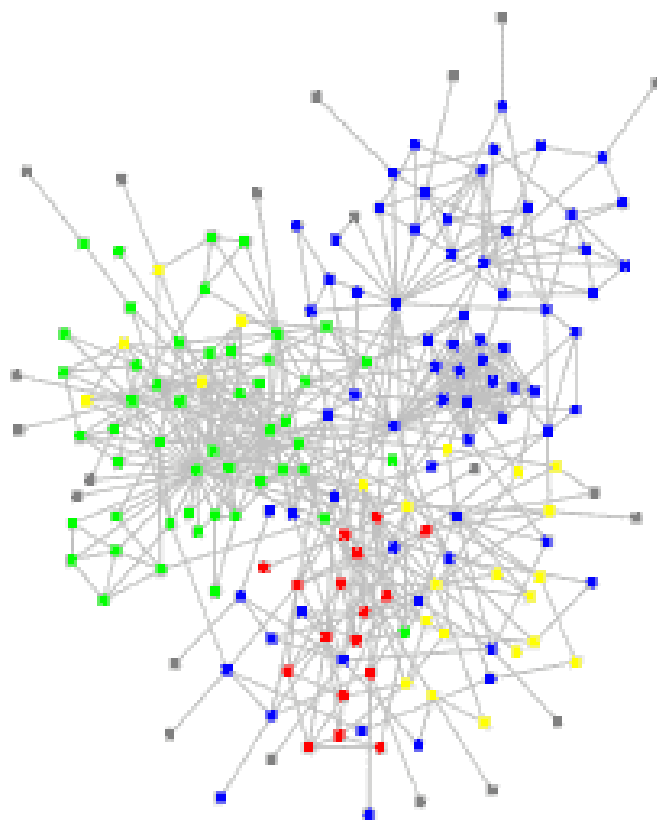
Considerando o exposto acima, poderíamos concluir que não há um padrão específico de produção da desigualdade e exclusão em cidades médias. Elas estariam se

9 Conferencia de abertura do I CIMDEPP>

estruturando segundo o mesmo processo das grandes metrópoles: criando estruturas intra-urbanas marcadas pelas desigualdades sociais e discrepâncias territoriais. Contudo, queremos argumentar que o resultado desse processo é muito diferente nas áreas não metropolitanas. Apesar de também ocorrer problemas urbanos similares àqueles encontrados nas grandes cidades metropolitanas como a violência, a periferização precária, a ilegalidade na abertura de loteamentos etc., a capacidade de enfrentamento de tais problemas pela população mais pobre é muito diferente, principalmente porque as especificidades deste processo ampliam a margem para o clientelismo político.

O procedimento analítico que adotamos para compreender a especificidade dos processos excludentes nas cidades médias paulistas teve por referência as correlações recentes entre as redes sociais e o território na cidade de Presidente Prudente. Tais correlações serão apresentadas nos 2 capítulos seguintes.

*Redes Sociais e Território Uma Leitura Possível
dos Processos Excludentes em Cidades Médias*



CAPÍTULO 4

CAPÍTULO 4. REDES SOCIAIS E TERRITÓRIO: UMA LEITURA POSSÍVEL DOS PROCESSOS EXCLUDENTES EM CIDADES MÉDIAS.

A compreensão da natureza dos fenômenos que chamamos de “sociais” tem sido alterada nos últimos anos, com os estudos da rede social (a partir do final dos anos 1950). O desenvolvimento das teorias do capital social (na década de 1990) e os progressos na pesquisa dos sistemas complexos (também a partir dos anos 1990), são eventos que têm modificado as ciências sociais. A partir do início do presente século, as contribuições de novas disciplinas para o entendimento das redes sociais (como a Social Network Analysis) vêm se tornando mais expressivas e a principal abordagem dessa disciplina é a teoria das redes sociais.

Os primeiros passos da teoria das redes encontram-se principalmente nos trabalhos do matemático Euler, que criou o primeiro teorema da teoria dos grafos. Um grafo é uma representação de um conjunto de nós conectados por arestas que, em conjunto, formam uma rede.

Em cima dessa nova idéia, vários estudiosos dedicaram-se ao trabalho de compreender quais eram as propriedades dos vários tipos de grafos e como se dava o processo de sua construção, ou seja, como seus nós se agrupavam. ([Buchanan, 2002], [Barabási, 2003] e [Watts, 2003, 1999]). Essa forma de percepção das coisas como redes é cada vez mais crucial para a compreensão das relações complexas do mundo ao nosso redor.

Na sociologia, a teoria dos grafos é uma das bases do estudo das redes sociais, ancorado na chamada Análise Estrutural (Degenne e Forsé, 1999), proveniente das décadas de 1960 e 1970, que dedica especial atenção à análise das estruturas sociais. A importância dessa abordagem está, fundamentalmente, na sua origem sistêmica (Wellman, 1999 e

Scharnhorst, 2003), berço da maioria das teorias que procuram descartar o cartesianismo da análise da parte, buscando a análise do todo, afirmando que este possui propriedades que vão além da mera soma de suas partes. Como essa visão possui uma característica intrinsecamente interdisciplinar, muitos passos importantes na descoberta de propriedades e leis dos fenômenos foram dados em outras ciências, como a biologia e a física (Scharnhorst, 2003).

Nas ciências sociais a análise das redes parte de duas grandes visões do objeto de estudo: as redes inteiras e as redes personalizadas ([Watts, 2003], [Degenne e Forsé, 1999], [Wellman, 1999, 2001 e 2003] e [Garton et. al, 1997]). O primeiro aspecto é focado na relação estrutural da rede com o grupo social. "As redes, de acordo com esta visão, são assinaturas de identidade social - o padrão de relações entre os indivíduos está mapeando as preferências e características dos próprios envolvidos na rede".(Watts, 2003: 48).

O segundo foco estaria no papel social que um indivíduo poderia ser compreendido não apenas através dos grupos (redes) a que ele pertence, mas igualmente, através das posições que ele tem dentro dessas redes.

A diferença entre os dois focus está no corpus da análise escolhida pelo pesquisador. Garton et al. (1997,) explica que a análise de redes sociais foca principalmente nos padrões de relações entre as pessoas. O estudo de redes sociais "reflete uma mudança do individualismo comum nas ciências sociais em busca de uma análise estrutural". Para ir além dos atributos individuais e considerar as relações entre os atores sociais, a análise das redes sociais busca focar-se em novas "unidades de análise", tais como: relações (caracterizadas por conteúdo, direção e força), laços sociais (que conectam pares de atores através de uma ou mais relações), multiplexidade¹⁰ (quanto mais relações

10 Refere-se à variedade de conteúdos trocados entre os atores presentes em uma rede, produtos, serviços, informações e conhecimento. Quanto maior a variedade dos conteúdos trocados, maior é a contribuição desta propriedade para a confiança.

um laço social possui, maior a sua multiplexidade) e composição do laço social (derivada dos atributos individuais dos atores envolvidos).

O estudo de redes sociais procura também levar para a sociedade os elementos principais estudados em uma rede, tais como densidade da rede. Inicialmente, os sociólogos acreditavam que as unidades básicas dessas redes sociais eram as díades, ou seja, as relações entre duas pessoas seriam a menor estrutura relacional da sociedade. E com isso, as relações entre indivíduos que formaria um grupo se dariam de modo mais ou menos aleatório (Wellman, 1999:31).

Um segundo foco de análise para as redes sociais seriam as tríades, de formato triangular. Nesse modelo, temos duas pessoas com um contato em comum. Essas duas pessoas têm, deste modo, mais possibilidade de conhecerem-se entre si e de fazerem parte de um mesmo grupo.

Partindo dessa perspectiva, a análise estrutural das redes sociais procura focar na interação como primado fundamental do estabelecimento das relações sociais entre os agentes humanos, que originarão as redes sociais. Isso porque em uma rede social, as pessoas são os nós e as arestas são constituídas pelos laços sociais gerados através da interação social.

Percebemos, então, que a idéia de rede se caracteriza como um conjunto de pontos interligados no qual, segundo Mance (2000), “trata-se de uma articulação entre diversas unidades que, através de certas ligações, trocam elementos entre si, fortalecendo-se reciprocamente, e que podem se multiplicar em novas unidades, as quais, por sua vez, fortalecem todo o conjunto na medida em que são fortalecidas por ele, permitindo-lhe expandir-se em novas unidades ou manter-se em equilíbrio sustentável”. Cada nódulo da rede representa uma unidade e cada fio um canal por onde essas unidades se articulam através de diversos fluxos.

A rede social, por sua vez, é composta por indivíduos ou grupos de indivíduos organizados em instituições ou não. Podemos elencar alguns elementos fundamentais para o desenho e o funcionamento de uma rede social, sem os quais a articulação não se trata de rede ou a rede existirá de maneira parcial ou insuficiente.

Ao contrário dos tipos tradicionais de organização social (cujo organograma é sempre uma variação da forma da pirâmide), nos quais o poder está sempre concentrado em apenas um ou em alguns poucos pontos, a rede opera por meio de um processo de radical desconcentração de poder. “A morfologia da rede (...) é uma fonte de drástica reorganização das relações de poder”, afirma Manuel Castells.

A situação do poder na rede talvez seja o seu principal caráter distintivo em relação aos demais modelos de organização. A rede é um conjunto dinâmico de elementos por definição já empoderados e que mantêm entre si relações isonômicas¹¹. Todos partilham o mesmo grau de poder e é isso o que confere natureza de rede a rede. Ou seja, só existe rede com o poder diluído.

Assim, onde há concentração de poder não há rede, o binômio desconcentração de poder/rede tem implicações diretas no debate sobre desenvolvimento local integrado e sustentável, uma vez que não se acredita que um processo de desenvolvimento possa ser sustentável no longo prazo se não houver horizontalidade no processo e empoderamento dos atores responsáveis por conduzi-lo.

4.1. Redes sociais e capital social.

A idéia do empoderamento (empowerment) é a base do conceito de capital social. Este pressupõe a capacidade dos atores de agenciar processos de autonomia individual e

¹¹ Relações isonômicas podem ser conceituadas como aquelas onde todos recebem o mesmo tratamento, sendo insistente as discriminações carentes de bom senso e arbitrariedades.

coletiva e de estabelecer articulações de natureza política. Certamente, de nada adianta – para fins de desenvolvimento humano e social, de caráter incluyente e emancipatório – se essa capacidade estiver concentrada nas mãos de um só agente.

A interligação em rede, de pessoas e/ou entidades, se estabelece a partir da identificação de objetivos comuns e/ou complementares cuja realização melhor se assegurará com a formação da rede. Esses objetivos podem ser:

- a circulação de informações, base comum do funcionamento de todo e qualquer tipo de rede;
- a formação de seus membros;
- a criação de laços de solidariedade entre os membros;
- a realização de ações em conjunto.

As ações conjuntas, por sua vez, poderão comportar a conjugação ou a articulação de atividades de tipo diferente, que se apoiem e se complementem, a partir das possibilidades específicas de cada um de seus integrantes. As ações políticas que combinem planejadamente diferentes tipos de ação podem ter uma força muito maior do que aquelas desenvolvidas através de um único tipo de atuação.

A circulação de informações supõe também algum tipo de suporte sistemático – escrito, gráfico, auditivo ou informatizado – que faça chegar a informação ao conjunto de participantes, no ritmo, frequência e modo estabelecido de comum acordo por eles. Todos têm que ter acesso livre a esse suporte e suas comunicações têm que ser por ele difundidas aos demais.

Regras estabelecidas de comum acordo podem fixar limites quanto à dimensão, frequência e mesmo conteúdo das mensagens, para se adequarem aos meios disponíveis e aos objetivos da rede. Se assumirmos que “redes são sistemas organizacionais capazes de reunir indivíduos e instituições, de forma democrática e participativa, em torno de

objetivos e/ou temáticas comuns”, o conhecimento das redes é a chave tanto para o aperfeiçoamento como para a consolidação da democracia e do desenvolvimento comunitário sustentável.

Vários estudos demonstram que as experiências de redes sociais criam oportunidades de inclusão social para moradores de áreas pobres. O fator que ajuda a compreender como se desenvolvem essas redes, estão nos diversos aspectos de sua formação, desde a estrutura familiar, as atividades religiosas, as organizações de moradores e as organizações não-governamentais. Observamos que essas redes ajudam na circulação de informações sobre os benefícios e oportunidades que aparecem dentro das áreas pobres, principalmente sobre oportunidades de emprego.

Outro aspecto fundamental nessa rede é a religiosidade, que ocupa um papel central dentro das redes associativas. Além do aspecto espiritual, o pertencimento religioso garante acesso a benefícios materiais como cestas básicas, remédios, roupas e indicações para empregos. Isso de certa forma reflete um padrão nas cidades, no qual os templos evangélicos, por exemplo, são bem representativos nos bairros pobres.

Uma sociedade só é distinguível de outra porque sua rede social é diferente da rede social da outra sociedade. A identidade de uma sociedade pode ser compreendida, nesse nível de profundidade, por padrões de tecitura social e de fluxos recorrentes ou circuitos ativados. Embora a rede seja móvel, embora os fluxos que a percorrem sejam diferentes em cada instante, existem padrões, invariantes que são próprios daquela particular coletividade.

O retrato desses padrões é a impressão digital de uma particular sociedade. Aquilo que permanece constante na configuração e na dinâmica de uma rede social é a “carteira de identidade” da particular sociedade onde essa rede foi observada.

4.2. Redes, sociedade e território - uma contribuição da geografia.

Para irmos além da visão de redes como estrutura técnica e metodológica, abordaremos a relação de redes como território. Segundo Dias (2005), as relações entre as redes e território são muito mais complexas do que defende as teses do determinismo tecnológico. Para a autora, as redes possuem um potencial heurístico que tem sido pouco explorado pela geografia. Quando essa concebe a rede como uma forma efetiva de organização espacial, essa rede seria instável no tempo, móvel e inacabada.

Como já apontou Raffestin (1980), a idéia de rede certamente ilumina um aspecto importante da realidade - chama a atenção para a complexidade das interações espaciais resultantes do conjunto de ações desencadeadas em lugares mais ou menos longínquos.

Para Raffestin (1993), o território é um espaço onde se projetou energia e informação, revelando relações marcadas pelo poder. Neste contexto, a informação tem fundamental importância para a unificação (e não união) de alguns lugares selecionados no território, sendo a variável chave neste processo hegemônico de uso do território, ao mesmo tempo em que fragmenta e segrega a maioria das pessoas e lugares, pois estes não estão incluídos neste processo de globalização econômica e, portanto, não servem ao mercado. Dessa forma, as redes devem ser entendidas levando em conta seu aspecto social, que “vem dessa construção deliberada do espaço como quadro de vida, pronto a responder aos estímulos da produção em todas suas formas materiais e imateriais” (SANTOS, 1996, p.209).

Para o próprio Milton Santos, pode ser dada às redes um enfoque genético, levando em conta o processo de formação destas (diacrônico), assim como um enfoque atual, considerando o funcionamento sistêmico das redes no presente (sincrônico). Completando essa idéia Leila C. Dias (2005) diz que, “a rede aparece como instrumento que viabiliza

(...) duas estratégias: circular e comunicar”. Atualmente, a globalização econômica força uma divisão sócio-territorial do trabalho, onde apenas alguns lugares, escolhidos seletivamente, farão parte desta rede, permitindo que a circulação de bens, pessoas e informação fluam pelo território, mas de forma seletiva e hierarquizada.

Nesse caso, podemos tratar da revolução das redes como uma proposta estratégica - elaborada desde a reflexão sobre essas práticas concretas e seus referenciais teóricos -, que visa conectar a infinidade de organizações populares desta parcela emergente da sociedade civil, tais como movimentos, associações, sindicatos, ONGs, partidos políticos, etc, e particularmente os empreendimentos solidários de produção, comercialização e financiamento bem como organizações de consumidores. O relacionamento entre esses diferentes atores pode ser visto em um complexo movimento de realimentação capaz de fortalecer o conjunto dessas organizações e integrá-las em crescimento consistente, auto-sustentável, antagônico ao capitalismo e às várias práticas de dominação política e cultural, a fim de promover o bem viver das pessoas.

Este processo progressivo de crescimento orgânico das redes como uma nova esfera de articulações já havia sido detectado, em algumas de suas peculiaridades, há vários anos por alguns pesquisadores. No início da década de 1990, analisando a emergência das redes de movimentos sociais, escrevia Ilse Scherer-Warren: "trata-se de passar da análise das organizações sociais específicas, fragmentadas, para a compreensão do movimento real que ocorre na articulação destas organizações, nas redes de movimentos..." o que considero particularmente relevante em termos de análise da sociedade civil, para a década de 90, é a compreensão do significado e do alcance da ação política criada através destas redes de movimentos... Para o caso do Brasil parece-me particularmente importante estudar as redes que vem sendo estabelecidas entre

organizações populares e outros movimentos culturais e políticos" (Warren-Scherer, 2005).

Vários estudos apontados pela autora enfatizaram a importância política dessas redes para o fortalecimento da democracia. A grande novidade atual, entretanto, é que a expansão do conceito de democracia, retomando tradições revolucionárias, avançou, como vimos, para o controle social sobre a esfera econômica. É, entretanto, recente a compreensão que a integração complexa do conjunto das redes sociais, culturais, políticas e econômicas tem um potencial global capaz de instaurar um novo modo de produzir, consumir e organizar a vida em todo o planeta.

Esta progressiva aglutinação projetual deveu-se inicialmente, como vimos, à atuação coletiva de resistência às políticas neoliberais e em seguida à articulação das ações de resistência das diversas redes com as ações estratégicas por elas implementadas de construção de novas relações humanizadoras nas diversas esferas do modo da vida. Assim, temos não apenas a articulação local e global de atores ou movimentos sociais e culturais, afirmando um pluralismo organizacional e ideológico, atuando nos campos cultural e político, mas também a emergência de redes internacionais no campo da economia, centradas na promoção das liberdades públicas e privadas eticamente exercidas.

Tendo em vista os referenciais teóricos explicitados acima, apresentamos a seguir um mapa conceitual que estabelece as relações entre a lógica das redes sociais e a lógica do território. (página seguinte).

De acordo com esse mapa conceitual, podemos visualizar com clareza a dinâmica das redes sociais, na interação entre duas lógicas: a do território e a das redes. Na lógica do território, observamos um estado provido por políticas assistencialistas, desigualdades intra-urbanas, dinâmicas imobiliárias, segregação sócio-espacial. Tratam-se de respostas aos processos excludentes gerados pela globalização e as metamorfoses no mundo do

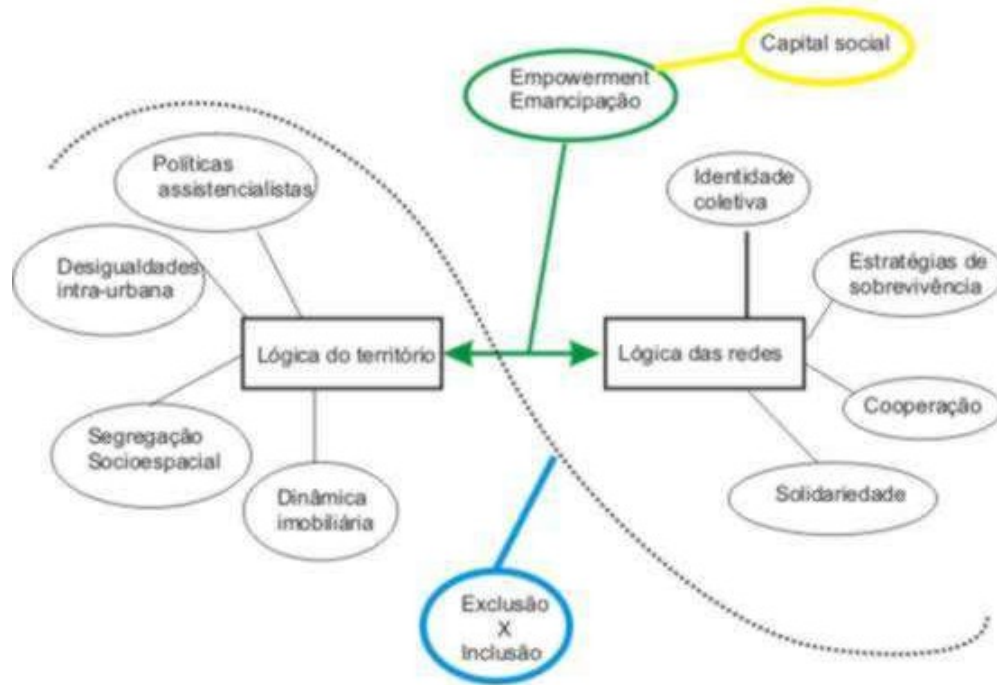
trabalho, conforme já discutimos anteriormente. Aqui, poderíamos recorrer mais uma vez ao trabalho de Martins (2002), quando faz referência à inclusão marginal.

Por sua vez, na lógica das redes, observamos uma noção de identidade coletiva, estratégias de sobrevivências, redes de solidariedade e cooperação de camadas da população submetidas aos processos excludentes. Se bem sucedidas, as redes estabelecidas por estes segmentos permitem a sua inserção no território. Caso contrário, daí a linha divisória, a fragilidade dos relacionamentos sociais estariam gerando o que Haesbaert (2004) denomina de aglomerados humanos de exclusão social, ainda que seja necessário muito cuidado para a aplicação desta idéia no espaço intra-urbano¹².

Concluindo, o que separa essas duas lógicas e linha divisória da inclusão/exclusão social unida ao empowerment ou emancipação que produz o capital social ou capital humano. No capítulo seguinte, iremos detalhar como desenvolvemos uma metodologia de estudo das redes sociais em comunidades submetidas à processos excludentes, considerando o recorte analítico explicitado até o momento.

¹² Segundo Haesbaert (1995), a expressão “aglomerados de exclusão” foi escolhida para traduzir a dimensão geográfica ou espacial dos processos mais extremos de exclusão social porque ela parece expressar bem a condição de “desterritorialização ou territorialização precária, ou seja, para o autor, a exclusão social é definida a partir do território, chamando dessa forma de “aglomerados de exclusão” os territórios-zonas criados pela desterritorialização própria dos territórios-redes. Esses “aglomerados de exclusão” se formam quando os indivíduos perdem seus laços com o território e passam a viver numa mobilidade e insegurança atroz. Neste sentido, os “aglomerados de exclusão” seriam marcados então pela desterritorialização extrema, uma certa fluidez marcada pela instabilidade e a insegurança constantes, principalmente em termos de condições materiais de sobrevivência, pela violência freqüente e pela mobilidade destruidora de identidades. Tratam-se, portanto, de espaços sobre os quais os grupos sociais dispõem de menor controle e segurança, material e simbólica, a desterritorialização arrasadora dos aglomerados excludentes produz o anonimato, a anulação de identidades e a ausência praticamente total de autonomia de seus habitantes. (Haesbaert 1995: 193). Temos clareza que a discussão deste autor tem sua origem no impacto provocado pelos grandes fluxos migratórios, numa escala regional. Pretendemos retomar esta discussão, ao considerar a mobilidade populacional intra-urbana.

FIGURA 1: Relação de complementação: Redes e Território



Organização: Reginaldo Pereira de Oliveira, 2006.

4.3. Desigualdade e exclusão social intra-urbana: análise de rede numa perspectiva dialógica.

Para alcançar os objetivos da presente pesquisa, utilizamos a análise em rede (enfoque quantitativo) e a avaliação dialógica (enfoque qualitativo).

Na análise de rede social identificamos as necessidades e soluções encontradas pelas famílias de chefes desempregados da periferia urbana de Presidente Prudente. Isso

foi possível mediante a aplicação da avaliação dialógica, que se trata de uma metodologia de análise qualitativa que busca levantar o progresso e a autonomia adquirida pela vizinhança de bairros quando formam suas redes de solidariedade diante das situações de precarização das condições de vida. No caso, adotamos como temática dos entrevistados as situações de agravo à saúde.

Nesse contexto, a avaliação dialógica focaliza o aprendizado da comunidade e serve como um veículo para a população implementar suas estratégias e tomada de decisão.

Vale lembrar que nessa perspectiva de análise, o pesquisador não é um mero observador, mas é um parceiro que ouve as histórias de vidas dos participantes da rede e também se solidariza com eles. Afinal, por meio do diálogo, as pessoas trocam notícias, dividem pontos de vistas e ações. De acordo com Abma (2001)¹³, o diálogo é considerado uma forma de abertura para o desenvolvimento e evolução da prática social e de todos os envolvidos em redes sociais.

4.3.1. Avaliação dialógica

Romão (1998), inspirando-se em Paulo Freire, apresenta uma proposta de avaliação dialógica dentro de uma concepção libertadora. O autor considera que nenhuma afirmação humana que seja manifestada por qualquer forma de expressão (escrita, falada etc.) é absolutamente objetiva ou subjetiva. Mesmo a avaliação que somente trata de questões objetivas está carregada da subjetividade de quem a formula, como também não há questões ou situações-problemas absolutamente subjetivas, devido a sua formulação exigir códigos comuns de interlocução. Afirma o autor: "objetividade e subjetividade

¹³ ABMA, Tineke A. Reflexive Dialogues. Evaluation. Sage Publications, London, vol. 7, n. 2, pp. 238-252, 2001.

interpenetram-se no caso de qualquer reação humana e, portanto, estão sempre presentes e imbricadas nas relações avaliativas" (p.70).

A avaliação dialógica proposta por Romão (1998) é uma atividade cognoscitiva, sendo o conhecimento "um processo de descoberta coletiva, mediatizada pelo diálogo" (p.88). A perspectiva do autor está apoiada no caráter dialético do processo de avaliação, com base nos pressupostos da pedagogia de Freire.

Dessa forma, a avaliação dialógica percorre alguns passos, tendo como ponto de partida a identificação do que vai ser avaliado. O plano de ação deve ser um processo que a comunidade participa da sua elaboração, para que reflita e formule os objetivos, as metas, as estratégias, os procedimentos e outros aspectos necessários para chegarem aos objetivos específicos a serem atingidos.

O próximo passo da avaliação dialógica é a construção, a negociação e o estabelecimento de padrões. Ao determinar os objetivos a serem alcançados, é preciso construir coletivamente os padrões específicos a serem medidos e avaliados, sendo necessário combinar aspectos quantitativos e qualitativos, predominando os últimos sobre os primeiros.

O terceiro passo é a construção dos instrumentos de medida e de avaliação. A medida e a avaliação estão interligadas, porque geralmente mede-se para comprovar um determinado padrão. E "quando se fala de instrumento de medida, está se falando em instrumento de avaliação" (p.110).

O quarto passo necessário na avaliação dialógica é o procedimento da medida e da avaliação, que foi realizado voltando aos bairros estudados e discutindo os resultados dessa pesquisa com a população .

O último passo da avaliação dialógica proposta por Romão é a análise dos resultados pelo entrevistador e os entrevistados. Através dos resultados revisam todo o planejamento previsto e executado, para que decidam quais serão os passos subseqüentes.

4.3.2. Grupo focal

O grupo focal é uma técnica de avaliação dialógica que oferece informações qualitativas, onde o pesquisador é o “moderador” e guia grupos, de aproximadamente 5 a 10 pessoas, numa discussão que tem por objetivo revelar experiências, sentimentos, percepções, preferências. Os grupos são formados com participantes que têm características em comum e são incentivados a conversarem entre si, trocando experiências e interagindo sobre suas idéias, sentimentos, valores, dificuldades, etc.

Pode se utilizar de técnicas investigativas - observações, entrevistas, questionários e dinâmicas lúdicas para incentivar e organizar o debate. O papel do moderador é promover a participação de todos, evitando a dispersão dos objetivos da discussão e a monopolização de alguns participantes sobre outros. O assunto é identificado num roteiro de discussão e são selecionadas técnicas de investigação para a coleta das informações.

Conforme Romero (2000), grupos focais tratam de discussões sobre determinados temas, com um “foco” em elementos previamente organizados. Isso caracteriza o grupo focal como instrumento excelente para a análise qualitativa das informações obtidas dos participantes. Westphal (apud ROMERO, 2000, p. 59) define grupo focal como uma sessão informal de pessoas que irá discutir um tópico específico.

Uma característica do grupo focal, essencial para o trabalho realizado, consiste na possibilidade de identificar elementos da dinâmica social do grupo, suas opiniões e

motivações, o que permite conhecer o que o grupo pensa. Na seleção dos participantes deve-se respeitar sempre os critérios estabelecidos previamente, de acordo com o objeto da avaliação. Recomenda-se que não se coloque no mesmo grupo pessoas que conheçam o facilitador. Uma pré-seleção pode ser feita para identificar os que melhor se enquadram nos critérios definidos.

Os participantes devem ser vagamente informados sobre o tema da discussão, para que não compareçam com idéias preestabelecidas. Em relação ao desenvolvimento dos encontros, o local para as reuniões deve favorecer a interação entre os participantes. Também se recomenda que os encontros durem entre 1 e ½ a 2 horas no máximo.

O facilitador deve iniciar o encontro com uma breve explanação, agradecendo as presenças e propondo uma breve auto-apresentação. Deve explicar os objetivos do encontro, como foram selecionados os participantes e por que não foram dadas muitas informações sobre a reunião até aquele momento e o sigilo das informações obtidas.

Deve deixar claro que todas as opiniões interessam e, portanto, não existem boas ou más opiniões. Assim, cada membro deve falar na sua vez, permitindo uma boa gravação das falas. Deve-se informar aos participantes sobre a duração do encontro e como este será desenvolvido. Deve-se fazer uma rodada inicial de falas, possibilitando a todos um comentário geral sobre o tema.

O Papel do facilitador, depende do ponto de vista que se adota, do que está sendo avaliado e da natureza das informações que se deseja obter. Tudo isso determina se a discussão será mais ou menos estruturada. O facilitador pode não intervir, devendo apenas proporcionar uma atmosfera favorável à discussão, controlar o tempo e estimular que todos falem. Em outros estudos o facilitador pode fazer várias perguntas abertas sobre o tema, para guiar a discussão. Ele deve sempre ter uma lista de questões que pode ou não ser

usada. Deve evitar a monopolização da discussão por um dos participantes e encorajar os mais reticentes.

O facilitador deve estar atento às expressões gestuais dos participantes e saber interpretá-las. Há uma concordância, conforme Romão (1998) em que o facilitador deve ser sensível, capaz de ouvir, ter clareza de expressão, ser flexível, vivo e simpático, além de ter senso de humor (o papel de facilitador é mais uma questão de arte do que de técnica).

De preferência, o facilitador deve participar da análise das informações obtidas, pois ele possui as melhores informações sobre expressões faciais, o tom usado pelos participantes, o contexto das falas e o clima da discussão. É necessário transcrever as discussões gravadas.

Não existe um modelo acabado de análise dos dados. Em geral se utilizam os seguintes passos. Em primeiro lugar, a elaboração de um plano descritivo das falas, que consiste na apresentação das idéias expressadas, bem como dos apoios e destaques para diferenças entre as opiniões e discurso dos grupos focais. Deve-se ouvir repetidas vezes as falas registradas e agrupar os fragmentos dos discursos de acordo com as categorias identificadas. A análise deve extrair tudo que for relevante e associado com o tema ou com a categoria. As categorias podem ser geradas a partir das informações obtidas. O guia usado pelo facilitador pode servir como um esquema inicial das categorias. Durante a discussão também podem surgir novas variáveis.

A análise deve tentar capturar as idéias principais que apóiem as conclusões. Os analistas podem buscar tendências e formular tentativas de conclusões sobre as conexões encontradas. Existem programas computadorizados utilizados para dados qualitativos.

Por fim, deve-se elaborar um relatório dos resultados do grupo focal, evitando generalizações e acentuando as relações entre os elementos identificados, pontuando ou

avaliando interpretações dos participantes. Citações dos discursos devem ser usadas com parcimônia, não devendo se constituir em mais de 1/3 do relatório.

Acreditamos que os procedimentos metodológicos explicitados acima mantêm uma coerência com as categorias analíticas adotadas no presente trabalho (redes sociais e território), consideradas fundamentais para a leitura geográfica dos processos excludentes intra-urbanos. No capítulo seguinte, procuraremos demonstrar, por meio do estudo de Presidente Prudente, como pode ser a natureza de tal processo em cidades médias do interior paulista.

Presidente Prudente e a Reprodução da Desigualdade



*Os infelizes fadados
aos trabalhos penosos,
produtores do gozo de outro
e recebendo a pena
do que sustentar seus corpos sofridos
e cheios de necessidades...
uma multidão imensa de instrumentos
bípedes, sem liberdade, sem moralidade,
não possuindo
que mãos capazes de ganhar pouco
e uma alma absorvida.*

Haroche, 2001

CAPÍTULO 5

Mapa 2 Presidente Prudente INCLUSÃO / EXCLUSÃO SOCIAL



<http://www.prudente.unesp.br/simespp/simespp.htm>

N
1

LEGENDA

Análise de situação

- Setores de Inclusão (67)
- Setores Intermediários (127)
- Setores de Exclusão (53)

() Número de setores censitários

Limite do setor censitário

Fonte dos Dados: SisGeo
Sistema de Indicadores Sociais Georreferenciados - 2003
Organização e Realização:
Grupo de Pesquisa "Sistema de Informação e Mapeamento
da Exclusão Social para Políticas Públicas" - SIMESPP.

Financiamento: FAPESP - Programa Políticas Públicas.

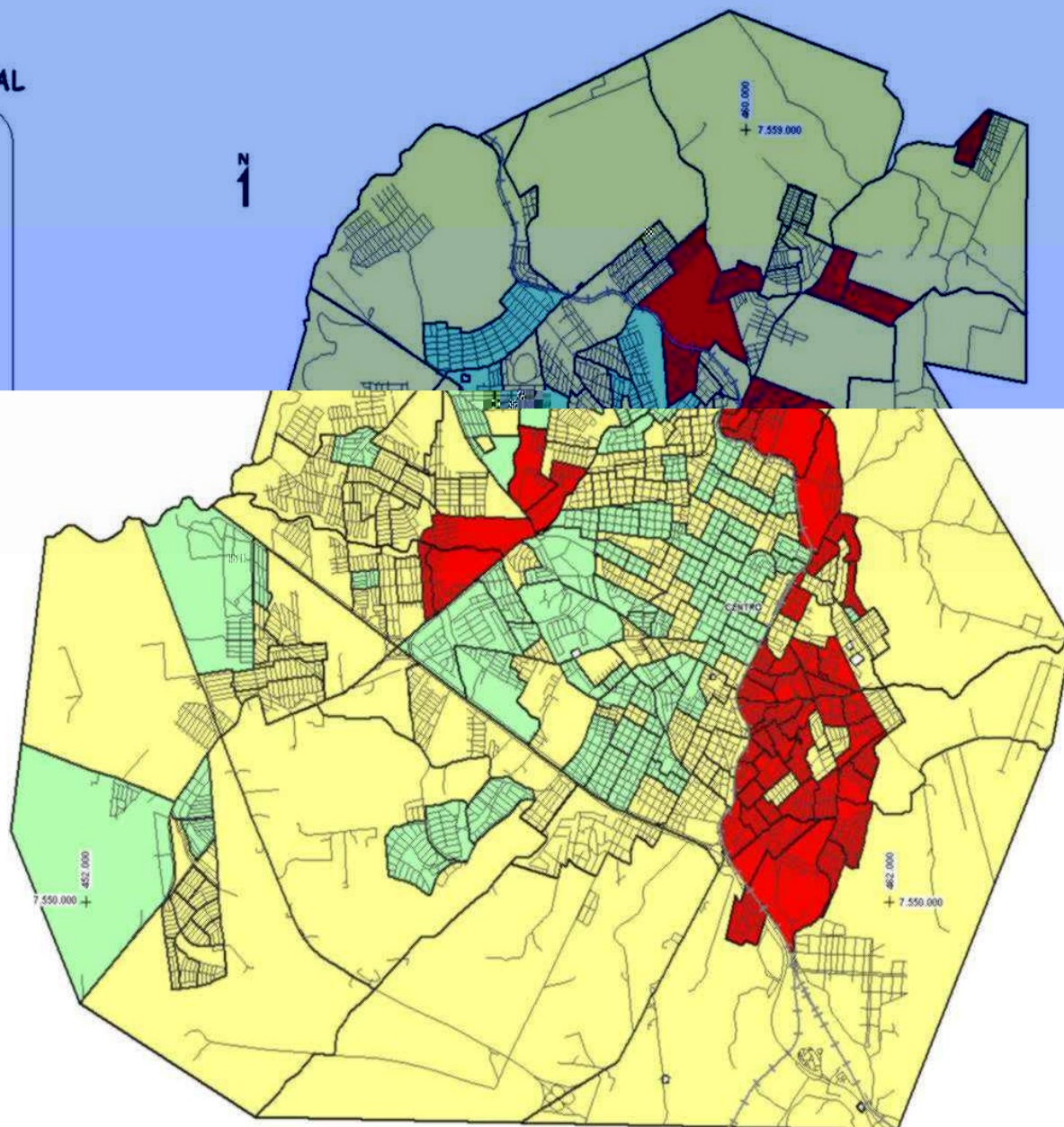
Apoio: FCT/UNESP.

Presidente Prudente, 2003.

Escala 1 : 50.000



Sistema de Projeção: UTM
Datum Horizontal: Vértice unesp (USP-IBGE)
Datum Vertical: RN 1585H e RN 1527E (IBGE)
Elipsóide: Hayford - Córrego Alegre.



CAPÍTULO 5. PRESIDENTE PRUDENTE E A REPRODUÇÃO DA DESIGUALDADE.

O grupo de pesquisa no qual está inserido este projeto vem desenvolvendo uma metodologia de mapeamento da desigualdade e exclusão social em cidades médias (SPÓSITO, 2000). Com base nesta metodologia, têm sido elaborados vários mapas, como o que pode ser observado no mapa 3.

Entendemos que uma primeira etapa da avaliação das condições de vida e saúde de famílias com chefes desempregados pressupõe uma análise de situação com base neste tipo de mapeamento. O presente projeto teve como ponto de partida para a escolha das áreas este estudo já realizado pelo CEMESPP. Por causa disto, não nos deteremos na descrição de como o mapeamento foi realizado.

De acordo com o mapa 3, a denominada zona leste de Presidente Prudente, seguida pela zona norte e, com bem menos intensidade, parte da zona oeste, concentram os setores de exclusão. Os setores situados na porção central e sul concentram, por sua vez, os setores considerados de inclusão, que também aparecem em menor número a oeste.

Os significados desencadeados pelo ato de ver o mapa, seu conjunto e os diferentes setores que o formam é imediato: indicam áreas de atuação estratégica e prioritária de políticas públicas.

Tabela 3: Quadro síntese – informações básicas setores de inclusão, exclusão e intermediários.

Tipo	Percentual de setores	Percentual de moradores	Percentual dos domicílios
Setores de Inclusão	27,5	25,5	22,5
Setores Intermediários	51,0	51,6	52,4
Setores de Exclusão	21,	22,9	25,1

Fonte: Cemespp 2004

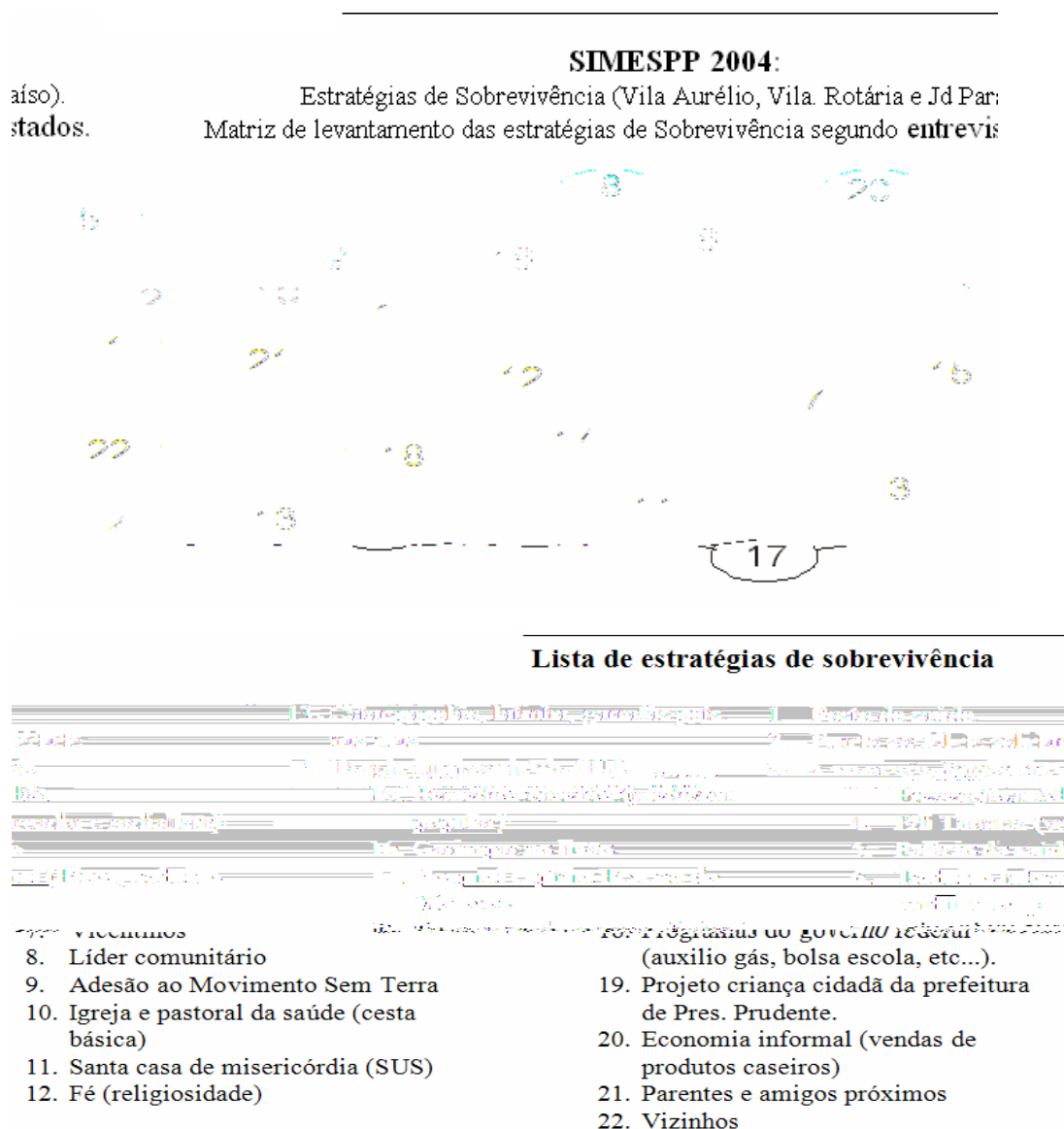
5.1. A análise de situação.

Para nosso trabalho de pós-graduação levamos em consideração nossos levantamentos realizados na iniciação científica no ano de 2003, quando utilizamos pela primeira vez a Análise de Redes Sociais. Naquela ocasião, solicitamos para cada entrevistado mencionar três variáveis do assunto em questão, ou seja, cada entrevistado citou quais foram às três principais estratégias e três principais doenças que afetam sua vida.

Logo em seguida, trabalhamos estatisticamente os dados obtidos construindo as matrizes para visualizarmos a centralidade de cada variável. Pegamos o número de vezes que a variável aparece associada às demais e dividimos pelo total de variações, em seguida, multiplicamos pelo número de conexões que foram estabelecidas pelos entrevistados.

Vejamos a seguir os diagramas e suas análises:

FIGURA 2

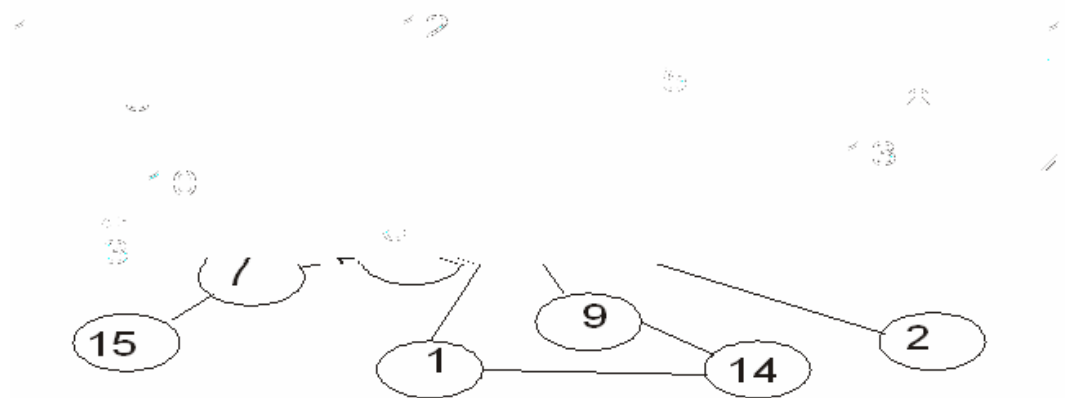


Organização: Reginaldo Pereira de Oliveira, 2004.

Segundo Oliveira (2004), podemos observar no diagrama acima que, em 2003, a comunidade contava principalmente com o apoio de parentes e amigos próximos, o que era a variável central das estratégias de sobrevivência das famílias com chefes desempregados. Esta estratégia apresentava forte conexão com a busca dos serviços públicos denominados

SIMESPP 2004:

. Paraíso). Doenças mais comuns (Vila. Aurélio. Vila. Rotária e Jd
vistados. Organograma das doenças mais comuns segundo entre

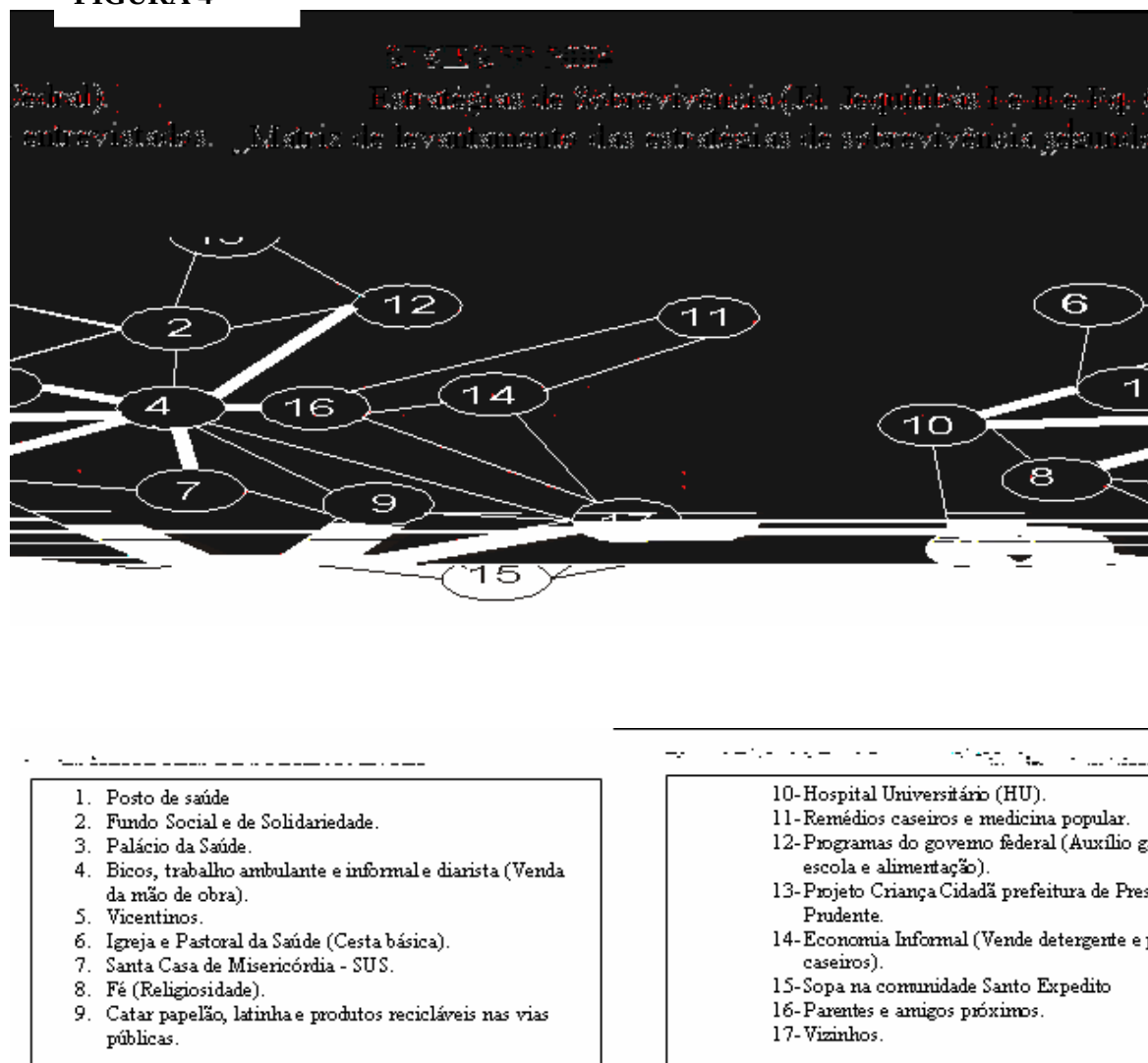


1. 1 - Doença do estômago e inflamação do estômago.
2. HIV e doenças sexualmente transmissíveis.
3. Doenças do aparelho circulatório (Doenças cardíacas, infarto, diabetes, trombose e derrame).
4. Doenças respiratórias (Infecções, pneumonia e gripe).
5. Osteoporose, artrite e artrose.
6. Doença posturais (Dor lombar e lombalgia).
7. Tabagismo e alcoolismo (Dependência química).

- 104

circulatório (doenças Cardíacas, infarto, diabete, trombose e derrame), seguido das doenças respiratórias (infecções, pneumonia e gripe) e osteoporose, artrite e artrose.

FIGURA 4



Organização: Reginaldo Pereira de Oliveira, 2004.

Esse organograma, segundo Oliveira (2004), mostra as estratégias de sobrevivência em 2003 da Zona oeste, região correspondente aos bairros Jd. Jequitibás I e II e Parque Cedral. Naquele ano, como variável central das estratégias de sobrevivência das famílias com chefes desempregados observamos os “bicos” (trabalho ambulante e informal e

diarista - Venda de mão de obra), com forte conexão a variáveis “parentes e amigos próximos”.

Depois desta rede de conexões, um segundo bloco de estratégias de sobrevivência correspondeu à busca de serviços da Santa Casa de Misericórdia, posto de saúde e a fé religiosa. Auxílios do governo federal (gás, bolsa escola e bolsa alimentação) encontrou-se associados com este último bloco, assim como com a alternativa dos “remédios caseiros”.

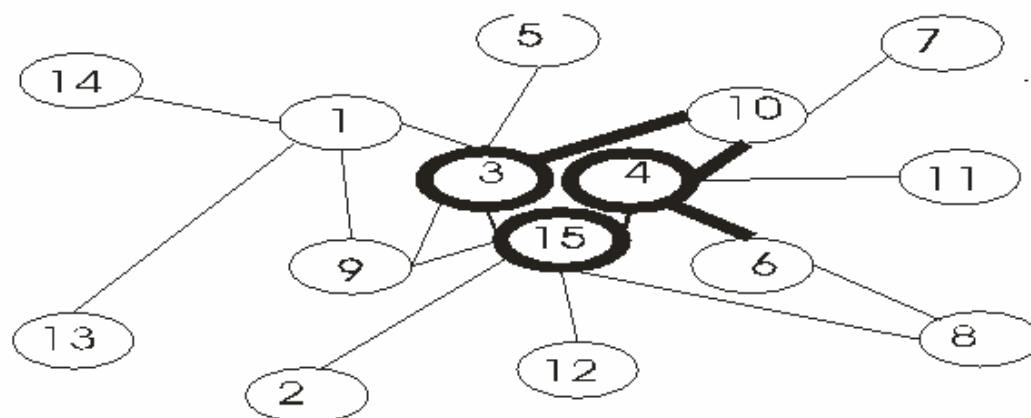
FIGURA 5

SIMESPP 2004:

Doenças comuns (Jd. Jequitibás I e II e Pq. Cedral).

As doenças mais comuns segundo entrevistados.

Doenças mais comuns
Organograma das



LISTA DE DOENÇAS

- 1) Doença do estômago e inflamação do estômago.
- 2) Tuberculose.
- 3) Doenças respiratórias (Infecções, pneumonia e gripe).
- 4) Doenças do aparelho circulatório (Doenças cardíacas, infarto, diabetes, trombose e derrame).
- 5) Osteoporose, artrite e artrose.
- 6) Doença posturais (Dor lombar e lombalgia).
- 7) Tabagismo e alcoolismo (Dependência química).

- 8) Doenças ligadas à oftalmologia (Visão)
- 9) Câncer.
- 10) Problemas psiquiátricos. (Stress e nervosismo).
- 11) Cálculo na vesícula.
- 12) Labirintite
- 13) Doenças hormonais.
- 14) Doenças dermatológicas (pele).
- 15) Outras não identificadas e descritas como hémia.

Organização: Reginaldo Pereira de Oliveira, 2004.

Podemos observar nesse diagrama, segundo Oliveira (2004), como doenças mais centrais e possuindo o mesmo peso de centralidade as doenças respiratórias (Infecção,

pneumonia e gripe), doenças não identificadas (pois algumas pessoas tiveram dificuldades em expor e dizer o nome) e doenças do aparelho circulatório. Todas essas três variáveis centrais tiveram forte conexão à variável “10”, que se trata dos problemas psiquiátricos e a variável “6” (doenças posturais).

Tivemos a oportunidade de observar em nosso trabalho de campo na iniciação científica uma grande ocorrência de famílias quebradas, nas quais prevalece a falta de compromisso um com o outro, sendo que muitas vezes os filhos são criados sem a figura do pai.

Ao analisar o conjunto complexo de elementos de decisão, valores, representações e práticas geradas nessas famílias de chefes desempregados, tentando identificar estratégias de sobrevivência em situações de agravo à saúde nos contextos de exclusão social, identificamos em nosso trabalho que os elementos de decisão e valores, em 2003, se respaldavam na busca de estratégias que não dependiam de redes de solidariedade, pois as mesmas não existiam. Segundo os entrevistados daquela época, todos eram pobres e não podiam ajudar um ao outro, assim como não havia ajuda mútua entre a população.

Com base naquela pesquisa, pudemos afirmar em relação às estratégias de sobrevivência e redes de solidariedade na busca pela saúde que tínhamos dois contextos de exclusão social. Na zona leste, uma situação de pobreza muito perversa, na qual é possível visualizar e encontrar famílias em extrema miséria. Assim, pudemos chegar as seguintes conclusões: que a busca pela saúde é extremamente precária, agravada pelos fatores psicossomáticos decorrentes da situação de desemprego.

O resultado da pesquisa de iniciação científica gerou novas indagações a respeito da temática, principalmente, envolvendo a discussão de aspectos subjetivos da produção do imaginário social e da significação das próprias vidas daqueles que residem em áreas de exclusão social – aspectos que poderão ser melhor aprofundados em outras pesquisas.

Tivemos a oportunidade de ver em nosso trabalho de iniciação científica que não existiam redes de solidariedade para o enfrentamento da situação de exclusão social nos bairros pesquisados. Pelo contrário, prevalecia uma falta de identidade com o território e uma lógica que comanda os indivíduos, ou seja, um território que produz uma lógica excludente.

Dessa forma, quando olhamos para o intra-urbano da cidade de Presidente Prudente, vemos as desigualdades e o que sugere a partir desse estudo de caso é a rede de assistencialismo. Conforme Guimarães (2005) esta pode ser uma diferença dos processos excludentes entre os pobres residentes em cidades médias em relação aos pobres metropolitanos. Nas metrópoles as forças contraditórias da produção e reprodução do espaço urbano são mais acentuadas. Em metrópoles como São Paulo, Rio de Janeiro e Recife, movimentos sociais (movimentos dos sem tetos, ambientalistas, favelistas, etc.) enfrentam com maior força política a lógica perversa da exclusão social. Nestes movimentos sociais desenvolvem-se redes sociais de solidariedade. Nas cidades médias do interior paulista, como em Presidente Prudente, os movimentos populares são fracos. Além disso, o nível de exclusão social, nunca tão pronunciado, sugere a formação de espaços que não configuram uma lógica ou uma métrica clara, mas espaços muito difusos e extremamente frágeis em termos das territorialidade, o que possibilita manter uma interlocução com a produção de HAESBAERT (1995) a respeito dos aglomerados humanos de exclusão.

5.2. Revisitando os bairros estudados.

Tendo como base nosso trabalho de iniciação científica, revisitamos as áreas estudadas em 2003. De lá para cá, o bairro vem sofrendo transformações decorrentes do

desenvolvimento de um projeto de políticas públicas direcionada aos catadores de lixo residentes no local. Na medida em que tal projeto desencadeou um processo de organização da comunidade, tivemos a oportunidade de verificar a existência ou não de algum tipo de rede social. Situação que se verificou inexistente em 2003.

Para isto, realizamos um estudo de grupo focal na Cooperativa de Catadores de Papelão da zona leste da cidade de Presidente Prudente, a COOPERLIX (figura 6, abaixo). Foi uma oportunidade para apresentar os resultados de nosso trabalho da iniciação científica e perguntarmos para o grupo se havia concordância ou não com os resultados alcançados por nós.

A idéia era de aprofundamento da metodologia adotada desde a Iniciação Científica, construindo o instrumento de pesquisa junto com a população. Para isto, seguimos o seguinte roteiro para a avaliação do grupo focal.

1 - Apresentação da análise em rede sobre as condições de vida e saúde em famílias com chefes desempregados.

- Variável central e o que ela representa para o grupo focal?
- Se o grupo concorda ou não com o resultado apresentado?
- Se não a apresentada, quais seriam as estratégias apontadas pelo grupo e por quê?
- O grupo concorda que a doença central é a que prevalece nos bairros pesquisados?
- O que o grupo mudaria ou perguntaria se pudesse realizar uma entrevista?



Fonte: Google Earth -2006 - Organização: Reginaldo Pereira de Oliveira - 2006.

Figura 6 – Localização dos bairros pesquisados na zona leste e sua proximidade com o lixão da cidade.

Na figura 6 podemos ver a zona leste em destaque, os bairros onde foram realizadas as entrevistas da iniciação científica, o lixão e a COOPERLIX.

O GERES (Grupo de Estudos de Resíduos Sólidos) vem desenvolvendo projetos junto ao programa “POLÍTICAS PÚBLICAS” da FAPESP e tem apresentado propostas para organizar catadores no lixão e nas ruas, observa-se em nossos estudos que umas das estratégias de sobrevivência da população da zona leste se resume em garimpar o lixão. Sendo assim, foi interessante buscar uma parceria de estudos com o GERES.

Tal grupo mantém a cooperativa de catadores de lixo COOPERLIX, e está trabalhando com a perspectiva de formar outra cooperativa de trabalhadores com resíduos recicláveis, que possa abrigar os atuais catadores do lixão e das ruas, tendo em vista que apenas a COOPERLIX não tem condições estruturais de envolver tantos catadores. Assim, é imperioso que outra cooperativa seja formada.

Trabalham também com a proposta de diversificar as atividades dos atuais catadores, propiciando-lhes outras alternativas de trabalho que não sejam diretamente relacionadas com a coleta e triagem de resíduos. Entre estas está o pré-processamento industrial dos resíduos, tais como lavagem, moagem e peletização de plásticos, ou, o que se parece ser mais viável nesse momento, a formação de cooperativa de costura voltada aos resíduos de couro.

Esta alternativa torna-se muito viável tendo em vista a existência do projeto “Oficina de Costura” da SAS, disponibilidade de prédio para abrigar a cooperativa e disposição em doar os resíduos de couro por parte dos empresários do setor de curtume de Presidente Prudente.

Cabe registrar que o empenho em apoiar as ações da COOPERLIX e trabalhar para constituir outra cooperativa de catadores está fortemente alicerçado no desejo de constituir em Presidente Prudente uma incubadora tecnológica de cooperativas populares, com apoio e parceria da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

Em função destas transformações na área de estudo, o trabalho que foi desenvolvido junto às famílias com chefes desempregados ganhou um outro contorno. Não se trata mais de estudar uma experiência vivida isoladamente, uma vez que, além de nossa inserção no Grupo de Pesquisa Cemespp, nos integramos ao Geres, o que nos possibilitou um auxílio teórico e técnico de outros estudiosos envolvidos com o tema proposto. A participação nesse processo de fortalecimento de parcerias permitiu ao nosso grupo uma atuação direta na realidade do município, com propostas objetivas e exeqüíveis na busca de soluções para um problema grave como o do desemprego e a exclusão social.

Dessa forma, com o auxílio do Geres, realizamos a reunião do grupo focal na COOPERLIX, com os cooperados. Num primeiro momento, em reuniões de grupo focal, esboçamos o propósito e o formato da reunião para que os participantes soubessem o que

esperar das discussões e ficassem à vontade. Dissemos que a entrevista ou discussão era informal e que se esperava a participação de todos com o máximo de espontaneidade possível. Com base no roteiro de perguntas abertas, elaborado preliminarmente, promovemos um debate livre e registramos a discussão estabelecida pelo grupo. Após cada reunião, tivemos o cuidado de elaborar relatórios com o resumo das informações, e impressões obtidas no Grupo Focal e suas implicações para o estudo, o que pode ser observado no anexo deste relatório.

Para análise dos dados, estamos levando em consideração: palavras utilizadas repetidamente, o contexto no qual a informação foi obtida, concordâncias entre as opiniões dos participantes, alteração de opiniões ocasionadas pela pressão dos grupos, respostas dadas em função de experiências pessoais de maior relevância do que impressões vagas, idéias principais, comportamentos, gestos, reações, sentimentos, valores de ordem pedagógica, ideológica e ética, preconceitos, dificuldades de compreensão das perguntas feitas, entusiasmos, dificuldades no enfrentamento de desafios, aproveitamento dos espaços de liberdade, dentre outros aspectos que julgamos interessantes.

5.3. A releitura das redes sociais em comunidades submetidas a processos excludentes.

Esta forma de análise da exclusão social se constituiu de quatro momentos, como veremos a seguir.

Num primeiro momento, procedeu-se a leitura para apreensão global do sentido geral das respostas. Neste primeiro momento, a leitura das descrições foi feita em relação ao grupo tomado como um todo, almejando obter uma visão geral do material analisado.

Em seguida, uma nova leitura foi feita visando encontrar unidades de significados. Agora, o material coletado foi lido com a finalidade de encontrar-se aquilo que parecia ser o mais significativo nos dados obtidos e de saber-se quais as partes principais, onde podem ser percebidas diferenças entre os dados.

Numa terceira etapa, procuramos identificar os temas mais importantes das falas dos sujeitos. A partir daí; as partes significativas foram delimitadas por temas ou perspectivas de investigação.

Com base nas etapas anteriores, procuramos elaborar uma síntese integradora dos "insights" das unidades de significado. A perspectiva adotada na análise foi da descoberta de como os sujeitos experienciam o fenômeno ou de como o autor da mensagem vê o fenômeno como um todo.

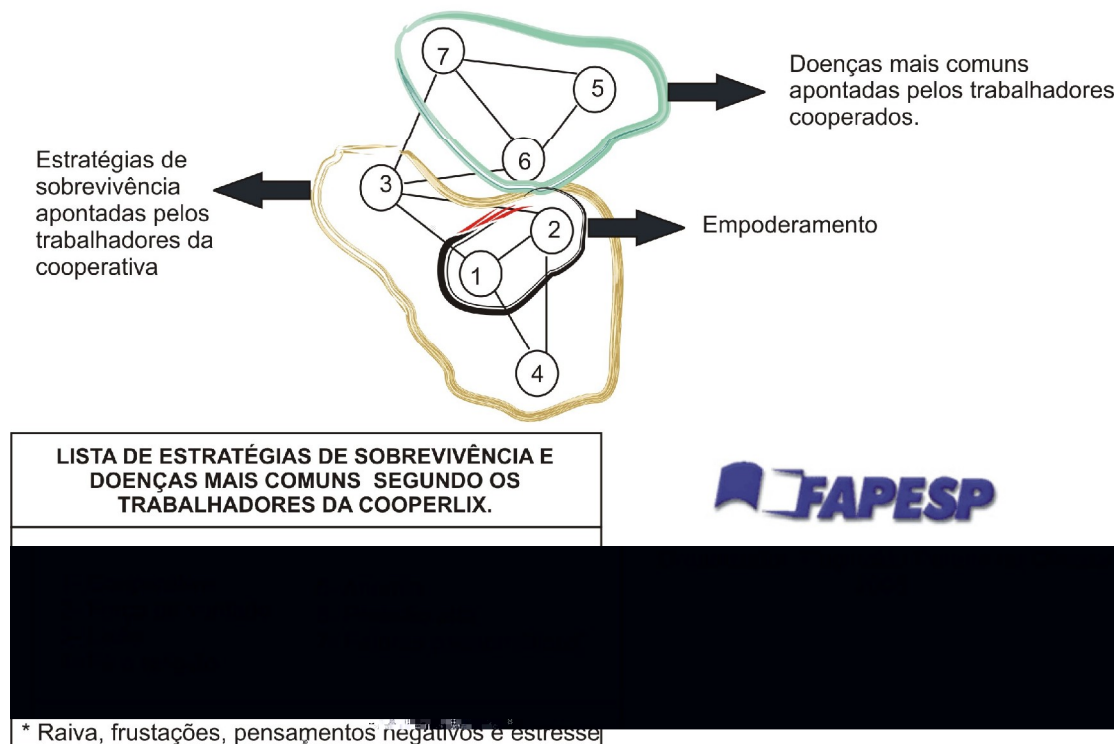
O material coletado foi lido, com a finalidade de se encontrar aquilo que parece ser o mais significativo dentre as respostas das entrevistas, explorando-se também as diferenças percebidas entre as falas. As partes significativas foram agrupadas em temas ou perspectivas de investigação, escolhidas a partir de categorias de análise concernentes ao referencial teórico, sendo elas: apoio social, rede social, autonomia, integridade, cuidado, aprendizagem e realização de projetos pessoais.

Spink (2000) segue a mesma direção na interpretação dos dados, afirmando que a interpretação é concebida como um processo de produção de sentidos que tem como atividade-meio o diálogo com as informações coletadas no trabalho de campo; e como atividade-fim a explicitação dos sentidos encontrados a partir da interpretação. E para isso, apresenta algumas técnicas de visibilização, que se configuram como estratégias para o rigor na pesquisa - rigor este entendido "como a objetividade possível no âmbito da intersubjetividade" (2000: 105).

O trabalho desenvolvido a partir dos grupos focais permitiu reformular o diagrama elaborado com os dados de 2003, considerando as transformações ocorridas no bairro do ponto de vista de seus moradores. Assim, a análise realizada permitiu trabalhar de fato com a "dialogia" que, segundo Spink, está implícita na produção de sentidos e no encadeamento das associações de idéias (2000:106). Vejamos, a seguir o diagrama reelaborado.

Figura 7

ORGANOGRAMA - ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA E DOENÇAS MAIS COMUNS SEGUNDO GRUPO FOCAL E AVALIAÇÃO DIALÓGICA NA "COOPERLUX".



Podemos observar nesse organograma que na concepção dos trabalhadores da coopelix, as estratégias de sobrevivência se resume a própria cooperativa que foi a mais citada e lembrada no grupo focal, logo depois a força de vontade, fé e religião e lixão. Contudo, os problemas de saúde ainda permanecem os mesmos do primeiro levantamento. Verifica-se, como doenças mais comuns, aquelas de ordem psicossomática.

ORGANOGRAMAS

Figura 8

Organização: Reginaldo Pereira de Oliveira, 2006.

As doenças mais comuns na zona oeste são as do aparelho circulatório onde podemos citar como exemplos: derrame, hipertensão e infarto, são doenças que se desenvolvem no corpo humano em função de componentes genéticos associados ao estilo de vida e hábitos de alimentação, o fumo

Mediante ao diagrama, podemos deduzir que esses fatores estão relacionados com a deterioração da qualidade de vida desses chefes de família desempregados. Vemos que esses fatores psicossomáticos manifestam-se por meio de diversas formas, destacando-se o surgimento de novos distúrbios físicos e/ou psicológicos, entre os quais sobressai o fenômeno do estresse.

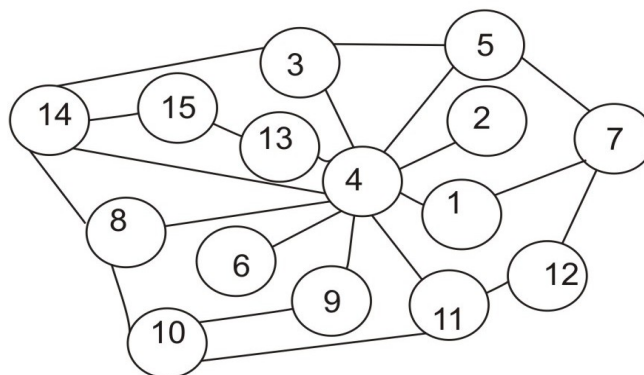
Os sintomas mais apontados pelos entrevistados foram ansiedade, irritabilidade, angústia, desânimo.

Esses achados vão ao encontro do relatado por Couto (1987), que relaciona como principais sintomas de estresse: nervosismo, ansiedade, irritabilidade, fadiga, sentimentos de raiva, angústia, período de depressão, dor no estômago, dor nos músculos do pescoço e ombros e dores discretas no peito quando o indivíduo encontra-se sob pressão, tais como a pressão por um posto de trabalho ou circunstâncias em que são cobradas sua posição de chefe familiar.

PRESIDENTE PRUDENTE (SP) 2006

JD. JEQUITIBÁS I E II E PQ CEDRAL

Estratégias de sobrevivência segundo entrevistado



Lista de Estratégias de Sobrevivência

1. Igreja e Pastoral da Saúde (Cesta básica).
2. Fundo Social e de Solidariedade.
3. Palácio da Saúde.
4. Bicos, trabalho ambulante e informal e diarista
5. Posto de saúde
6. Santa Casa de Misericórdia - SUS.
7. Fé (Religiosidade).
8. Catar papelão, latinha e produtos recicláveis nas vias públicas.

- 9 - Hospital Universitário (HU).
10. Programas do-governo federal (Auxílio gás, bolsa escola e alimentação).
11. Projeto Criança Cidadã prefeitura de Presidente Prudente.
12. Economia Informal (Vende detergente e produtos caseiros).
13. Sopa na comunidade Santo Expedito
14. Parentes e amigos próximos.
15. Vizinhos.

Figura 9

Organização: Reginaldo Pereira de Oliveira - 2006.

Mediante as correlações estabelecidas até o momento, recuperaremos breves relatos obtidos em nosso trabalho de campo, que reforçam a análise de rede.

Maria Fernanda, por exemplo, 27 anos, foi demitida há três meses de um frigorífico. Os sete anos de experiência comprovadas em carteira não lhe garantiram nenhuma oferta de trabalho até agora. Para pagar as despesas da casa no período de procura de um novo emprego, ela e o marido Rodrigo Ferreira, 21 anos, também desempregado, decidiram fazer salgadinhos para festas.

Maria Fernanda, se diz desiludida com o mercado de trabalho, embora continue a procurar emprego. Ela conta que já mandou currículos para empresas. Em suas próprias palavras: “Só não fui de porta em porta porque acho que é perder tempo”. É para não ter de depender de uma oferta de trabalho que tarda a aparecer que ela e o marido cozinheiro enxergaram nos salgadinhos uma alternativa para o desemprego. “De algum jeito a gente tem de arrumar dinheiro”, diz.

Maria Fernanda e Rodrigo estão entre as várias famílias em situação de desemprego de Presidente Prudente, que vivem de trabalhos secundários, os chamados “bicos”, enquanto não arruma um novo emprego. Em nosso organograma em análise a variável bico é a central.



Foto: Reginaldo Pereira de Oliveira, 2006.

Foto 5: Trabalhadores temporários na zona leste de Presidente Prudente – SP.

Em tempos de escassez de postos de trabalho, os “bicos” acabam sendo cada vez mais associados à sobrevivência e ao emprego possível. De provisórios e eventuais, os

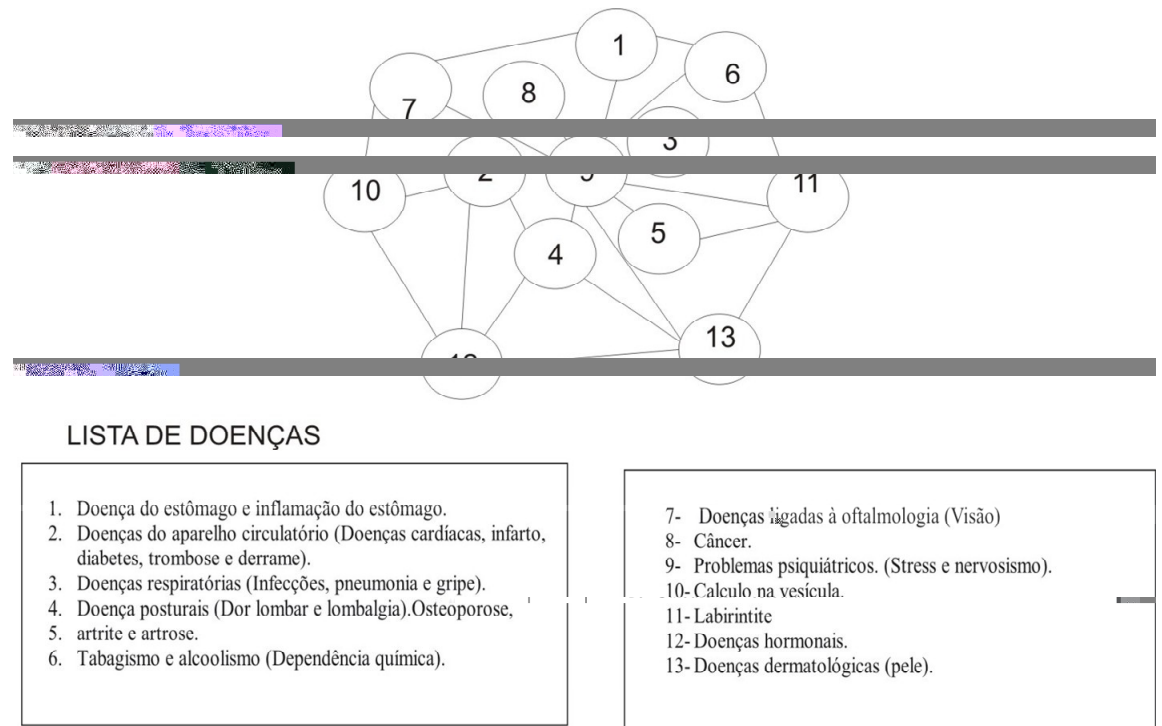
bicos passaram a ser cada vez mais permanentes como podemos observar em nosso trabalho de campo.

Segundo as entrevistas realizadas com os chefes desempregados verificou-se que a realização de “bicos” é a estratégia de sobrevivência adotada por 73% deles. Do total de entrevistados, 36% disseram que também recebem ajuda de amigos e 23% que pedem dinheiro emprestado de parentes.

Dessa forma provisória ou permanente, o “bico” tem se tornado uma atividade cada vez mais presente no mercado de trabalho. Como confirma Pochmann (1998). “numa fase de desaceleração econômica e de recessão passamos a ter uma migração cada vez maior de empregos formais para bicos”. “Por outro lado, como a maioria dos trabalhadores está fora da rede de proteção social, o desempregado passa a ter de arrumar renda a qualquer custo”.

Figura 10

PRESIDENTE PRUDENTE 2006
Vila Aurélio, Vila Rotário e Jardim Paraíso
Doenças mais comuns segundo entrevistados.



Organização: Reginaldo Pereira de Oliveira, 2006.

Nesse organograma da zona leste, observam-se as mesmas circunstâncias descritas na zona oeste, ou seja, desgaste emocional crescente obtido pela situação de desemprego.

PRESIDENTE PRUDENTE 2006

Vila Aurélio, Vila Rotária e Jardim Paraíso
Estratégias de sobrevivência segundo entrevistados

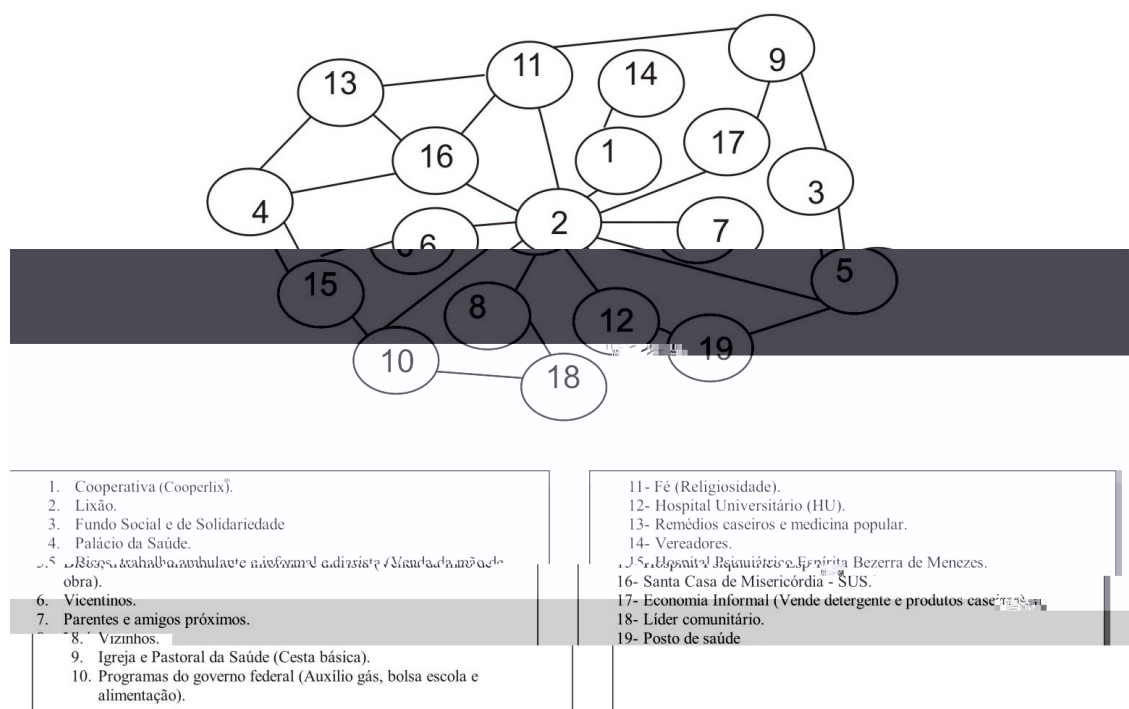


Figura 11

Organização: Reginaldo Pereira de Oliveira, 2006.

Durante o desemprego de longa duração, a realização de "bicos" para sobreviver assume a forma de um grande ciclo de subocupações eventuais, na maior parte precários e de remuneração baixa e instável. Pior ainda, os "bicos" terminam sendo cada vez mais associados ao emprego possível, diante da escassez de postos de trabalho e da ausência de fiscalização governamental para assegurar a predominância da legislação trabalhista.

Por outro lado, percebemos ao analisar o organograma acima que ganha importância a rede de relações interpessoais que envolve parcela significativa dos desempregados. Essa rede revela dois tipos de apoio, sendo a troca de favores entre amigos e parentes próximos o primeiro e a ajuda mútua do núcleo familiar o segundo.

Na rede de relação interpessoal de trocas de favores há um compromisso prévio de retribuição e até cobrança quando a situação do desemprego tiver passado. Já na rede de relação interpessoal de ajuda mútua destaca-se a solidariedade do núcleo familiar.

Ressaltam-se nas entrevistas da zona leste mudanças **na condição de vida** entre a última ocupação e a condição de desemprego. Nota-se uma forte queda no rendimento médio familiar, estimado em média de 46,3%, o que impõe o rebaixamento considerável do padrão de vida, especialmente durante a longevidade da condição do desemprego.

Com isso, o desempregado procura ajustar-se à nova realidade. A fuga do aluguel, assim como a busca pela auto construção e pela partilha da residência com mais famílias constituem exemplos de estratégias individuais face ao desemprego de longa duração.

Observamos também o surgimento de novas estruturas e arranjos familiares, além agregados sociais que também resulta da condição do desemprego.

Notamos assim, tanto na zona leste como oeste a leve redução de moradores individuais e o aumento de solteiros/separados que passam a morar com filhos e/ou com companheira conjuge, o que revela uma outra interface familiar que resulta da manifestação no longo prazo da condição do desemprego.

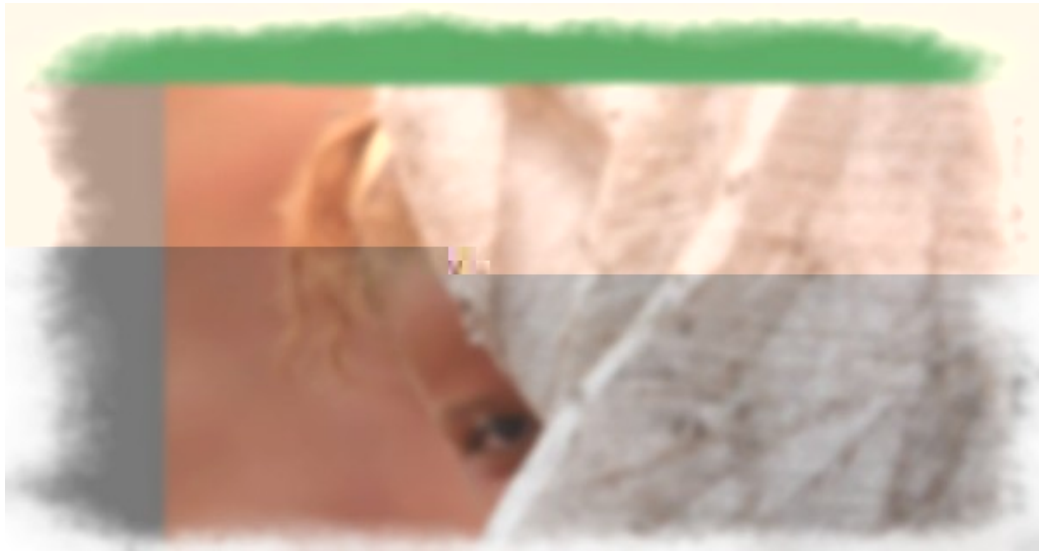
Registra-se uma significativa transformação nas relações sociais, ou seja, se de um lado na metrópole, nas mesmas condições de desemprego, tem-se a ampliação na participação em movimentos sociais, associação de moradores e a participação em partidos políticos. Em cidades médias, como Presidente Prudente, observamos um enfraquecimento desses laços, mesmo na condição do desemprego de longa duração e sim o aumento na frequência em igrejas nos bairros estudados.

Por fim, pode-se destacar a identificação das causas geradoras da condição do desemprego. Inicialmente chama a atenção a figura da culpabilização do desemprego, em certo sentido externalizando explicações dominantes na explicação do fenômeno no Brasil.

Posteriormente, é possível notar que as causas da existência do desemprego deixam de ser tratadas como categorias individualizadas para assumir o entendimento mais amplo, associado aos elementos econômicos e políticos. Dessa forma, os fatores pessoais perdem importância frente à dimensão de fatores impessoais, associados a decisões de ordem macroeconômica.

No mesmo sentido, faz referência a revelação quanto às possibilidades de saída para o problema do desemprego de longa duração. Não são propostas individualizadas e pessoais, mas, sobretudo, da esfera de decisão das políticas macroeconômicas.

Para não Conduir!



(...) minha vida, nossas vidas

formam um só diamante.

Aprendi novas palavras

e tornei outras mais belas.

Eu preparo uma canção

que faça acordar os homens

e adormecer as crianças.

Fragmento de Canção Amiga

Carlos Drumond de Andrade (1902- 1987)

6. PARA NÃO CONCLUIR

Ao término da pesquisa, observamos que os resultados alcançados permitiram o delineamento parcial da metodologia de análise de redes sociais pretendida. Porém, isto não invalida o esforço de análise empreendido, especificamente no que diz respeito às características da reprodução da vida social em áreas de exclusão social numa cidade média paulista.

Dessa forma esta pesquisa mostrou, e comprovou a hipótese estabelecida, de que não existem redes de solidariedade na cidade de Presidente Prudente. Ou seja, nas comunidades dos bairros estudados observamos mecanismos de controle sociais locais e regras, nos quais cada área de exclusão tem suas próprias regras; cada uma desenvolve seu formato sem fugir à lógica de comunidade, da solidariedade interna. Entendemos, aqui, solidariedade não como generosidade, mas a partir da definição clássica da sociologia, que a concebe como um compromisso com o outro, enquanto o sistema social assim o obriga.

As cestas básicas que são distribuídas pelas igrejas revelam que o próprio sistema cria mecanismos constrangedores para a não formação de redes, ou seja a igreja só se vê compromissada com aqueles que estão na ponta mais frágil daquele território. É interessante caminhar pelos bairros e observar pessoas igualmente pobres, mas o fato de não se sentirem pertencentes àquele território faz com que uma não tenha compromisso com as outras.

Ademais, esta pesquisa teve como objetivo, também, contribuir para o desenvolvimento da metodologia de análise em rede, que, como toda nova ferramenta analítica "ilumina" um amplo leque de aspectos da realidade social que permaneciam até então obscuros, permitindo novos olhares sobre fenômenos pouco compreendidos, ou mesmo a construção analítica de novos objetos de estudo.

Quanto à diferenciação dos subtipos de chefes de famílias desempregados, constatou-se que as maiores das famílias são quebradas nas quais prevalece a falta de compromisso um com o outro, onde os filhos são criados sem a figura do pai. Nesse contexto a pesquisa permitiu mostrar a complexidade e diferenciação da realidade estudada.

Finalmente, é importante ressaltar as contribuições metodológicas apresentadas neste trabalho. Os métodos empregados apresentam grande potencial de quantificação, qualificação, tipificação, caracterização e análise dos chefes de família.

Assim, acreditamos que os resultados deste estudo possibilitam a melhor compreensão da complexidade e diversidade de uma cidade média.

Referenciais Bibliográficos



La sopa de los pobres
Reinaldo Giudini – Paris - (1853- 1921)

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

ABMA, Tinek Opening thoughts. **Evaluation**, v.7, n.2, p.155-163, 2001.

ABMA, Tinek Reflexive dialogues. **Evaluation**, v.7, n.2, p.238-252, 2001.

AMORIM FILHO, O. B. **Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional**. In: ANDRADE, T. A., SERRA, R. V. (org.). Cidades Médias Brasileiras. Rio de Janeiro: IPEA, 2001, p. 01-34.

AMORIM FILHO, O. B. **Cidades médias e organização do espaço no Brasil**. Revista Geografia e Ensino. Belo Horizonte: IG/UFGM, ano II, nº 5, p. 05-35, 1984.

AMORIM FILHO, O. B. et al. **Cidades de porte médio e o programa de ações sócio-educativo-culturais para as populações carentes do meio urbano de Minas Gerais**. Boletim de Geografia Teorética. Rio Claro, v.12, n. 23/24, p.33-46, 1982.

ANDRADE, G. R. B; VAITSMAN, J. **Apoio social e redes: conectando solidariedade e saúde**. Revista Ciência e Saúde Coletiva, vol. 7, nº 4, p. 925 - 934, 2002.

ANDRADE, Thompson A. e SERRA, Rodrigo V. **O recente desempenho das cidades médias no crescimento populacional urbano brasileiro**. Texto para discussão nº 554. Rio de Janeiro: IPEA, 1998.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 5. ed. São Paulo: Boitempo, 2001.

BÄHR, J./MERTINS, G. **Die lateinamerikanische Großstadt. Verstädterungsprozesse und Stadtstrukturen**. - Darmstadt (Erträge der Forschung, Bd. 288),1995.CARLOS, Ana Fani Alessandri. Espaço e Indústria. 2.ed. São Paulo: Contexto, 1989.

BARABÁSI, Albert-László et al. **Evolution of the Social Network of Scientific Collaborations**. Physica A, 311. 2002. pág. 590-614.

BARROS, R. P, MENDONCA, R. **Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável.** *Rev. bras. Ci. Soc.* Fev. 2000, vol.15, nº. 42, p.123-142. ISSN 0102-6909.

BUCHANAN, Mark. **Nexus: Small Worlds and the Groundbreaking Theory of Networks.** New York: W.W. Norton e Company, 2002.

CANESQUINI, Ana M., QUEIROZ, Marcos S. (Orgs.) **Estratégias de consumo em saúde em famílias trabalhadoras.** Campinas, Unicamp, 1988. 267p. (Relatório de pesquisa)

CÂNDIDO, Antônio, **O discurso e a cidade.** São Paulo: Duas cidades, 2001.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em rede,** São Paulo: Paz e Terra, 4º Ed. 2000.

CASTEL, Robert. **A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade à “desfiliação”.** Cadernos CRH, nº 26 e 27, pp. 19-40, 1997a.

CASTEL, Robert. **As armadilhas da exclusão. In Desigualdade e a questão social.** São Paulo: EDUC, 1997b, pp. 15-48.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social uma crônica do salário,** tradução Iraci D. Poleti . Coleção Zero à Esquerda 2. ed. Petrópolis : Vozes, 1999.

CASTRO, Iná E., GOMES, Paulo C. **Geografia: Conceitos e temas,** Rio de Janeiro: Berthand Brasil, 1995. 353 p.

CLARKE, S. On **white researchers and black respondents.** *Journal for the Psychoanalysis of Culture and Society.* V.5, n.1, 2000. p.145-50

CHAVES, Mario M. **Saúde; Uma estratégia de mudança.** Rio de Janeiro: Ed. Guanabara dois, 1982.

COMIN, Álvaro, A. **Desregulamentação do mercado de trabalho e ação sindical no Brasil**. In: D'incao, Maria Ângela (org.) O Brasil não é mais aquele... Mudanças sociais após a redemocratização. São Paulo: Cortez, 2001, p.247-272.

CORRÊA, Roberto L. **A rede urbana**. Série princípios, São Paulo: Ática, 1989.

COSTA, Alfredo B. **Exclusões sociais**. Cadernos democráticos, Lisboa: Gradiva Publicações LTDA, 2001.

CUPETINO, Fausto. **Pop9187 0 0 -0.09187 3145 41048.093713 4104 T8xcl**

GARTON, Laura; HARTHORNTHTWAITE, Caroline; WELLMAN, Barry. **Studying Online Social Networks**. *Journal of Computer Mediated Communication*, V 3, issue 1 (1997).

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.

GOMES, M. T. S. . **A dinâmica do mercado de trabalho e o desemprego em Presidente Prudente-SP**. In: IX Encontro Nacional da ANPUR, 2001, Rio de Janeiro-RJ. Rio de Janeiro-RJ : UFRJ/ANPUR, 2001. v. 2. p. 959-966.

GOMES, Renato Cordeiro. **Todas as cidades, a cidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

GONÇALVES, M.A. **O trabalho no lixo**. 2006. 303 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. 2006

GORZ, André. **Adeus ao proletariado: para além do socialismo**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1997, 2ª edição, 310 p.

GUIMARÃES, Raul Borges (Coord). **A exclusão social em Presidente Prudente e seu processo de mapeamento**. Presidente Prudente: LAGHU/FCT/UNESP, 1997. (mime org).

GUIMARÃES, Raul Borges, **O transbordar do Hospital pela cidade: saúde e produção do espaço**. São Paulo; 1994. 135 p. Dissertação de mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

GUIMARÃES, Raul Borges, **Saúde pública e política urbana: memória e imaginário social**. São Paulo; 2000. 224p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

GUIMARÃES, Raul Borges, **European Healthy Cities: Qualitative Evaluation Process**. Bristol. 2002

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no nordeste.** Niterói: EdUFF, 1997.

HAESBAERT, Rogério. **A multiterritorialidade do mundo e o exemplo da Al Qaeda.** **Terra Livre**, São Paulo, v. 1, n. 18, jan. /jun. 2002, p.37- 46.

HAESBAERT, R. **Des-territorialização: entre as redes e os aglomerados humanos de exclusão.** In: Castro, I. et al. (orgs.) *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand, 2004

KOWARICK, Lúcio. **Viver em risco: sobre a vulnerabilidade no Brasil urbano.** *Novos Estudos Cebrap*, nº 63, pp. 9-30, julho de 2002.

KOWARICK, Lucio (1975) **Capitalismo e Marginalidade na América Latina** . Rio, Paz e Terra, 1975.

LIBÓRIO, Marília. G. C. **Situação do mercado atual de trabalho em Presidente Prudente: desequilíbrio entre formação e absorção da mão-de-obra**, 1976. Dissertação (Mestrado) – ESP, Universidade de São Paulo.

MANCE, Euclides André. (2000). **A revolução da rede: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual.** Petrópolis: Vozes.

MARTELETO, Regina Maria. **Análise de redes sociais - aplicação nos estudos de transferência da informação.** *Ci. Inf.*, jan./abr. 2001, vol.30, no.1, p.71-81. ISSN 0100-1965.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade.** São Paulo: Paulus, 1997. (coleção temas de atualidade).

MARTINS, José de Souza. **Reflexão crítica sobre o tema da “exclusão social”**. In A Sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis: Vozes, 2002, pp. 25-47.

MATOS, Odilon Nogueira de. **Café e ferrovias: a revolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira**. 4a ed. Campinas (SP): Pontes, 1981

MEUCCI, N. R. **Ghenó: artista plástico**; [traduzido pela Traduzca]. – Porto Alegre : Ed. do autor, 2006.

OFFE, Claus. **Trabalho e sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho**, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, v. 1, 1989.

OLIVEIRA, Luciano. **Os excluídos existem? Notas sobre a elaboração de um novo conceito**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 33, pp. 49-61, fevereiro de 1997.

OLIVEIRA, Reginaldo P. **Redes de Solidariedade e Estratégias de Sobrevivência: Desemprego, Exclusão Social e a Busca pela Saúde**. Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, 2004, (Relatório de Iniciação Científica).

POCHMANN, M. **O trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Contexto, 1998.

PONTES, B. S. **As cidades médias brasileiras: os desafios e a complexidade do seu papel na organização do espaço regional** (1970). Boletim de Geografia. Maringá: UEM, n.18, p. 1-27, 2000.

PAUGAM, Serge, (dir.), **L'exclusion. L'état des savoirs**, Paris, Éditions la découverte, collection « Textes à l'appui », 1996, 583 p.

PEREIRA, Waltraud K. R. **Cidades médias: uma opção no desenvolvimento urbano**. 1977. Dissertação (Mestrado em economia) – Departamento de economia, Universidade de Brasília, Brasília D.F., 1977.

PRETEICEILLE, Edmond. **Segregação, classes e política na grande cidade.** Cadernos do IPPUR, Rio de Janeiro: IPPUR, ano X, 1996, p. 15-3.

RAFFESTIN, C. **"Por uma Geografia do Poder"** 269p, São Paulo, Editora Ática, 1980.

RIBEIRO, Ana Clara T. **A involução metropolitana e a economia segmentada, Metropolização e Rede urbana, perspectivas dos anos 90.** IPPUR, UFRJ, Rio de Janeiro, 1991.

ROCHEFORT, M. e LAMICQ, H. **As Cidades Médias Brasileiras.** São Paulo, 1975.

ROMÃO, J. E. **Avaliação dialógica: desafios e perspectivas.** São Paulo: Cortez, 1998.

ROMERO, S. M. **A utilização da metodologia dos grupos focais na pesquisa em Psicologia.** In: SCARPARO, H. (Org.). Psicologia e pesquisa: perspectivas metodológicas. Porto Alegre: Sulina, 2000. c. 3, p. 55-78

SADER, Ed -0.09187 2159 3455 Tm (o)To: Cortez, 1998.

SANTOS, Tânia S. dos. **Globalização e exclusão: a dialética da mundialização do capital.** *Sociologias*, jul. /dez. 2001, nº. 6, p.170-198. ISSN 1517-4522.

SAWYER, O. S; LEITE, I. C; ALEXANDRINO, R; **Perfis de utilização de serviços de saúde no Brasil.** *Revista Ciência e Saúde Coletiva*, vol. 7 nº 4, p. 757-776, 2002.

SCHARNOHORST, Andrea. **Complex Networks and the Web: Insights From Nonlinear Physics.** *Journal of Computer Mediated Communication*, V. 8, issue 4. 2003

SCHERER-WARREN, I. **Redes de movimentos sociais.** São Paulo : Loyola, 2005.

SERRA, Rodrigo V.. **Cidades médias brasileiras:** um recente retrato econômico e populacional. 1998. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

SILVEIRA, F. G; OSÓRIO, R. G. PAIOLA, S. F. **Os gastos das famílias com saúde.** *Revista Ciência e Saúde Coletiva*, vol.7 nº 4, p. 719 -731, 2002.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego. Diagnostico e alternativas.** São Paulo: Contexto, 1998.

SINGER, Paul. **Dominação e desigualdade** (1. ed. em 1975). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981

SPINK, Mary Jane. **Psicologia Social e saúde- Prática, saberes e sentidos.** Petrópolis: Vozes, 2003.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento.** In CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p.77-116.

SPOSATI, Aldaíza. **Mapa de exclusão/inclusão social no município de São Paulo**. São Paulo: Educ, 1996.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Sobre o conceito de território: um exercício metodológico para a leitura da formação territorial do sudoeste do Paraná**. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. SAQUET, M. A. Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

SPÓSITO, Eliseu (coord.). **Sistema de informação para a tomada de decisão municipal**. Presidente Prudente: UNESP, 2000 (relatório de pesquisa).

SPOSITO, M. E. B. (org.). **Textos e contextos para a leitura de uma cidade média**. Presidente Prudente: PPGG/FCT/UNESP, 2002.

VERAS. M. P. B. SPOSATI, A. KOWARICK.L. **Por uma sociologia da exclusão; o debate com Serge Paugam**. São Paulo: Educ. 1999. 142 p.

XIBERRAS, M. **As teorias da Exclusão: para uma construção do imaginário do desvio**. Lisboa: Instituto Piaget, 1993.

WATTS, Duncan J. Six Degrees. **The Science of a Connected Age**. New York: W. W. Norton &Company, 2003.

WELLMAN, Barry. **Physical Place and CyberPlace: The Rise of Personalized Networking**. Fevereiro de 2001.

WIDDERSHOVEN, G. A. M. **Dialogue in evaluation: A hermeneutic perspective**. Evaluation, v.7, n.2, p.253-263, 2001.

WILSON, William Julius. **The Truly Disadvantaged: The Inner City, the Underclass and Public Policy**. Chicago, University of Chicago Press. 1987

Anexos



*Os catadores — Série: Aldeias Urbanas.
Tela de Vitorio Gheno. 2006*

Anexo I – Roteiro de Entrevista.

ROTEIRO DE ENTREVISTA

- 1) Um breve Histórico da Família até chegar ao bairro.
 - a) Quanto tempo mora no bairro?
 - b) Mora em casa própria?
 - c) Quantas pessoas vivem no mesmo teto “casa”?
 - d) Idade do chefe de família.
 - e) Escolaridade do chefe de família.
 - f) Casado, viúvo, concubina, etc...
 - g) Quantos filhos e idade de cada um?
 - h) Qual a renda da família. (Salário Mínimo Necessário)
- 2) Desde quando passa pelo problema do desemprego e qual problema vem enfrentando nesse período.
- 3) Quais membros do grupo doméstico participam de atividades econômicas.
- 4) Durante o tempo em que passa pela situação de desemprego alguém da família teve algum problema de saúde, se sim qual?
- 5) Como a família enfrentou ou está enfrentando o problema, quais as estratégias e soluções encontradas?
- 6) Cite quais foram os três principais parceiros, entidades e pessoas próximas que ajudaram a família a enfrentar esse problema de saúde.

Anexo II

Matrizes que medem o grau de centralidade das variáveis obtidas nas entrevistas.

Presidente Prudente 2006

Estratégias mais comuns (Jd. Jequitibás I e II e Pq. Cedral).

Matriz de levantamento das estratégias mais comuns segundos entrevistados

Estratégias	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	Nº de conexões	Grau de Centralidade
1	-	3	1	4	0	1	1	0	3	4	0	0	1	1	2	28	0,66
2	3	-	0	2	0	1	1	0	3	0	1	1	0	1	2	18	0,60
3	1	0	-	1	0	0	0	0	0	1	0	1	1	0	0	6	0,33
4	4	2	1	-	1	2	2	2	2	3	0	3	1	1	2	38	0,86
5	6	2	0	4	-	0	0	1	0	0	0	0	0	2	0	11	0,33
6	1	1	0	2	1	-	0	1	1	2	0	1	0	0	0	12	0,53
7	0	0	0	2	0	1	-	0	0	1	0	0	1	0	0	8	0,26
8	3	3	0	2	0	0	1	-	0	0	0	1	1	0	0	12	0,40
9	4	0	1	3	0	0	2	1	-	0	0	1	0	1	1	16	0,53
10	1	0	1	3	0	0	1	0	1	-	0	0	0	0	0	10	0,33
11	1	1	0	1	0	1	0	0	0	1	-	0	1	0	1	8	0,46
12	2	2	0	2	1	0	0	0	0	1	1	-	0	1	0	13	0,46
13	7	3	1	10	0	4	2	2	0	2	0	2	-	1	2	35	0,73
14	0	0	0	1	0	1	0	0	1	0	0	0	0	-	1	5	0,26
15	2	2	0	2	0	0	0	0	1	0	1	0	2	1	-	11	0,46

LISTA DE ESTRATÉGIAS.

1. Igreja e Pastoral da Saúde (Cesta básica).
2. Fundo Social e de Solidariedade.
3. Palácio da Saúde.
4. Bicos, trabalho ambulante e informal e diarista
5. Posto de saúde
6. Santa Casa de Misericórdia - SUS.
7. Fé (Religiosidade).
8. Catar papelão, latinha e produtos recicláveis nas vias públicas.

- 9 - Hospital Universitário (HU).
10. Programas do governo federal (Auxílio gás, bolsa escola e alimentação).
11. Projeto Criança Cidadã prefeitura de Presidente Prudente.
12. Economia Informal (Vende detergente e produtos caseiros).
13. Sopa na comunidade Santo Expedito
14. Parentes e amigos próximos.
15. Vizinhos.

Presidente Prudente 2006

Doenças mais comuns (Jd. Jequitibás I e II e Pq. Cedral).

Matriz de levantamento das doenças mais comuns segundos entrevistados.

Tipos de doenças	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	Nº de conexões	Grau de Centralidade
1	-	2	0	2	0	1	1	2	2	0	1	0	0	11	0,53
2	2	-	1	3	0	0	0	0	3	1	0	0	0	10	0,38
3	0	1	-	0	1	2	0	1	0	1	0	0	1	7	0,69
4	2	3	0	-	1	3	0	1	4	1	3	0	2	20	0,76
5	0	0	1	1	-	0	0	0	0	0	0	0	1	4	0,2
6	1	0	2	3	0	-	0	1	1	0	0	0	0	8	0,38
7	1	0	0	0	0	0	-	0	2	0	0	0	0	3	0,15
8	2	0	1	1	0	1	0	-	0	0	0	1	1	7	0,15
9	2	3	0	4	0	1	2	0	-	0	2	0	1	15	0,53
10	0	1	1	1	0	0	0	0	0	-	0	0	1	4	0,30
11	1	0	0	3	0	0	0	0	2	0	-	0	0	6	0,23
12	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	-	0	1	0,07
13	0	0	1	2	1	0	0	1	1	1	0	0	-	9	0,46

LISTA DE DOENÇAS

- 1) Doença do estômago e inflamação do estômago.
- 2) Tuberculose.
- 3) Doenças respiratórias (Infecções, pneumonia e gripe).
- 4) Doenças do aparelho circulatório (Doenças cardíacas, infarto, diabetes, trombose e derrame).
- 5) Osteoporose, artrite e artrose.
- 6) Doença posturais (Dor lombar e lombalgia).
- 7) Tabagismo e alcoolismo (Dependência química).

- 8) Câncer.
- 9) Problemas psiquiátricos. (Stress, nervosismo e depressão).
- 10) Labirintite
- 11) Doenças hormonais.
- 12) Doenças dermatológicas (pele).
- 13) Outras não identificadas e descritas como hérnia.

Presidente Prudente 2006:

Estratégias de Sobrevivência mais comuns (Vila. Aurélio. Vila. Rotária e Jd. Paraíso).
Matriz de levantamento das estratégias de sobrevivência mais comuns segundos entrevistados.

Estratégias	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	Nº de conexões	Grau de Centralidade
1	-	2	0	0	0	6	5	1	1	1	0	1	1	2	1	3	0	2	0	36	0,68
2	2	-	2	1	1	1	4	0	0	2	1	1	1	0	1	1	1	1	1	25	0,81
3	0	2	-	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	0,18
4	0	1	1	-	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0,18
5	0	1	1	0	-	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	4	0,18
6	6	1	1	0	1	-	2	0	0	2	1	2	0	1	0	1	0	1	0	28	0,59
7	4	4	0	0	0	2	-	0	0	2	0	1	0	0	0	1	0	1	1	25	0,50
8	1	0	0	1	0	0	0	-	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	4	0,18
9	1	0	0	0	0	0	0	0	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0,09
10	1	2	0	0	0	2	2	0	0	-	0	2	0	0	0	0	1	0	0	15	0,40
11	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	-	1	0	0	0	0	0	0	0	4	0,18
12	0	1	0	0	0	2	1	0	0	2	1	-	0	0	0	0	0	0	0	10	0,31
13	1	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	-	0	0	0	0	1	1	8	0,36
14	2	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	-	0	0	0	2	1	9	0,31
15	1	1	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	-	2	0	0	0	9	0,31
16	3	1	0	0	0	1	1	0	0	1	0	0	0	0	2	-	0	1	0	15	0,40
17	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	-	1	0	6	0,27
18	2	1	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	1	2	0	1	1	-	1	12	0,45
19	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	-	5	0,23

LISTA DE ESTRATÉGIAS.

1. Igreja e Pastoral da Saúde (Cesta básica).
2. Fundo Social e de Solidariedade.
3. Palácio da Saúde.
4. Bicos, trabalho ambulante e informal e diarista
5. Posto de saúde
6. Santa Casa de Misericórdia - SUS.
7. Fé (Religiosidade).
8. Catar papelão, latinha e produtos recicláveis nas vias públicas.

9 - Hospital Universitário (HU).

16. Programas do governo federal (Auxílio gás, bolsa escola e alimentação).

17. Projeto Criança Cidadã prefeitura de Presidente Prudente.

18. Economia Informal (Vende detergente e produtos caseiros).

19. Sopa na comunidade Santo Expedito

20. Parentes e amigos próximos.

21. Vizinhos.

Presidente Prudente – 2006.

Doenças mais comuns (Vila. Aurélio. Vila. Rotária e Jd. Paraíso).
Matriz de levantamento das doenças mais comuns segundos entrevistados.

Tipos de doenças	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	Nº de conexões	Grau de Centralidade
1	-	0	1	0	1	1	1	0	0	2	1	0	0	1	0	8	0,4
2	0	-	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0,06
3	1	0	-	4	3	2	3	1	2	2	3	1	0	0	0	22	0,6
4	0	0	4	-	1	1	2	1	1	1	0	0	1	1	0	13	0,6
5	1	0	3	1	-	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	12	0,6
6	1	0	2	1	1	-	0	1	2	3	1	0	0	0	0	12	0,53
7	1	0	3	2	1	0	-	0	0	1	1	0	0	0	1	11	0,46
8	0	0	1	1	1	1	0	-	1	2	0	0	0	0	0	7	0,4
9	0	0	2	1	1	2	0	1	-	2	0	0	0	1	0	10	0,46
10	2	1	2	1	1	3	1	2	2	-	1	1	1	0	1	19	0,86
11	1	0	3	0	1	1	1	0	0	1	-	0	0	0	0	8	0,4
12	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	0	-	0	0	0	3	0,2
13	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	-	0	0	2	0,13

1. Doença do estômago e inflamação do estômago.
2. Doenças do aparelho circulatório (Doenças cardíacas, infarto, diabetes, trombose e derrame).
3. Doenças respiratórias (Infecções, pneumonia e gripe).
4. Osteoporose, artrite e artrose.
5. Doença posturais (Dor lombar e lombalgia).
6. Tabagismo e alcoolismo (Dependência química).

- 7- Doenças ligadas à oftalmologia (Visão)
- 8- Câncer.
- 9- Problemas psiquiátricos. (Stress e nervosismo).
- 10- Calculo na vesícula.
- 11- Labirintite
- 12- Doenças hormonais.
- 13- Doenças dermatológicas (pele).

Anexo 3

Poema elaborado pelos alunos da cooperativa COOPERLIX.

DE ZÉ POVINHO À COOPERADO

**Nossa história é muito longa
e de trabalho!
Há quatro anos trabalhávamos
no lixão
Não éramos felizes, nos
chamavam de Zé Povinho
Com um tom de humilhação!**



**Deus um dia ouviu nossa prece
Sem esperar apareceu um professor da Unesp
Propondo uma reunião para formar uma cooperativa
Com o povo do lixão**

**Certa vez chegou um caminhão
Em oferta de doação
Para o sustento de nosso pão**

**Nele colocamos um rádio e caixa de som
Alertando a população na separação
De materiais recicláveis para a nossa cooperativa**

**Desde então pedimos a todos,
Uma maior conscientização
Fazendo assim uma união
Entre a cooperativa e a população.**

Alunos da Cooperativa.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)